

ORÇAMENTO DO IST PARA 2025

novembro de 2024

1	NOTA PRÉVIA	5
2	SUMÁRIO EXECUTIVO – ORÇAMENTO ANUAL DO IST 2025	7
2.1	PANORAMA FINANCEIRO GERAL.....	7
2.1.1	Destaques Financeiros.....	8
2.1.2	Fontes de Receita.....	8
2.1.3	Despesas.....	8
2.2	PRINCIPAIS ÁREAS DE PRIORIDADES ORÇAMENTAIS.....	9
2.2.1	Ensino e Excelência Académica, apoio às atividades de ensino, investigação e formação.....	9
2.2.2	Melhoria da Infraestrutura e Sustentabilidade Ambiental.....	10
2.2.3	Inclusão e apoio à comunidade estudantil.....	10
2.2.4	Desenvolvimento Institucional e Gestão.....	10
2.2.5	Apoio à Saúde e bem-estar da comunidade IST.....	11
2.2.6	Internacionalização e Parcerias Estratégicas.....	11
2.3	DESAFIOS E RISCOS.....	11
2.4	INDICADORES-CHAVE DE DESEMPENHO (KPIS).....	12
2.5	ESTRUTURA DO DOCUMENTO.....	13
3	PLANO DE INVESTIMENTO	15
3.1	INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	16
4	ENQUADRAMENTO OPERACIONAL DO ORÇAMENTO DO IST	17
4.1	CONDICIONANTES LEGISLATIVAS E CONJUNTURAIS.....	17
4.2	FACTOS E NÚMEROS.....	22
4.3	ESTRUTURA DO ORÇAMENTO DO IST.....	25
5	ORÇAMENTO DO IST PARA O ANO DE 2025	31
5.1	RECEITA.....	32
5.2	DESPESA.....	36
6	ORÇAMENTO DOS ORGÃOS CENTRAIS	40
6.1	RECEITA.....	40
6.1.1	Propinas.....	41
6.1.2	Taxas Diversas.....	41
6.1.3	Subsídios de Entidades Financeiras.....	41
6.1.4	Venda de bens e serviços.....	41
6.1.5	Serviços médicos e de apoio e avaliação psicológica.....	41
6.2	DESPESA.....	42
6.2.1	Custos com o Pessoal.....	42

6.2.2	Despesas de Funcionamento e Investimento.....	44
6.3	INVESTIMENTO NA QUALIDADE DE ENSINO, INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO	54
6.3.1	Unidades Académicas.....	55
6.3.2	Coordenações dos Cursos de 1º e de 2º ciclos	61
6.3.3	Coordenações dos LTIs	62
6.3.4	Iniciativa Técnico <i>Capacity Building Hub</i>	63
6.3.5	Programa FCT Tenure Plus Técnico.....	65
6.3.6	Prémio Brito Camacho	66
6.3.7	Escola Doutoral – PhD Fast Track.....	67
6.3.8	Prémio Maria Amélia Chaves.....	67
6.3.9	Semana de acolhimento	68
6.3.10	Síntese do Investimento na Qualidade de Ensino, Investigação e Formação.....	68
7	ORÇAMENTO DOS CENTROS FINANCEIROS	72
7.1	CF10 – CONTABILIDADE CENTRAL	73
7.2	CF20 – CONTABILIDADE DE PROJETOS	75
7.3	CF36 – POLO DE OEIRAS	77
7.4	CF38 – POLO DE LOURES	79
	ANEXO 1: DESPESAS FINANCIADAS PELO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O IST EM 2025	81
	ANEXO 2: DESPESAS FINANCIADAS PELAS RECEITAS PRÓPRIAS PARA O IST EM 2025	82
	Documentação Suplementar	86
	Documento Suplementar 1 – Acordo entre a Reitoria da Universidade de Lisboa e o Instituto Superior Técnico, que corresponde ao apoio que o IST vai dar à Universidade de Lisboa em 2025, para a execução da Empreitada de Construção dos Edifícios 2 e 3, comércio, estacionamento, praça e exteriores, das Residências Universitárias da ULisboa na Cidade Universitária de Lisboa.	
	Documento Suplementar 2 - Contrato de Convergência, Crescimento e Coesão - CC3	
	Documento Suplementar 3 – Procedimento para a Contratação de PDEC	

Índice de Tabelas

Tabela 1: Estrutura da receita do IST para 2025.....	34
Tabela 2: Estrutura de despesa do IST para 2025.....	38
Tabela 3: Receita dos Órgãos Centrais do IST para 2025	40
Tabela 4: Previsão da receita das propinas de graduação do IST para 2025	41
Tabela 5: Encargos com Pessoal: Valores orçamentados em 2025 e em 2024 para o IST.....	43
Tabela 6: Remunerações suplementares previstas no Decreto-Lei 388/90 para titulares de cargos de gestão do IST para o ano de 2025	44
Tabela 7: Despesa dos Órgãos Centrais do IST para 2025	45
Tabela 8: Despesas Fixas do IST para 2025.....	46
Tabela 9: Verbas DOC do ano 0 por Unidade Académica do IST no âmbito do CC3.....	56
Tabela 10: Verbas PDEC do ano 0 por Unidade Académica do IST no âmbito do CC3	56
Tabela 11: Verbas DOC Teto (teto máximo) para cada Unidade Académica do IST em 2025	57
Tabela 12: Verbas PDEC Teto (teto máximo) para cada Unidade Académica do IST em 2025	57
Tabela 13: Dotação Verbas RP para cada Unidade Académica do IST em 2025 referentes ao montante das propinas de doutoramento do ano 2020	60
Tabela 14: Dotações orçamentais das plataformas transversais do IST para 2025.....	60
Tabela 15: Dotação atribuída às Coordenações dos cursos de 1º e de 2º ciclo do IST para 2025.....	62
Tabela 16: Dotação atribuída às Coordenações dos LTIs do IST para 2025	63
Tabela 17: Evolução das Verbas atribuídas no âmbito da qualidade de ensino, investigação e formação (2021-2025)	71
Tabela 18: Orçamento de receita para 2025 do Centro Financeiro 10 do IST – Contabilidade Central	73
Tabela 19: Orçamento de despesa para 2025 do Centro Financeiro 10 do IST – Contabilidade Central.....	74
Tabela 20: Orçamento de receita para 2025 do Centro financeiro 20 do IST – Contabilidade de projetos.....	75
Tabela 21: Orçamento de despesa para 2025 do Centro financeiro 20 do IST – Contabilidade de projetos.....	76
Tabela 22: Orçamento de receita para 2025 do Centro Financeiro 36 do IST – Polo de Oeiras.....	77
Tabela 23: Orçamento de despesa para 2025 do Centro Financeiro 36 do IST – Polo de Oeiras.....	78
Tabela 24: Orçamento de receita para 2025 do Centro Financeiro 38 do IST – Polo de Loures	79
Tabela 25: Orçamento de despesa para 2025 do Centro Financeiro 38 do IST – Polo de Loures	80

Índice de Figuras

Figura 1: Evolução do valor do orçamento de receita do IST, desde 2015.....	22
Figura 2: Evolução do número de estudantes do IST por ciclo de estudos nos últimos 5 anos	24
Figura 3: Evolução da composição das componentes de receita (OE, propinas e outras RP), desde 2015.....	27
Figura 4: Evolução do valor da dotação de OE para o IST, desde 2015.....	28
Figura 5: Evolução do valor da dotação de OE para o IST, considerando a inflação ocorrida desde 2010.....	28
Figura 6: Evolução dos rácios CP/OE e CP/Total do IST, desde 2015.....	30
Figura 7: Distribuição da origem da receita do IST para 2025	35
Figura 8: Distribuição da aplicação da despesa do IST para 2025.....	39
Figura 9: Evolução do valor das verbas DOC atribuídas a cada UA do IST desde 2015 (Para 2025 as verbas DOC correspondem às verbas DOC Teto, no âmbito do CC3).....	59
Figura 10: Evolução das verbas atribuídas no âmbito da qualidade de ensino, investigação e formação no IST desde 2015.....	69

1 NOTA PRÉVIA

O orçamento interno do Instituto Superior Técnico para o ano de 2025 foi elaborado com o objetivo de sustentar o compromisso contínuo com a excelência académica, a investigação científica de ponta e o bem-estar da comunidade.

Num cenário de desafios económicos globais e de mudanças significativas e imprevisíveis na conjuntura nacional e internacional, este documento reflete o alinhamento com o Plano Estratégico do IST em vigor e o Plano de Atividades para 2025, no sentido de alocar recursos de maneira eficiente e sustentável, mantendo o foco nas prioridades institucionais e na inovação.

Para o próximo ano, o IST enfrentará os já usuais desafios relacionados com o equilíbrio entre a crescente procura de ensino de qualidade, a execução do Plano de Investimento e o controlo de despesas operacionais. Visualizam-se oportunidades para fortalecer áreas-chave como o apoio às atividades de ensino, à melhor capacitação também ao nível das infraestruturas, a expansão das atividades de investigação, destacando a reta final da execução dos muitos projetos PRR em que o grupo Técnico está envolvido, e o apoio aos estudantes, bem como às atividades dos núcleos de estudantes.

Este orçamento foi cuidadosamente planeado para garantir que os recursos disponíveis sejam direcionados às áreas de maior impacto, com foco em iniciativas que sustentem o crescimento institucional de forma equilibrada e em conformidade com o nosso plano de desenvolvimento académico e operacional. As principais áreas de investimento, incluem a continuidade do Plano de Investimento (PI) desenhado e iniciado em 2022, que contempla intervenções nos 3 campi do IST. Lançam-se/reforçam-se Iniciativas e Programas, que visam o investimento na qualidade de ensino, investigação e formação, direcionadas para a capacitação e dotação de melhores e novas competências nesses domínios. Acresce ainda o fortalecimento de parcerias estratégicas com o setor público e privado.

O orçamento constitui assim, uma ferramenta estratégica para orientar a instituição para as suas metas e objetivos, pois as decisões atuais terão impacto na sustentabilidade financeira no futuro. Serão assim continuados os controlos financeiros e a elaboração de mecanismos de informação, para garantir que o orçamento é cumprido, de forma controlada, transparente e auditável. Isto inclui relatórios financeiros regulares e auditorias para acompanhar o progresso, sendo avaliada continuamente a eficácia da execução do orçamento e a afetação de recursos.

Foram também considerados os vários riscos e incertezas financeiras decorrentes de fatores externos, como novas mudanças legislativas e de financiamento para o setor, custos salariais, e os de situações de instabilidade, como as resultantes da invasão da Rússia à Ucrânia, e a guerra Israel - Hamas. Acrescem ainda os efeitos da variação da taxa de inflação, tendo o Banco Central Europeu

previsto em meados de setembro que a inflação global seja, em média, de 2,5% em 2024, 2,1% em 2025 e 1,9% em 2026.

O Orçamento de Estado (OE) à data da redação deste documento ainda não foi aprovado, pelo que se considera a inscrição da proposta de orçamento interno do IST em agosto de 2024. Neste âmbito, o OE não suportará a totalidade dos vencimentos, pelo que o orçamento do IST para 2025, terá de contar com o recurso a receitas próprias para a componente da despesa relativa a vencimentos e outro tipo de despesas fixas de fornecedores de serviços (eletricidade, água, etc.). O orçamento tem ainda a complexidade inerente aos fluxos de receita e despesas impulsionados pelas atividades de formação, investigação, desenvolvimento e divulgação.

Com uma visão clara das necessidades e desafios que o próximo ano traz, o orçamento de 2025 busca promover um ambiente académico vibrante e inovador, enquanto preserva a responsabilidade financeira necessária para o desenvolvimento sustentável da nossa instituição.

M. Isabel Dias

(Vice-Presidente para a Gestão Financeira)

2 SUMÁRIO EXECUTIVO – ORÇAMENTO ANUAL DO IST 2025

O orçamento anual do IST para o ano de 2025 foi projetado para garantir o cumprimento dos objetivos institucionais, alinhados com os Planos Estratégicos e de Atividades equilibrando inovação e sustentabilidade financeira. Este orçamento reflete as prioridades estratégicas com foco na promoção de um crescimento contínuo e excelência académica, e impacto positivo em toda a comunidade Técnico.

Apresenta-se neste sumário uma visão geral do orçamento do Técnico para o ano de 2025, sintetizando o panorama financeiro geral, as principais fontes de receitas, despesas, as prioridades orçamentais resultantes da concretização das prioridades estratégicas, definidas e aprovadas no Conselho de Gestão, os desafios e riscos e indicadores financeiros, que garantem que os recursos estão alinhados com as prioridades estratégicas, bem como a estrutura do documento.

2.1 PANORAMA FINANCEIRO GERAL

Para o ano de 2025, o orçamento operacional para o Técnico é de 114 843 307€ dos quais: OE = 65 462 277€ (OE_IST = 58 933 954€; OE_DL29/2012 – CTN = 6 528 323€); e RP = 49 381 030€: PRR = 7 905 797€ (Impulso = 1 786 122€, Digital+ = 703 103€, Agendas = 5 416 572€); Programa Aliança (365 167€ efetivos no IST, após transferência para as IPSFLs de 728 724€); Programa FCT Tenure (1 463 531€); Propinas + Taxas (10 901 877€); FCT = 4 340 287€; União Europeia = 9 185 790€; bens e serviços = 11 044 312€; e outras transferências (i.e. rede de parceiros, bancos) = 3 445 545€. Constata-se a existência de uma proporção de ~ 60% – 40% entre OE e RP. Ressalve-se que à data da redação deste documento o Orçamento de Estado (OE) ainda não foi aprovado, pelo que se considera a inscrição da proposta de orçamento em agosto de 2024.

É de destacar ainda o princípio da solidariedade institucional do IST, refletindo este orçamento global, na sua componente do OE para 2025 (67 462 277-2 000 000= 65 462 277€), o apoio provisório que o IST vai dar à Universidade de Lisboa para assegurar a execução da empreitada de construção dos edifícios 2 e 3, comércio, estacionamento, praça e exteriores, das Residências Universitárias da Universidade de Lisboa na Cidade Universitária de Lisboa¹, considerada estratégica para a comunidade estudantil. Nos termos deste acordo, destaque-se que: (i) a Universidade de Lisboa retém do orçamento do IST uma verba de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros), relativa à transferência das dotações do orçamento de estado para o ano de 2025 (67.462.277€); (ii) a Universidade de Lisboa compromete-se a devolver ao IST, através de receitas próprias, a totalidade da verba de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros), no momento do início da concessão do parque de estacionamento da referida empreitada das Residências Universitárias da U. Lisboa na Cidade Universitária de Lisboa. Saliente-

¹ Documento Suplementar 1 – Acordo entre a Reitoria da Universidade de Lisboa e o Instituto Superior Técnico

se ainda que a devolução da totalidade da verba ocorrerá, no máximo, até ao dia 31.12.2026. Deste modo, ao longo deste documento, sempre que seja referida a componente de OE, será aquela que resulta após o apoio do IST à Universidade de Lisboa (65M €).

2.1.1 Destaques Financeiros

Receita prevista e orçamentada: 114 843 307€

Despesa prevista e orçamentada: 114 843 307€

2.1.2 Fontes de Receita

Orçamento de Estado (OE): 65 462 277€

Receitas Próprias (RP): 49 381 030€

- Propinas e Taxas: 9,49% da receita
- PRR: Impulso 1,56% da receita; Agendas 4,72% da receita; Digital+ 0,61% da receita
- Programa Aliança: 0,95% da receita
- Programa FCT Tenure: 1,27% da receita
- Projetos de Investigação Nacionais: 3,78% da receita
- Projetos de Investigação Internacionais: 8% da receita
- Parcerias e Financiamentos Privados, investigação contratada: / serviços: 12,62% da receita

2.1.3 Despesas

- Despesas com o Pessoal: 84,2 milhões de euros que correspondem a 73,22% do orçamento total.
- Despesas de Estrutura: 14,8 milhões de euros que correspondem a 12,87% do orçamento total
- Despesas de Investimento: 2,8 milhões de euros para manutenção e expansão (exclui o Plano de Investimento) que correspondem a 2,43% do orçamento total.
- Investigação e Desenvolvimento: 13,2 milhões em projetos de investigação que correspondem a 11,48% do orçamento total.

2.2 PRINCIPAIS ÁREAS DE PRIORIDADES ORÇAMENTAIS

As prioridades orçamentais refletem as áreas mais importantes e que exigem investimentos para promover o crescimento sustentável, a excelência académica, a otimização e aumento da eficiência dos processos, e o atendimento das necessidades da comunidade do IST, alinhadas com as prioridades do Plano Estratégico.

2.2.1 Ensino e Excelência Académica, apoio às atividades de ensino, investigação e formação

- 2.2.1.1 Contratação, Valorização e Capacitação de Docentes e Investigadores: garantir um corpo docente de alta qualidade, incluindo um plano de contratação de novos docentes e investigadores (~3,5 M €)
- 2.2.1.2 Apoio financeiro às Unidades Académicas: Contrato de Convergência, Crescimento e Coesão - CC3 (em harmonia com a aplicação da nova metodologia para a dimensão alvo das unidades académicas – DAUA), contratação de Pessoal Docente Especialmente Contratado, incluindo os montantes a compensar de membros dos órgãos de escola e verbas RP (valor global de ~5M €)
- 2.2.1.3 Apoio Financeiro às Estruturas Transversais (7,5k€)
- 2.2.1.4 Apoio financeiro às Coordenações dos Cursos de 1º e de 2º ciclos (117,9k€)
- 2.2.1.5 Apoio financeiro às Coordenações dos LTIs (117,9k€)
- 2.2.1.6 Iniciativa Técnico *Capacity Building Hub* – visa contribuir para a integração e adaptação na comunidade IST dos novos docentes e investigadores, bem como a modernização de metodologias de ensino: Programa Start Up Funds – Bolsas Incentivo Professores e Investigadores Auxiliares em Período Experimental; Programa Shaping the Future; Programa Digital+ (ferramentas digitais de ensino) (~505k€)
- 2.2.1.7 Programa FCT Tenure Plus Técnico: reforço da componente de investigação às novas contratações (~620k€)
- 2.2.1.8 Prémio Brito Camacho – Teaching Assistant Program: Prémio de mérito de estímulo da componente de lecionação a doutorandos (160k€)
- 2.2.1.9 Prémio Maria Amélia Chaves: Prémio de mérito de estímulo à investigação a doutorandos, que sejam (i) em simultâneo bolseiros de investigação UID associada ao IST, ou BIC do IST e alunos PhD Fast Track ou (ii) BIC do IST num Programa de Doutoramento do IST (160k€)
- 2.2.1.10 Escola Doutoral – PhD fast track (50k€)
- 2.2.1.11 Digital + reitoria (~700k€)
- 2.2.1.12 Apoio às atividades editoriais da IST Press (120k€)
- 2.2.1.13 Desenvolvimento de Programas Académicos: destaca-se o novo curso General ENgineering@IST/Engenharia Geral (GENI); programas de pós-graduação, incluindo os desenvolvidos no âmbito do Técnico+; visando atender à crescente procura por qualificação

de alto nível. Acresce ainda que o *IST* está atualmente num ciclo de reacreditações que em 2025, irá corresponder a 44 cursos (licenciaturas, mestrados e doutoramentos) (230k€)

2.2.2 Melhoria da Infraestrutura e Sustentabilidade Ambiental

Neste âmbito inclui-se modernizar edifícios e instalações, como salas de aula, bibliotecas, laboratórios, espaços administrativos e espaços de convivência (esta componente da despesa inclui também o recurso a saldos transitados que suporta o Plano de Investimento - PI)

2.2.2.1 Plano de Investimento em continuidade, com vista à maximização da sua execução, tendo em vista a modernização de infraestruturas para o ensino, investigação e atividades administrativas (~ 5M €) – inclui PI, saldos transitados

2.2.2.2 Manutenção e sustentabilidade: inclusão de iniciativas sustentáveis, como eficiência energética e gestão de resíduos, contribuindo com o compromisso da instituição com a sustentabilidade ambiental e energética (~1,5M €) – inclui PI, saldos transitados

2.2.2.3 Tecnologia e Inovação Digital: também incluído no Plano de Investimento na infraestrutura de TI e Cibersegurança, com o investimento em sistemas de tecnologia da informação, incluindo redes, servidores e segurança cibernética, para o melhor apoio às necessidades académicas e administrativas de maneira eficiente e segura (~1,5M €) – inclui PI, saldos transitados

2.2.2.4 Melhorias nas áreas de TI para suportar a educação híbrida e digital (150k€)

2.2.3 Inclusão e apoio à comunidade estudantil

2.2.3.1 Bolsas de estudos e programas de assistência para garantir o acesso equitativo à educação superior (210k€)

2.2.3.2 Apoio à semana de acolhimento de novos alunos (25k€)

2.2.3.3 Apoio à Associação de Estudantes do IST (AEIST) (~67k€)

2.2.3.4 Apoio ao desporto académico (AEIST) (~34k€)

2.2.3.5 Apoio a atividades culturais estudantis (exºTunas do Técnico -TUIST, TFIST, TMIST) (11k€)

2.2.3.6 Apoio às atividades desenvolvidas pelos núcleos de estudantes (150k€)

2.2.4 Desenvolvimento Institucional e Gestão

2.2.4.1. Plano de Contratação de Técnicos e Administrativos (T&A): procedimento processual (20k€)

2.2.4.2. Contratação de T&A: garantir um corpo de T&A, incluindo um plano de contratação de novos TA (~950k€)

2.2.4.3. Capacitação e Desenvolvimento Profissional de T&A: Apoio ao corpo de técnicos e administrativos; ações de formação; planos de formação T&A: LTFP e Núcleo de formação DRH (260k€)

2.2.4.4. Programa de acolhimento de Técnicos e Administrativos (8k€)

- 2.2.4.5. Revisão ROFSIST (aumento comparativamente a 2024: ~1M€)
- 2.2.4.6. Divulgação institucional (150k€)
- 2.2.4.7. Atividades culturais (i.e. Época de Concertos do IST) (30k€)
- 2.2.4.8. Desmaterialização de processos na forma digital - (800k€), inclui verbas PI, saldos transitados
- 2.2.4.9. Certificação Human Resources Strategy for Researchers (HRS4R) (150k€)

2.2.5 Apoio à Saúde e bem-estar da comunidade IST

- 2.2.5.1. Plano de bem-estar (35k€)
- 2.2.5.2. Gender balance (5k€)
- 2.2.5.3. Provedoria (5k€)
- 2.2.5.4. Serviços de saúde (450k€)
- 2.2.5.5. APIST (12k€)

2.2.6 Internacionalização e Parcerias Estratégicas

- 2.2.6.1 Acordos de Cooperação Internacional: Operacionalizar a promoção da internacionalização, através de convénios com universidades estrangeiras, programas de intercâmbio de alunos e professores, e atividades afins à missão da Área Internacional do IST (115k€)
- 2.2.6.2 Parcerias com o Setor Privado: Colaborações com empresas e outras organizações externas visando gerar novas fontes de financiamento, estágios para alunos, para além de oportunidades de investigação aplicada e inovação (2,3M €)

2.3 DESAFIOS E RISCOS

Apresentam-se de forma geral os principais desafios e riscos do orçamento, que podem impactar a previsão de receitas e despesas, para garantir que o IST esteja preparado para enfrentar incertezas e ajustar as estratégias financeiras de forma eficaz.

- i. OE não compensar acréscimos decorrentes de alterações legislativas
- ii. Flutuação nos contratos de financiamento competitivo de projetos de investigação
- iii. Flutuação de parceiros empresariais
- iv. Inflação e conjunturas socioeconómicas adversas
- v. Necessidades inesperadas de manutenção de infraestruturas
- vi. Investimento imprevisível em tecnologia
- vii. Impacto das guerras na Europa e Médio-Oriente
- viii. Eventuais novos surtos pandémicos

2.4 INDICADORES-CHAVE DE DESEMPENHO (KPIs)

A definição de indicadores-chave de desempenho (KPIs - Key Performance Indicators) no orçamento foi desenhada para garantir a eficácia, transparência e eficiência na gestão financeira e operacional da instituição. Estes KPIs permitem um melhor acompanhamento do cumprimento dos objetivos estratégicos e financeiros, e proporcionam uma base para a tomada de decisões informadas. A definição de KPIs ajuda ainda a contribuir para a correção de eventuais problemas que comprometam a sustentabilidade financeira e/ou operacional, fornecendo métricas claras que podem ser mais facilmente entendidas e avaliadas por diferentes partes interessadas da comunidade do IST. Adicionalmente, podem constituir um incentivo à melhoria contínua, bem como, atendendo à forte responsabilidade social do IST, contribuir para melhor medir o seu impacto social. Alguns dos KPIs definidos contribuem para a melhor monitorização do orçamento investido em programas de inovação e/ou de investimento, ajudando a garantir que o IST está a cumprir a sua meta de modernização e melhoria contínua da qualidade educacional.

Definiram-se por agora, os KPIs abaixo mencionados, que proporcionam visão clara sobre o desempenho, permitem ajustes proativos quando necessário, e criam uma cultura de responsabilidade e melhoria contínua. Eles ajudam a maximizar o uso dos recursos, promover a eficiência e prestar contas de forma clara e objetiva, tanto internamente quanto para os stakeholders:

- a) Taxa de Envolvimento em investigação (razão entre o nº de docentes/investigadores que apresentam candidaturas a financiamentos competitivos e o nº total de docentes/investigadores)
- b) Grau de execução do orçamento previsto por componentes (OE e componentes de RP) (razão entre a despesa executada e a despesa orçamentada por componente) - este indicador visa medir a capacidade de execução da despesa e da receita, bem como a capacidade de previsão daquelas no processo de elaboração do orçamento, incluindo os saldos transitados, bem como os montantes que, por regras e procedimentos externos ao IST, não puderam ser inscritos no Orçamento inicial
- c) % Execução do Plano de Investimento (razão entre o montante de investimento executado e o previsto) - visa medir o grau de execução do Plano de Investimento previsto no plano de atividades
- d) Taxa de recuperação de crédito vencido (razão entre o valor recuperado no ano e o valor do crédito vencido com + de 12 meses no ano anterior (cobrança duvidosa) - visa medir o valor de crédito em cobrança duvidosa recuperado face ao total em dívida com mais de 1 ano, a 31 de dezembro
- e) Taxa de ineficiência de cobrança (razão entre o valor vencido com mais de 12 meses e o saldo inicial de clientes, correspondendo ao valor não cobrado no ano sobre o saldo inicial; lista de vencidos com mais de 90 dias (expurgada dos de cobrança duvidosa) a tratar por antiguidade e depois por valor) – esta taxa expressa o valor não cobrado no ano do montante total passível de cobrança. A diminuição deste valor tem um impacto direto na diminuição do montante dos créditos de cobrança duvidosa
- f) % RP de Financiamento à Transferência de Tecnologia e Parcerias Empresariais
- g) Financiamento médio por parceria da rede parceiros (razão entre o valor do financiamento obtido e o Nº de parceiros) - este cálculo do valor médio do financiamento por parceria, tem por objetivo auxiliar na definição de medidas para o seu incremento, bem como na definição das entidades alvo

h) Taxa de Variação do financiamento por parcerias $((VFP\ n - VFP\ n-1) / VFP\ n-1)$ – visa medir o crescimento do financiamento obtido através da rede de parceiros; analisado em conjunto com a taxa de variação (VFP = valor do financiamento em parcerias; n = ano)

A definição de um quadro de indicadores de realização e resultado têm permitido, em sede de monitorização, melhor aferir da adequabilidade, coerência, eficácia e eficiência da estratégia desenhada, revelando-se como um instrumento de importância fundamental para o acompanhamento da execução orçamental, e redação do Relatório e Gestão e Contas para o respetivo ano, sem prejuízo da construção de outros indicadores ou índices cuja adequabilidade venha a revelar-se relevante.

Deste modo, é feito um acompanhamento constante através de um exercício de revisão da despesa, face à receita, implementando iniciativas de eficiência e controlo orçamental. O orçamento proposto considera a complexidade devida aos acréscimos de despesa de origem externa ao IST, refletindo as reais necessidades orçamentais, com uma diligência contínua do acompanhamento da execução orçamental. Em termos financeiros, será assegurada a continuidade do cumprimento das nossas obrigações no âmbito da LCPA.

2.5 ESTRUTURA DO DOCUMENTO

Este documento está organizado de forma a facilitar a compreensão e análise do orçamento proposto. Descrevemos brevemente a estrutura e o conteúdo de cada seção, para além deste Sumário Executivo, onde se apresenta uma visão geral do orçamento, destacando os principais pontos e conclusões.

Segue-se o capítulo 3 com a síntese do Plano de Investimento, cuja implementação global se preconiza ser maioritariamente cumprida durante 2025, com o recurso a saldos transitados, parcerias empresariais e mecenas.

No capítulo 4 é feito o enquadramento do orçamento, incluindo a sua contextualização face ao histórico.

No capítulo 5 constam as informações do orçamento de receita e despesa (Figura 7 e Figura 8), e as várias componentes de receita e despesa por centro financeiro (Tabela 1 e Tabela 2), e no capítulo 6, descreve-se a dotação orçamental dos órgãos centrais, e em particular o investimento na qualidade de ensino, investigação e formação, que inclui o orçamento das unidades académicas, coordenações de 1º e 2º ciclos, laboratórios de tecnologias de informação (LTIs) e programas acima referidos, de incentivo/capacitação no âmbito do ensino e investigação promovidos pelo Técnico, no intuito do melhor cumprimento da sua missão. No capítulo 7 é apresentado o orçamento para cada um dos centros financeiros (CF10, CF20, CF36 e CF38). No Anexo 1 são apresentadas as despesas financiadas pelo Orçamento de Estado, e no Anexo 2 são apresentadas as despesas financiadas pelas Receitas Próprias. A finalizar encontra-se Documentação suplementar, que inclui o Documento Suplementar 1 que corresponde ao Acordo entre a Reitoria da Universidade de Lisboa e o Instituto

Superior Técnico, o Documento Suplementar 2 que corresponde ao Contrato de Convergência, Crescimento e Coesão (CC3), e o Documento Suplementar 3 que corresponde ao Procedimento para a Contratação de Pessoal Docente Especialmente Contratado (PDEC).

No presente Plano orçamental interno descrevem-se assim, as despesas e receitas esperadas, identificando oportunidades emergentes e estimativa de riscos, e delineiam-se suportes para as principais iniciativas estratégicas decorrentes da missão do Técnico. São também fornecidas informações sobre as operações, a rede de parceiros, e todos os outros grandes grupos de atividades em que o Técnico está envolvido para o cumprimento da sua missão.

O orçamento é assim gerado como uma perspetiva abrangente dos recursos e obrigações financeiras da instituição, que compreendem o total de componentes do seu orçamento, refletindo o compromisso do Técnico com a excelência académica, o sucesso dos estudantes e uma gestão financeira responsável. Embora enfrentemos desafios e incertezas, os nossos investimentos estratégicos em prioridades-chave posicionam-nos para um futuro sustentável e próspero, visando o bem-estar da comunidade Técnico.

O orçamento 2025 do IST foi cuidadosamente planeado para atender às prioridades institucionais, superar desafios financeiros e aproveitar oportunidades estratégicas. Com foco na sustentabilidade, inovação e inclusão, este orçamento será fundamental para manter a nossa posição como uma instituição de ensino de excelência e impacto social positivo. Nos próximos meses, a implementação cuidadosa das alocações orçamentais permitirá que atinjamos os nossos objetivos perante a comunidade Técnico, garantindo o crescimento e o sucesso a longo prazo.

3 PLANO DE INVESTIMENTO

O Plano de Investimento (PI), como vem sendo referido nos orçamentos anteriores, foi trabalhado em articulação com todos os pelouros do Conselho de Gestão (aprovado em CG 10.2.2022 com as revisões subsequentes), onde, por um lado, se procedeu à inventariação das situações que, ao nível da infra-estrutura física, requerem maior premência dentro do calendário previsto para o plano de renovação programado, e por outro, delinear-se um conjunto de intervenções articuladas com o processo de expansão e renovação de instalações que possibilitem à escola fazer face às necessidades atuais e futuras, visando uma melhoria do ambiente de ensino e investigação e do bem-estar nos três Campi do IST. O Plano de Investimentos mantém as ações de intervenção nos diferentes Polos do Técnico, com particular foco na reabilitação das infra-estruturas laboratoriais mais envelhecidas, bem como para a modernização e instalação de novos equipamentos. No Polo de Loures foi concluída a elaboração do Plano de Pormenor da Quinta dos Remédios na Bobadela - Loures, cujo dossier tinha tido a sua contratualização em 2023 entre o IST e a Câmara Municipal de Loures. No Polo de Oeiras foi dado início por parte da CMO ao procedimento para a intervenção paisagística nos espaços exteriores envolventes aos edifícios do IST no Polo de Oeiras, com uma intervenção que se desenvolverá em duas fases que se prolongará até final de 2025.

O Plano de Investimento do IST mantém as duas grandes componentes de execução, em execução pela Direção de Sustentabilidade e Instalações e pela Direção de Infraestruturas Computacionais. O Plano mantém a programação do colmatar do défice de investimento dos últimos anos nas infra-estruturas físicas e informáticas em articulação com a estratégia de renovação dos espaços pedagógicos e laboratoriais nos diferentes Polos. A totalidade do Plano de Investimento, de carácter plurianual, estima atualmente uma despesa direta do IST na ordem dos 12 milhões de euros dos quais 1/3 já em execução no corrente ano de 2024. O financiamento deste Plano incluirá as verbas resultantes dos saldos transitados, mas também, do orçamento de funcionamento, alimentado com receitas próprias, e em particular, das verbas arrecadadas através da rede de parceiros e mecenas, ficando, de qualquer modo, condicionada a sua concretização a fatores externos.

No quadro do Plano de Investimentos estabelecido para o período de 2022 – 2025 encontram-se em desenvolvimento os projetos dos novos pavilhões de Informática e do Complexo Pedagógico, e em conclusão o projeto de reabilitação do AVAC no Pavilhão da Química no Polo de Loures e o projeto do Laboratório de Protótipos. Encontram-se em curso os processos para as empreitadas da remodelação da Biblioteca Central, dos novos laboratórios de ensino de Física, das salas de aula no Pavilhão de Civil e dos Laboratórios do piso 4 do Pavilhão de Minas. Tem sido reforçado o processo de concentração dos serviços administrativos no Pavilhão Central e foi concluído o programa para os termos de referência do projeto para o parque de estacionamento automóvel subterrâneo no Campus da Alameda, de modo a eliminar o estacionamento à superfície, ação essa enquadrada no processo de abertura do IST à Cidade.

Com a conclusão em 2024 da renovação integral dos elevadores da Torre Sul, da substituição integral do QGBT, do gerador no Pavilhão Central e das coberturas dos laboratórios da Torre Norte e do LTM, bem como das empreitadas de reabilitação da fachada da AEIST e da 1ª fase da rede de média tensão do Polo de Oeiras, foi, entretanto, dado início da renovação dos elevadores do Pavilhão de Matemática e à substituição do sistema de VRV para os espaços dos serviços académicos de graduação. Adicionalmente ao previsto no início de 2024, foi possível realizar ainda, a substituição do sistema de iluminação exterior do Campus da Alameda por um sistema com maior eficiência energética, a que se juntou a conclusão dos Laboratórios 401 e 403 no Pavilhão Interdisciplinar e a remodelação da rede e quadros elétricos na TIC- Tecnologias de Informação e Comunicação.

Durante o ano de 2024 foi já consignada despesa no valor de quase 4,2 milhões de euros (30% da dotação global do PI), o que acumula à execução do PI de 2022-2025 que encontrando-se a despesa em diferentes fases de realização, totaliza já 7,8 milhões de euros.

Para o ano de 2025 está prevista a conclusão dos projetos do Pavilhão de Mecânica IV, dos Laboratórios de Química Orgânica e Inorgânica e da reconversão do piso 2 do Pavilhão de Mecânica I de modo a instalar a Engenharia Naval permitindo a libertação dos espaços no Pavilhão Central.

3.1 INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

No ano de 2024 foi dada continuada prioridade ao lançamento de procedimentos para realização de obras de conservação e reabilitação que, em primeiro lugar, conduziam à melhoria das condições para a realização das atividades letivas.

Neste âmbito, foi realizada a requalificação do espaço para o funcionamento do espaço Museu Alfredo Bem Saúde e realizada a transformação dos espaços de sala de aula no Campus da Alameda. Foi concluído, e está em pleno funcionamento o sistema de produção de energia no Campus da Alameda, encontrando-se em desenvolvimento a sua extensão para os Polos de Oeiras e Loures.

No âmbito da Iniciativa Sustentabilidade Técnico que estrategicamente orienta a missão do Núcleo de Sustentabilidade do IST, foi concluído o processo de certificação energética de todos os Campi do IST, e continua em execução o projeto piloto melhoria de desempenho ambiental na área de resíduos, espaços verdes e monitorização de consumos de energia e água em tempo real. Complementarmente foi desenvolvido o projeto piloto de reforço das condições para aumento da interação social entre a comunidade Técnico através da instalação de conjuntos de mesas por vários pontos do exterior do Campus da Alameda e que irá ser alargado ao Polo de Oeiras durante o ano de 2025.

4 ENQUADRAMENTO OPERACIONAL DO ORÇAMENTO DO IST

4.1 CONDICIONANTES LEGISLATIVAS E CONJUNTURAS

O orçamento do IST, como tem vindo a ser reportado nos últimos anos, está condicionado pelo subfinanciamento crónico do ensino superior público recorrente, cuja componente de OE apenas permite assegurar o pagamento para 2025 de ~80% do valor dos salários do quadro de pessoal do IST. A componente da massa salarial não suportada pelo Orçamento do Estado (OE), bem como todas as restantes despesas fixas de estrutura necessárias ao funcionamento da Escola, terão de ser suportadas pelas receitas próprias. Ressalve-se que à data da redação deste documento o Orçamento de Estado (OE) ainda não foi aprovado, pelo que se considera a inscrição da proposta de orçamento em agosto de 2024.

Em Portugal, o investimento no ensino superior é claramente deficitário quando comparado aos restantes países da OCDE e U.E, situação que não se verifica para o ensino básico e secundário, que é da mesma ordem de grandeza. Com efeito, para o ensino superior, quando comparada a situação nacional com os restantes países da OCDE² a discrepância de valores no investimento por aluno do ensino superior é bem evidenciada, ficando Portugal (USD 12252 incluindo I&D; USD 8365 excluindo I&D) muito aquém dos valores médios da OCDE (USD 20499 incluindo I&D; USD 14077 excluindo I&D) e da UE (USD 20027 incluindo I&D; USD 13501 excluindo I&D). Mesmo nesta conjuntura nacional de ensino superior público deficitária, o IST continua a oferecer programas de engenharia, ciências e arquitetura variados, e de elevada atração a nível nacional e mesmo internacional. O Instituto Superior Técnico tem um passado forte e consistente, tendo as atividades de ensino e investigação um reconhecimento nacional e internacional inegável, que pretende este orçamento, mesmo com as limitações mencionadas, potenciar.

Desde o OE de 2022 foi incluído o congelamento das propinas para todos os ciclos de estudo, e para o segundo ciclo em particular, o que trouxe desde aí um acentuado impacto nas receitas expectáveis do IST, com redução na ordem de 2 000 000€ ao ano/letivo, não tendo sido revertido no OE de 2023, no OE de 2024 e expectavelmente no OE de 2025. Esse impacto é agravado porque o congelamento das propinas não vem acompanhado de qualquer compensação para as instituições de ensino superior públicas. Adicionalmente coloca em causa, não só o princípio da autonomia administrativa e financeira das universidades em prática nos últimos 40 anos, como desregula a oferta de ensino superior público em Portugal, já que teremos instituições públicas de ensino superior, com o mesmo financiamento do OE e ministrando o mesmo tipo de formação, que, por uma imposição decorrente do OE, têm valores de propinas muito distintos para o mesmo tipo de 2º ciclo.

Terão, no entanto, impacto positivo os criados Programa Aliança e Programa FCT Tenure, nomeadamente no apoio à contratação de posições permanentes de Docentes e Investigadores.

² OECD (2024), Education at a Glance 2024: OECD Indicators, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/c00cad36-en>.

Nos termos do artigo 137º do Orçamento do Estado para 2024 foi criada uma linha de financiamento, adicional às dotações orçamentais já atribuídas às instituições de ensino superior, destinada a apoiar a contratação por tempo indeterminado de doutorados exclusivamente para a carreira de investigação científica. Este Programa Aliança, para além de ter este documento enquadrador, tem ainda até à data, o Contrato Programa assinado entre a DGES, o IGEFE e a Univ. Lisboa, homologado pela Ministra (data: 25 de março de 2024) e a Adenda ao Contrato assinado pelas mesmas entidades e homologado pelo Ministro (junho de 2024). Para o IST foram financiadas 16 posições de Investigador Auxiliar, 3 de Investigador Principal e 2 de Investigador Coordenador (coerente com o Plano de contratações do IST). O montante de financiamento máximo, assegura o financiamento de 33% da totalidade dos custos laborais de cada contrato, isto é, os lugares de Investigadores Auxiliares são financiados em 1/3 da remuneração e nos termos do Contrato Programa, se ao longo da sua carreira forem promovidos a Principal ou Coordenador, o financiamento de 1/3 incidirá sobre a remuneração devida por essa categoria. Os lugares de Investigador Principal e Coordenador são financiados a 1/3 se forem entradas novas no sistema, ou a 1/3 da diferença no caso de alteração de categoria. Face a este cenário, e ao número de vagas envolvidas, apresenta-se uma estimativa do que será o orçamento neste âmbito para 2025.

A FCT, através de verbas de Receitas de Impostos do orçamento da FCT e enquanto beneficiário intermediário do PRR, apoia a contratação de doutorados, através do Programa "FCT-Tenure", que constitui um novo instrumento de financiamento com o objetivo de promover a contratação de doutorados exclusivamente para posições permanentes:

- i. Até ao prazo máximo de 3 anos, para contratos por tempo indeterminado para a carreira docente universitária e do ensino superior politécnico ao abrigo do ECDU e ECPDESP;
- ii. Até ao prazo máximo de 6 anos, para contratos por tempo indeterminado ao abrigo do ECIC;
- iii. Até ao prazo máximo de 6 anos para contratos sem termo equiparados aos previstos no ECIC nas instituições elegíveis ao presente programa que detenham carreiras próprias de investigação científica abrangidas pelo regime de direito privado.

O programa FCT-Tenure prevê assim, que a integração se faça em carreiras de investigação ou em carreiras de docência, e enquanto vigorar o apoio da FCT, aplica-se um limite máximo de 4h semanais de tempo de dedicação à atividade letiva (valor médio por triénio).

Foi com base neste último pressuposto, que resolveu este Conselho de Gestão, em harmonia com o Conselho Científico e o Conselho Pedagógico, criar o Programa FCT Tenure Plus Técnico, em função do sucesso da execução do Programa da FCT. A candidatura do IST ao Programa FCT Tenure teve um enorme sucesso, com a aprovação de quase 90% das posições propostas. O orçamento aqui apresentado, face então ao número de posições financiadas para o IST (62 posições financiadas, das quais 16 são Investigadores - 15 Investigadores Auxiliares e 1 Investigador Principal, e 46 são Professores - 43 Professores Auxiliares, 2 Professores Associados e 1 Professor Catedrático), considera uma taxa de elegibilidade de 100% para as posições de investigador e de ~70% para as posições de docente. Com base nesta assunção, o Programa FCT Tenure Plus Técnico estabelece

assim, um conjunto de apoios à Escola que: (i) prevê a compensação aos departamentos através do financiamento de Pessoal Docente Especialmente Contratado (PDEC) num montante igual a 30% de 11 meses de Assistente Convidado por Docente elegível. Estes PDECs irão compensar o serviço docente previsto para todas os novos docentes contratados, que estará limitado ao máximo 4h semanais (durante os primeiros três anos do período experimental), com o intuito de incrementar a atividade científica nesta fase de integração; (ii) apoia financeiramente o período de sabática no estrangeiro durante o período experimental dos novos docentes e investigadores contratados; (iii) apoia os departamentos com financiamento para a contratação de alunos de doutoramento como Assistentes Convidados a 59%, reforçando assim, a Escola Doutoral.

É de destacar ainda o princípio da solidariedade institucional do IST, refletindo este orçamento global, na sua componente do OE para 2025 (65 462 277€), o apoio provisório que o IST vai dar à Universidade de Lisboa para assegurar a execução da empreitada de construção dos edifícios 2 e 3, comércio, estacionamento, praça e exteriores, das Residências Universitárias da Universidade de Lisboa na Cidade Universitária de Lisboa³, considerada estratégica para a comunidade estudantil. Nos termos deste acordo, destaque-se que: (i) a Universidade de Lisboa retém do orçamento do IST uma verba de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros), relativa à transferência das dotações do orçamento de estado para o ano de 2025 (67 462 277€); (ii) a Universidade de Lisboa compromete-se a devolver ao IST, através de receitas próprias, a totalidade da verba de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros), no momento do início da concessão do parque de estacionamento da referida empreitada das Residências Universitárias da U. Lisboa na Cidade Universitária de Lisboa. Saliente-se ainda que a devolução da totalidade da verba ocorrerá, no máximo, até ao dia 31.12.2026.

Desde a tomada de posse do Conselho de Gestão em 2020, e em 2024, a execução orçamental (e o normal funcionamento de todas as atividades) do IST foi marcada por várias vicissitudes, nomeadamente em 2020-2021 a situação pandémica com as consequentes medidas de mitigação Covid, confinamentos sucessivos, aulas à distância (em simultâneo com a já agendada implementação do novo modelo de ensino), teletrabalho pleno, diminuição da atividade de prestação de serviços, seguida em 2022 de instabilidade governativa e resultante execução orçamental em duodécimos, e a guerra na Ucrânia e decorrente crise energética e ainda os impactos da guerra Israel - Hamas. Continuando esta última situação a ter tido forte impacto no ano de 2023 e 2024, bem como é expectável a sua continuidade para 2025.

Esta sucessão de conjunturas adversas condicionou nomeadamente o resultado orçamental para os respetivos anos. No final de 2020, o saldo transitado para 2021 sofreu uma diminuição de 1,4 milhões de euros face ao saldo transitado no final de 2019, tendo ficado marcado pela conjuntura pandémica. O saldo transitado de 2021 para 2022 foi de 12,9 milhões de euros, a que corresponde um acréscimo de 3,3 milhões de euros face ao saldo transitado para 2021. Do ano de 2022 para 2023 o saldo transitado foi de 16,9 milhões de euros, correspondendo ao acréscimo de 4 milhões de euros,

³ Documento Suplementar 1: Acordo entre a Reitoria da Universidade de Lisboa e o Instituto Superior Técnico

este efeito deveu-se ao aumento de transferências recebidas de entidades financiadoras nacionais e comunitárias no montante de 3,3 milhões de euros, e pela diminuição de despesa paga em investimentos e transferências de parceiros no montante de 700 mil euros. Do ano de 2023 para 2024 o saldo transitado foi de 21,5 milhões de euros, correspondendo a um acréscimo de 4,6 milhões de euros face a 2022, devido essencialmente ao aumento de transferências recebidas de entidades financiadoras nacionais e comunitárias relativas a projetos de investigação, destacando-se os PRR, tendo sido o resultado global do IST em 2023 de 3,459 M € positivo. Encontra-se ainda em curso o encerramento de contas para 2024, pelo que não é reportada ainda esta informação no presente documento. Refira-se ainda que desde 2023, para um melhor controlo da gestão financeira, foi implementado um sistema de encerramento de contas mensal que inclui mapas orçamentais e balancete, e trimestralmente a obtenção do balanço e da demonstração dos resultados.

Para o orçamento de 2025, existirão ajustamentos decorrentes de prováveis alterações legislativas, que incrementam a despesa e diminuem a receita, como sejam, o acréscimo de despesa decorrente dos aumentos salariais (~2M €), eventuais medidas de valorização dos trabalhadores em funções públicas, sem previsão orçamental de compensações, e a diminuição da receita por força da continuidade legislativa de congelamento das propinas sem a devida compensação.

Com o intuito de aumentar as receitas próprias, incrementando também o nosso envolvimento na sociedade, o IST promove ações de mobilização da sociedade civil e das empresas no sentido de contribuírem para a qualidade do Ensino Superior em Portugal. Estas ações estão bem refletidas na crescente visibilidade da Rede de Parceiros do IST (2 bancos; 25 empresas; 2 em negociação da abordagem a implementar). Refira-se ainda que das 25 empresas, 10 são parceiros Gold (>100k€ por ano, valor em dinheiro ou apoio em géneros), que corresponde no total a uma ordem de grandeza de mais de 1 milhão de euros por ano. No total falamos de montantes na ordem de grandeza dos 2M€.

Continuam a ser desencadeadas ações no sentido do alargamento à cooperação empresarial com as empresas do concelho de Loures, tendo como interlocutor a Câmara Municipal de Loures e o seu núcleo de Parcerias Empresariais, bem como com a de Oeiras. Também as atividades no âmbito do Técnico+ contribuem para essas sinergias.

Para além da captação de receita, é necessário controlar a despesa. Pelo que será prosseguida a monitorização periódica, estando contemplados vários indicadores financeiros que melhor permitam acompanhar a evolução da receita, despesa, disponibilidades, compromissos e cabimentos. Igualmente o Núcleo de Controlo e recuperação de Créditos continuará a sua atividade, que tem sido relevante.

Espera-se ainda que para 2025, os projetos PRR atinjam a sua taxa de execução plena, sendo cruciais ao desenvolvimento de novas atividades no Técnico, constituindo uma fonte de receita importante.

Outro aspeto a considerar é o programa de contratações para rejuvenescimento dos quadros da Escola, tendo-se assistido a um estímulo proporcionado pelos Programas Aliança e FCT Tenure, acima

mencionados, para a renovação do corpo docente e de investigação, a que acresce o Plano de contratação de Técnicos e Administrativos.

Refira-se a continuidade da implementação da contratação de Pessoal Docente Especialmente Contratado (PDECs), complementado pelo FCT Tenure/FCT Tenure Plus Técnico. O IST vai assim desenvolver o “Programa FCT TenurePlus Técnico” (secção 6.3.5.). Esta nova iniciativa do Técnico, visa, por um lado o reforço da componente de investigação a todos os novos recrutamentos durante os três primeiros anos do período experimental, e por outro incrementar a contratação de alunos de doutoramento. Refira-se ainda o *Teaching Assistant Program* (secção 6.3.6.) com prémio de mérito (Prémio Brito Camacho) para promover o envolvimento de doutorandos na lecionação.

Dá-se continuidade e criam-se novas iniciativas que apoiarão diretamente o ensino e a investigação (Iniciativa Técnico *Capacity Building Hub* na secção 6.3.4., Programa Digital+ na secção 6.3.4.1).

Para o estímulo ao 3º ciclo, saliente-se a criação da nova Escola Doutoral do Técnico (lançada a 4 de novembro 2024, aquando da abertura da 10.ª edição do PhD Open Days) (secção 6.3.7.), que irá agregar os 31 programas doutorais do Técnico, implementar um programa de formação em competências transversais, oferecer um programa Fast Track para a entrada no 3º ciclo a estudantes de mestrado do Técnico, promover estágios em empresas ou em ambiente internacional, incluindo doutoramentos em co tutela, bem como apoiar o PhD Student hub (uma estrutura que reúne a comunidade de doutorandos em torno de experiências e interesses comuns). O programa Fast Track é uma das iniciativas mais relevantes da Escola Doutoral, e que pretende captar os estudantes mais talentosos e com motivação para continuar um percurso académico. Permite a antecipação do início do doutoramento ainda durante o mestrado no Técnico, concebendo um projeto de investigação que garanta a continuidade do trabalho entre os dois ciclos, encurtando o tempo para a obtenção do grau de doutor. Destaque-se ainda, neste âmbito a criação do Prémio Maria Amélia Chaves (secção 6.3.8.), que constitui um prémio de mérito a atribuir a doutorandos, que (i) sejam bolseiros de investigação pagos por projetos das UID ou BIC do IST e que simultaneamente sejam alunos PhD Fast Track, e a doutorandos, que (ii) sejam bolseiros de investigação pagos pelo IST e alunos de doutoramento do IST, estimulando-se assim o seu contributo para a investigação. Acresce o apoio à Semana de Acolhimento, que é uma atividade fulcral à receção dos novos alunos do IST (secção 6.3.9.).

O IST tem ainda outros desafios em curso, como o desenvolvimento do Plano de Pormenor da Quinta dos Remédios (Polo de Loures), a beneficiação do enquadramento paisagístico do Polo de Oeiras, e para os três campi a convergência para uma melhoria das condições de ensino e investigação, através de melhoria/renovação do parque instalado existente.

O projeto do Arco do Cego, o Técnico Innovation Center (TIC), inaugurado em 18 de outubro de 2023 tem sido, sem dúvida, transformador para a Escola, para a Universidade de Lisboa e para a cidade, tendo-se assistido a um conjunto muito diversificado de eventos científico-tecnológicos, destacando-se também as relações empresariais, tendo-se desenvolvido nele atividades cruciais ao universo Técnico, beneficiando toda a sua comunidade, nomeadamente os alunos.

O grande desafio para 2025 será a implementação plena do Plano de Investimento aprovado pelo CG no início de 2022, para o qual já se consignou cerca de 60% da verba global estabelecida.

Iremos assim, tentar adequar o orçamento à conjuntura existente, definindo internamente as prioridades para atingir as metas estabelecidas no Plano de Atividades e no Plano Estratégico, tendo sempre como prioridade a Missão do Técnico.

4.2 FACTOS E NÚMEROS

Os valores do orçamento na componente da receita no Técnico têm assistido a variações nos últimos anos, sendo as mais expressivas, as decorrentes da componente do OE e da deslocalização de uma parte significativa da atividade de investigação para a IST-ID (Figura 1). Com efeito, a economia portuguesa antes, durante e depois da troika e com a pandemia teve os seus efeitos nas dotações orçamentais às Instituições de Ensino Superior (IES). De 2015 até 2016, a receita do IST decresceu. Essa diminuição traduz não só os efeitos da deslocalização da atividade de investigação para a IST-ID, mas também da diminuição da capacidade de captação de receitas próprias observada, consequência de diversos fatores, nomeadamente do arrefecimento da economia nacional e do hiato criado na passagem do programa FP7 para o programa H2020.

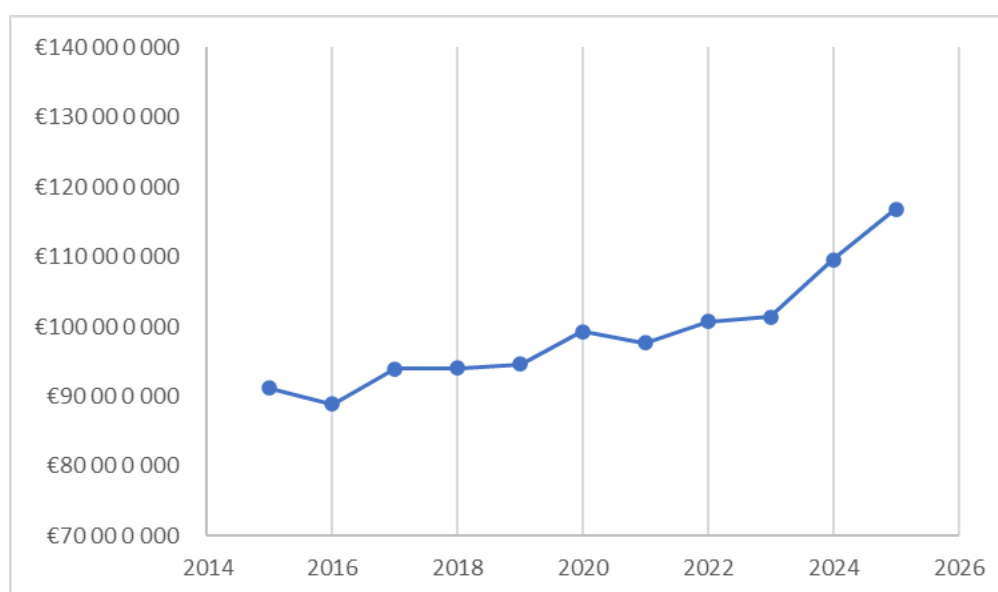


Figura 1: Evolução do valor do orçamento de receita do IST, desde 2015

De 2016 para 2017 registou-se um ligeiro aumento no valor do orçamento do IST. Essa recuperação está associada a um aumento do valor da parcela de OE resultante da reversão dos cortes salariais na administração pública que haviam sido introduzidos em anos anteriores. Verificou-se também um aumento na capacidade de captação de receitas próprias associadas à participação em projetos de investigação comunitários, muito em especial à custa de um aumento na taxa de sucesso nas candidaturas ao programa H2020.

Nos anos de 2018 e de 2019 o valor do orçamento de receita é praticamente idêntico ao de 2017. Este facto é preocupante, tendo em conta os aumentos na despesa anteriormente descritos. É de sublinhar que em 2019 e 2020 estava orçamentada uma receita significativa (da ordem dos 2,4 e 4,3 milhões de euros, respetivamente) relativa a um financiamento ganho no âmbito do POSEUR, que não se concretizou nesses montantes, particularmente pela dificuldade em implementar o programa estabelecido para o ano de 2020, fruto da situação pandémica. A existência dessa verba orçamentada e a manutenção de um valor global de receita com poucas variações em relação ao ano anterior revela uma diminuição de outras fontes de receitas próprias. Refira-se que para o ano de 2020 o financiamento efetivamente recebido no âmbito do projeto POSEUR foi de 388 568 €. Para o ano de 2021 o valor orçamentado do POSEUR foi de 2 379 522€, foi cabimentado o valor de 1 200 000€, dos quais se pagaram 1 000 000€. Sem dúvida que o primeiro semestre de 2021, ainda com forte influência de medidas de combate à pandemia, afetou o normal desenvolvimento da execução orçamental, nomeadamente desse programa, face à escassez de equipamentos disponíveis para aquisição.

Do ano de 2020 para 2021, embora se tenha assistido a um ligeiro aumento do OE (2020 = 58 137 873€; 2021 = 60 942 981€), o decréscimo observado no orçamento interno decorre da diminuição das receitas próprias, em parte devido ao impacto da pandemia.

No orçamento de 2022, face a 2021, o aumento da componente OE é mínimo (233,5 K€; OE 2021 = 60 942 981€; OE 2022 = 61 176 474€). Refira-se que para 2022 o orçamento operacional foi de 100 673 571€, sendo decomposto na generalidade por OE = 61 176 474€ e RP = 39 497 097€ (proporção 60% – 40% entre OE e RP).

Do ano de 2022 para o ano de 2023 assistiu-se a um aumento de 1 000 000€ da componente OE (OE 2022 = 61 176 474€; OE 2023 = 62 260 155€). Para 2023 o orçamento operacional foi de 101 425 290€, (OE = 62 260 155€; OE_IST = 55 731 832€; OE_ DL29/2012 – CTN = 6 528 323€; RP = 39 165 135€). Do ano de 2023 para o ano de 2024 assistiu-se ao aumento mais significativo da componente OE nos últimos anos, na ordem dos 3,8 milhões de euros (OE 2023 = 62 260 155€; OE 2024 = 66 061 435€). Para o ano de 2024, o orçamento operacional para o Técnico foi de 109 603 446€ dos quais: OE = 66 061 435€ (OE_IST=59 533 112€; OE_DL29/2012–CTN= 6 528 323€); e RP = 43 542 011€ (PRR = 7 342 664€; (Impulso = 1 971 412€, Agendas = 5 371 252€); Propinas + Taxas = 10 265 950€; FCT = 4 484 659€; União Europeia = 8 225 621€; venda de bens e serviços = 10 190 515€; e outras transferências (i.e., rede de parceiros, bancos) = 3 032 602€. Para o ano de 2025, o orçamento operacional para o Técnico é de 114 843 307€ dos quais: OE = 65 462 277€ (OE_IST = 58 933 954€; OE_DL29/2012 – CTN = 6 528 323€); e RP =49 381 030€ : PRR = 7 905 797€ (Impulso = 1 786 122€, Digital+ = 703 103€, Agendas = 5 416 572€); Programa Aliança (365 167€ efetivos no IST, após transferência para as IPSFLs de 728 724€); Programa FCT Tenure (1 463 531€); Propinas + Taxas (10 901 877€); FCT = 4 340 287€; União Europeia = 9 185 790€; bens e serviços = 11 044 312€; e outras transferências (i.e. rede de parceiros, bancos) = 3 445 545€. Constata-se assim, a manutenção de uma proporção basicamente de ~60% – 40% entre OE e RP, não permitindo o OE fazer face à totalidade dos custos salariais dos seus trabalhadores, permitindo fazer

face a ~80% dos custos, tendo os restantes 20% de ser colmatados com montantes de receitas próprias.

A relação entre o orçamento e o número de estudantes está interligada e é significativa. O número de estudantes inscritos no IST pode afetar o orçamento de várias formas, desde as propinas aos custos de funcionamento. Para melhor enquadrar este orçamento, apresentamos abaixo um histórico do número de estudantes do IST. É feita uma gestão cuidadosa para manter a estabilidade financeira e, ao mesmo tempo, proporcionar um ensino e serviços de qualidade aos estudantes.

O Técnico tem atualmente 11 689 alunos (Figura 2), divididos por mais de 90 cursos conferentes de grau de licenciatura, de mestrado e de doutoramento. O número de estudantes estrangeiros tem tido uma tendência maioritariamente crescente, tendo atingido os 1 439 em 2023/2024, tornando cada vez mais o IST uma Escola internacional.

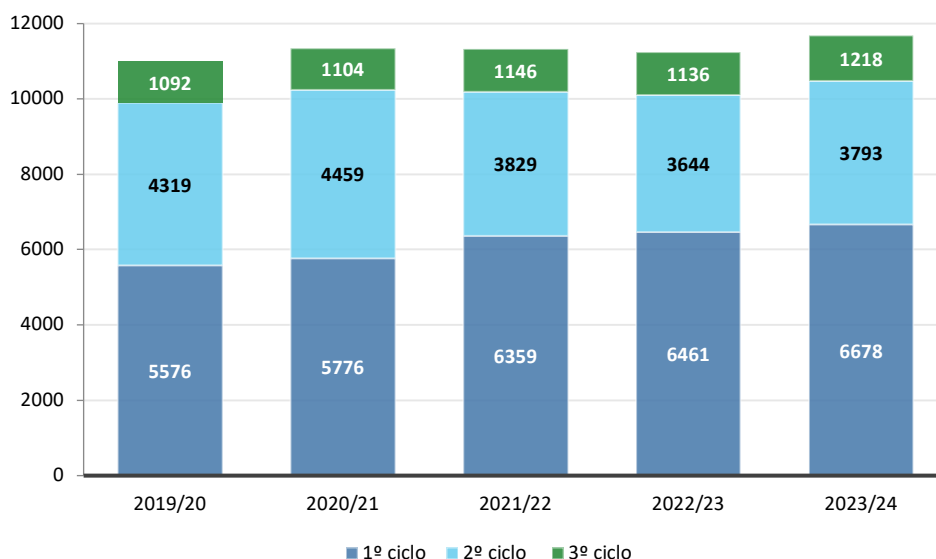


Figura 2: Evolução do número de estudantes do IST por ciclo de estudos nos últimos 5 anos

Os seus mais de 650 professores e investigadores desenvolvem atividades em mais de 20 unidades de investigação, próprias ou associadas, todas classificadas com excelente ou muito bom pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, estando atualmente o processo de avaliação FCT para 23/24 ainda a decorrer.

O número de cursos ativos (com matrículas em 2023/24 e/ou diplomas em 2022/2023, é de 22 para o 1º ciclo, licenciatura e 1º ciclo de Mestrado Integrado, 36 para o 2º ciclo, e 35 para o 3º ciclo (Programas de Doutoramento).

Ao longo dos últimos dez anos, não obstante as contingências antes identificadas, o IST captou cada vez mais e melhores alunos, tendo tido de novo em 2024/2025 a oferta formativa (Engenharia Aeroespacial) nos lugares cimeiros (5ª posição) dos cursos com a média de entrada mais elevada no Ensino Superior e ainda uma outra (Engenharia Física Tecnológica) na 14ª posição.

É legítima a conclusão de que, ao fim de mais de 110 anos de existência, o IST soube crescer de forma sustentada e planeada, dando cumprimento à sua missão, e tornando-se, a nível nacional, mas também a nível internacional, numa incontornável instituição de ensino superior.

4.3 ESTRUTURA DO ORÇAMENTO DO IST

O orçamento do Instituto Superior Técnico apresenta uma previsão das receitas e despesas para o ano civil de 2025 e está estruturado em dois centros financeiros. O primeiro, designado por “custos de estrutura”, suporta todos os custos estruturais necessários ao funcionamento do IST (os salários de contratos da função pública, contratos fixos, manutenção e investimento). O Centro Financeiro 10 corresponde assim à Contabilidade Central. O segundo, designado por “investigação e serviços do IST”, suporta todos os custos associados às atividades de investigação e de prestação de serviços, sustentadas à custa da capacidade de captação de receitas próprias do IST. Este último centro financeiro está estruturado pelos seus três campi: UE-20 (Alameda), UE-36 (Polo de Oeiras) e UE-38 (Polo de Loures).

Na preparação do orçamento para 2025 foram consideradas, como principais fontes de receitas:

(i) Verbas públicas atribuídas ao IST pelo governo através do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), correspondentes às dotações do Orçamento do Estado (OE);

(ii) Previsões relativas aos contratos de investigação científica, de desenvolvimento tecnológico e/ou de prestação de serviços;

(iii) Previsões de outras Receitas Próprias (RP), elaboradas com base nas informações fornecidas pelos Serviços Centrais e na receita dos últimos 5 anos (particularmente dado o carácter atípico desse período) dos restantes Centros Financeiros, incluindo também as propinas e custos de formação da FCT;

v) Projetos PRR (Impulso e Agendas)

vi) Programa FCT Tenure

vii) Programa Aliança

viii) Análise da receita de programas de financiamento em curso, e que poderão ainda ter impacto significativo no próximo ano.

ix) Rede de parceiros

Deste modo, para além do OE, a receita do Técnico engloba as Receitas Próprias, que incluem propinas, taxas diversas, subsídios de entidades financeiras, prestação de serviços, projetos de investigação, e ainda a componente resultante da atratividade do Técnico perante parceiros empresariais, nomeadamente no apoio a atividades dos estudantes, com particular destaque para os seus núcleos. Constituído a receita vinda de propinas, nomeadamente do segundo ciclo, uma fonte de receita minorada (por força da Lei do OE2022, contrariando a decisão de aumento para 1 250 euros, e continuada no OE 2023 e no OE de 2024; e expectável no OE 2025), preconiza-se, tal como no passado, incentivar outras iniciativas para gerar receita, como atrair mais estudantes internacionais,

atrair novos mercados usando a reformulação curricular e a oferta diversificada de *minors*, a Escola Doutoral e o Programa PhD Fast Track, bem como, desenvolver programas de captação de recursos de novas fontes destinados a projetos estratégicos e programas de *sponsorship*. Preconizam-se também medidas para a melhoria da eficiência e de controlo da despesa que permitam acomodar o efeito das novas pressões orçamentais. Para um melhor controlo orçamental, no ano de 2020 foi criado o núcleo de controlo e recuperação de créditos que, a título informativo, pode referir-se que, para o ano de 2021, permitiu a recuperação da cobrança de receita no montante de 900K euros, para 2022 na ordem de 1M euros, e para 2023 até ao final de setembro o montante de ~827k€ (o montante recuperado de clientes entre 01.01.2023 a 30.09.2023 que tinham dívida em aberto até 31.10.2022, foi de ~721k€; o montante recuperado de alunos entre 01.01.2023 a 30.09.2023 que tinham dívida em aberto até 31.8.2021, foi de ~106k€), em 2024 e até agora recuperaram-se ~1M €. Estão em curso novas ações para 2025 nesta linha, nomeadamente após a observação do resultado para 2023 de indicadores relacionados, afinar o controlo de crédito.

O foco será assim, uma gestão orçamental equilibrada e sustentável, continuando o controlo da despesa, a recuperação de créditos e a captação de receitas acrescidas e diversificadas. Dentro destas categorias, promove-se também o desenvolvimento de planos e prioridades de captação de recursos financeiros, trabalhando para atrair novas parcerias e alargar as existentes. Para ajudar neste plano, pretendemos ainda incrementar as sinergias com os *alumni*, as parcerias empresariais e a diversificação da oferta de cursos Técnico +.

A dotação do Orçamento do Estado para 2025 tem um valor efetivo de 65 462 277€, dos quais 58 933 954€ correspondem à verba atribuída no âmbito do financiamento público do ensino superior e 6 528 323€ correspondem à verba resultante da aplicação do disposto no Decreto-Lei 29/2012, de 9 de fevereiro (integração do ITN no IST).

O IST, para além da receita proveniente do OE 2025 estima a obtenção de receitas próprias (49 381 030⁴€), resultando numa proporção da receita em 60% de financiamento público e 40% de receitas próprias. Relativamente ao orçamento total, as RP encontram-se repartidas em 9% de propinas, 21% de financiamento decorrente de atividades de I&D (inclui 7% de projetos PRR, 1% de financiamento Aliança e 1% de FCT Tenure), 9% de venda de bens e serviços, e 3% de outras transferências. Quanto à despesa, ronda 73% em recursos humanos, 15% em fornecimentos e serviços, e o restante nomeadamente em equipamentos, bolsas, IVA, taxas municipais e transferências para parceiros. Isto significa, que considerando as receitas do OE para 2025, elas irão financiar ~80% dos vencimentos e respetivos encargos, e as receitas próprias as despesas descritas na secção 5.2. Faz-se assim uma previsão orçamental da receita da Escola para o ano 2025 de 114 843 307€.

Os gráficos da Figura 3 ilustram a evolução das verbas provenientes do OE, da cobrança de propinas e das restantes componentes de RP na composição da receita nos orçamentos anuais do IST, desde 2015. É possível verificar que o peso relativo das verbas de OE tem vindo a aumentar nos últimos

⁴ Inclui a verba referente aos projetos PRR (~8M €), Aliança ~1M €) e FCT Tenure (~1,5M €)

anos. Este facto está, no passado, essencialmente associado à deslocalização de uma parte significativa das atividades de investigação para a IST-ID, mas assistiu-se de 2023 para 2024 a um acréscimo da componente do OE, que não tem sido usual, e que foi de ~ 6%, e de 2024 para 2025 de ~ 2%. Refira-se que, como resultado da assinatura do Acordo entre a Reitoria da Universidade de Lisboa e o Instituto Superior Técnico, a componente de OE efetivo é de 65 462 277€ (com menos 2 milhões de euros, a recuperar até 2026).

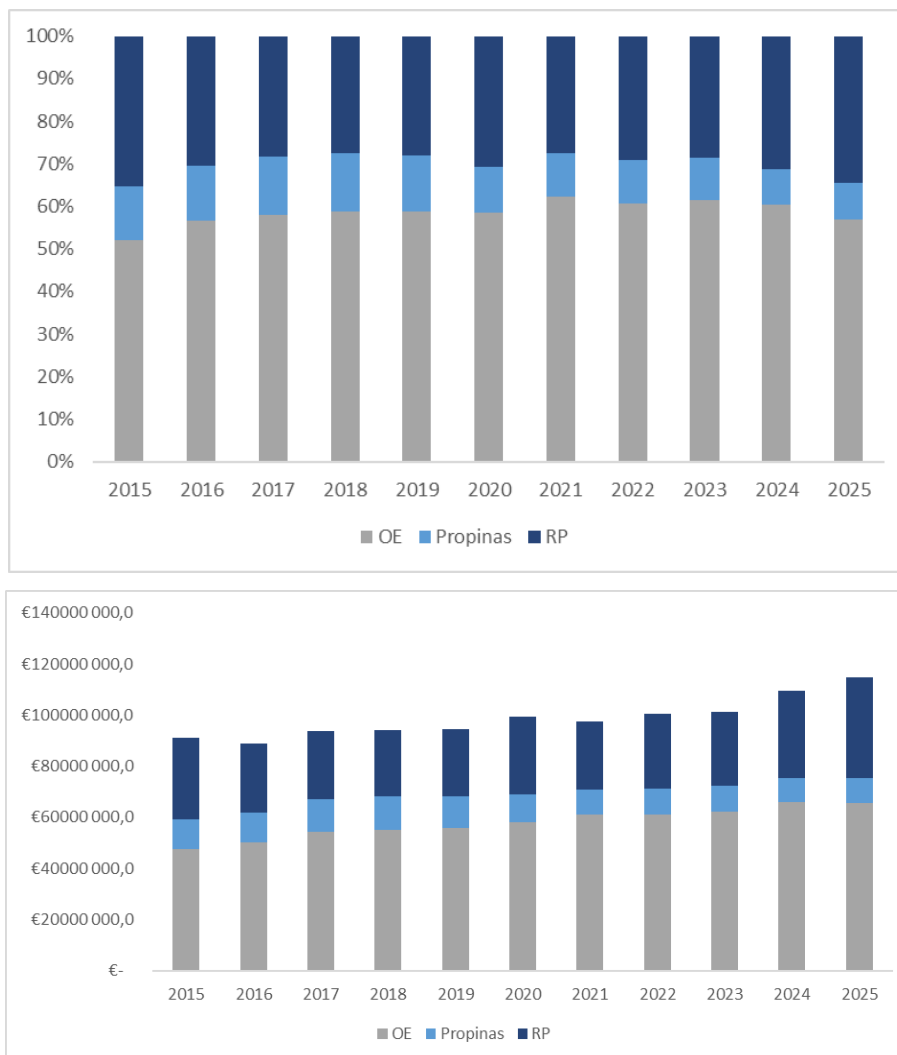


Figura 3: Evolução da composição das componentes de receita (OE, propinas e outras RP), desde 2015

Da análise da evolução do valor da dotação de OE desde 2015 (Figura 4) destaca-se uma evolução tendencialmente crescente (aqui apresenta-se a dotação OE sem acordo da Reitoria da UL, para fins comparativos com anos anteriores). O aumento posterior a 2015 resulta em grande parte da reversão dos cortes salariais que foram introduzidos no início da década passada. Desde 2017 o valor desta dotação tem variado geralmente de forma pouco significativa, que não acompanha os fortes aumentos de despesa ocorridos por via de alterações legislativas entretanto introduzidas. De 2023 para 2024 assistiu-se a um aumento de 6% da dotação do OE. De 2024 para 2025, a componente OE aumentou

2%, esperando-se que se mantenha esta tendência para os próximos anos de forma que tendencialmente convirja para o suporte legítimo de 100% dos salários dos seus funcionários públicos.

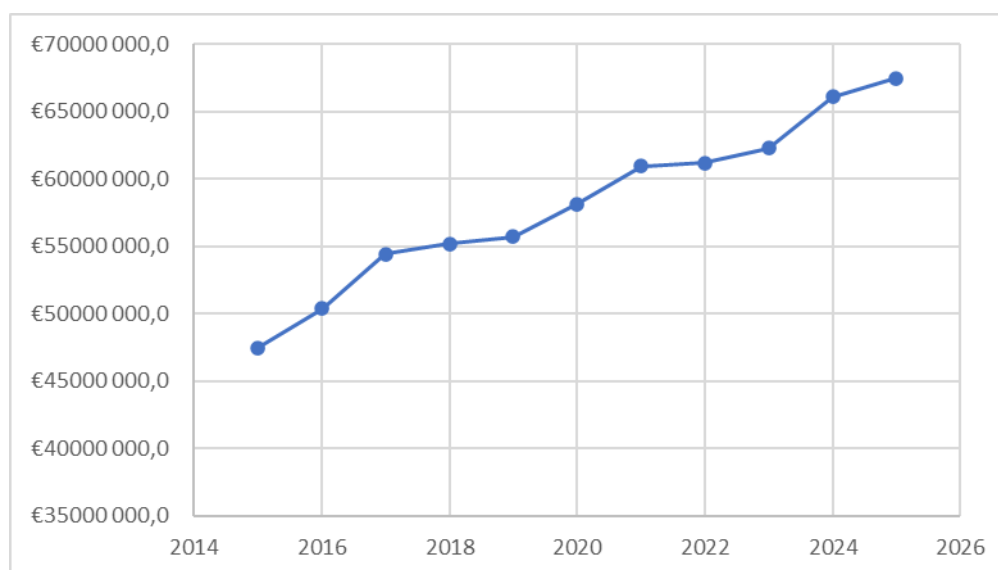
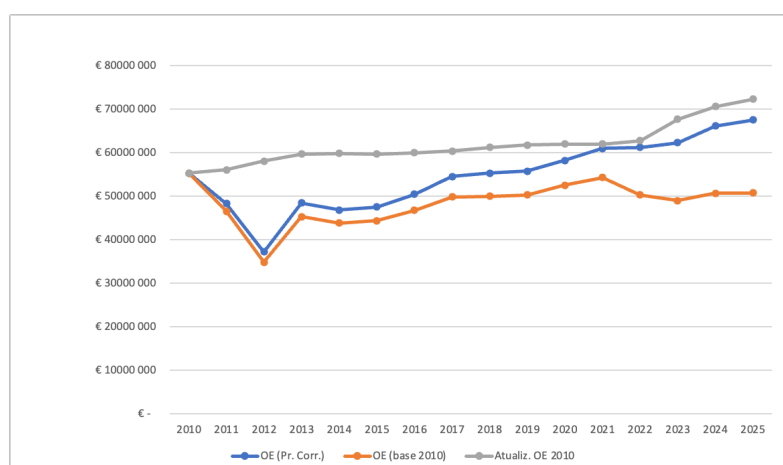


Figura 4: Evolução do valor da dotação de OE para o IST, desde 2015



	OE (Pr. Corr.)	OE (base 2010)	Atualiz. OE 2010
2010	€ 55 217 657	€ 55 217 657	€ 55 217 657
2011	€ 48 199 599	€ 46 440 314	€ 55 990 704
2012	€ 37 155 452	€ 34 807 638	€ 58 034 365
2013	€ 48 389 991	€ 45 209 881	€ 59 641 917
2014	€ 46 755 252	€ 43 804 886	€ 59 802 950
2015	€ 47 485 628	€ 44 271 176	€ 59 635 502
2016	€ 50 360 198	€ 46 664 756	€ 59 927 716
2017	€ 54 429 812	€ 49 744 771	€ 60 293 275
2018	€ 55 202 952	€ 49 951 894	€ 61 119 293
2019	€ 55 689 977	€ 50 221 257	€ 61 724 374
2020	€ 58 137 873	€ 52 434 014	€ 61 934 236
2021	€ 60 942 981	€ 54 265 874	€ 61 928 043
2022	€ 61 176 474	€ 50 208 487	€ 62 714 529
2023	€ 62 260 155	€ 48 895 562	€ 67 625 077
2024	€ 66 061 435	€ 50 635 729	€ 70 539 718
2025	€ 67 462 277	€ 50 675 278	€ 72 232 671

Figura 5: Evolução do valor da dotação de OE para o IST, considerando a inflação ocorrida desde 2010

Será importante proceder à mesma análise evolutiva, mas considerando a inflação ocorrida ao longo dos anos. Na Figura 5 apresenta-se a evolução desde 2010 da dotação do orçamento de Estado para o IST a preços correntes, bem como a preços constantes de 2010, e ainda os valores da dotação de 2010 atualizada a preços correntes. Considerou-se este ano, por ser anterior às restrições aplicadas no âmbito da “Troika”, e posterior reversão dos cortes salariais em 2013.

Uma breve análise dos valores apresentados revela que a dotação prevista para o ano de 2025 representa um deficit de 4,5 M € face ao valor atualizado da dotação de 2010. O valor previsto para o corrente ano (67,46 M €) corresponde a 50,7 M € a valores de 2010, ano em que a dotação ascendeu a 55,2 M €.

Os dados mostram a existência face a 2010 de um deficit permanente de 4,5 M € na dotação do OE atribuída ao IST.

Acresce a este facto o congelamento do valor das propinas. O cálculo do efeito da desvalorização dos valores de propinas em resultado da inflação anual desde 2020 ascende a 2,6 M €.

Esta nova abordagem na análise evolutiva das dotações do OE, considerando a inflação, mostrou-se muito clara quanto à perda efetiva de orçamento proveniente do OE. Se efetuarmos a mesma abordagem, mas considerando o efeito conjugado da inflação e do congelamento das propinas no Orçamento do IST, verifica-se que o impacto no orçamento do IST ascende em 2025 a 7,1 M €. O que demonstra que a evolução crescente observada na Figura 4 não é real, ocorrendo sim, uma perda efetiva de orçamento na componente OE.

No que diz respeito à despesa, a componente mais significativa diz respeito aos encargos com o pessoal. Em 2025 estima-se que esses encargos ascendam a um valor total de cerca de 84 milhões de euros. O orçamento foi preparado de acordo com as normas, que mantêm a obrigatoriedade de as Instituições do Ensino Superior contribuírem com 23,75% dos salários dos trabalhadores em funções públicas para a Caixa Geral de Aposentações (CGA) e Segurança Social (TSU). O pagamento pelas instituições de Ensino Superior dos descontos para a CGA iniciou-se em 2007, com descontos correspondentes a 7,5% dos salários dos trabalhadores, que aumentou para 11% em 2008, para 15% em 2010, para 20% em 2013 e para 23,75% a partir de 2014. Esta obrigação, que foi crescendo de forma gradual ao longo do tempo, resultou num efetivo aumento de despesa. Se em 2025 as Instituições de Ensino Superior deixassem de ter de suportar diretamente estes encargos (com CGA e TSU), resultaria para o IST uma diminuição de despesa na ordem dos 15,1 milhões de euros.

A evolução ao longo do tempo dos rácios entre o valor total de Compromissos com Pessoal (CP) e a receita de verbas OE (CP/OE) e entre o valor total de Compromissos com Pessoal e a receita total anual (CP/Total) permite desde logo identificar dois aspetos que têm vindo a caracterizar esta componente da despesa ao longo do tempo (Figura 6). Por um lado, é claro que o valor de despesas com pessoal (pessoal permanente e especialmente contratado) tem um valor consideravelmente superior ao da dotação proveniente das verbas do OE. Quer isto dizer que, para satisfazer os compromissos com o pagamento de pessoal, é necessário o recurso a receitas próprias. Em 2025 estima-se que 73,3% da despesa seja correspondente a despesas com pessoal (custos fixos e variáveis, e de todos os centros financeiros), e destas 96,3% correspondem a pessoal permanente (considerando o OE efetivo para 2025 após acordo com a Reitoria da Universidade de Lisboa).

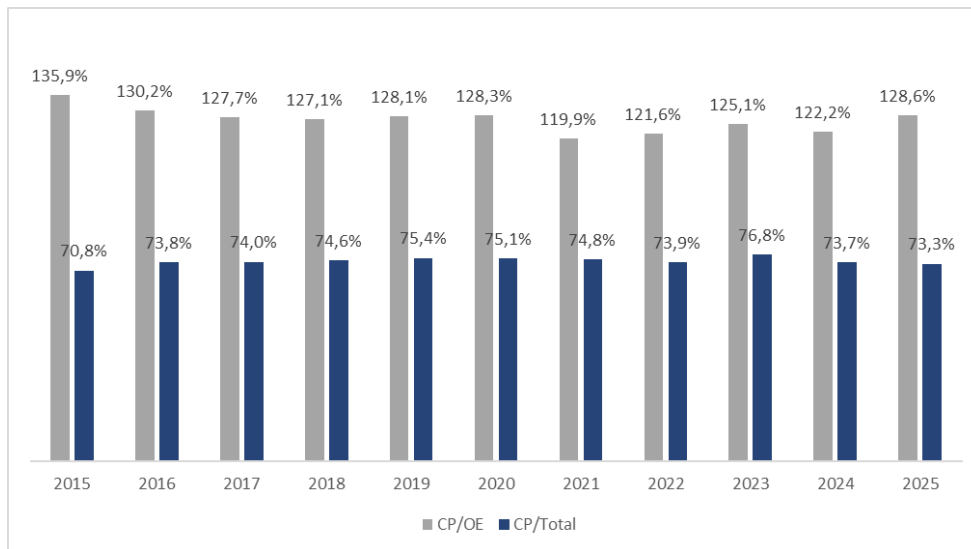


Figura 6: Evolução dos rácios CP/OE e CP/Total do IST, desde 2015

5 ORÇAMENTO DO IST PARA O ANO DE 2025

O orçamento do IST para o ano de 2025, em harmonia com o Plano de Atividades e o Plano Estratégico, inclui um plano das previsões da receita e da despesa para o ano, estabelecendo um plano de ação orientador na tomada de decisões financeiras. O orçamento foi trabalhado com as restantes áreas de gestão, tendo em consideração o Plano Estratégico, desenvolvendo propostas orçamentais que se pretendem ver alinhadas com as necessidades de despesa, considerando a projeção da receita, com o intuito de permitir que se cumpram as metas e objetivos propostos.

Esta ferramenta de gestão permitirá melhor definir metas com base nas projeções apresentadas, para além de permitir acompanhar a evolução financeira da Escola, e conduzir a um melhor sistema de prestação de contas.

As seguintes decisões-chave são refletidas no orçamento: uso maximizado de fontes de financiamento restritas, promoção da excelência académica e sustentabilidade, aumento da atividade de investigação e de prestação de serviços, incremento da recuperação e controlo de crédito, atualizações operacionais para as principais áreas funcionais, monitorização e mitigação dos impactos remanescentes de condições extremas (como o COVID-19, a guerra na Ucrânia, e os ainda não conhecidos efeitos da guerra Israel - Hamas), bem como a preocupação com o bem-estar da comunidade Técnico.

Nos últimos anos, mesmo em condições extremas, como as vividas em conjuntura pandémica e de guerra na Europa, o IST tem conseguido desenvolver uma política de controlo orçamental exigente e rigorosa, que permitiu desenhar e implementar um Plano de Investimentos (com recurso a saldos transitados, parcerias empresariais e mecenas) com intervenções nas infraestruturas da escola, bem como a contratação de docentes, investigadores e técnicos e administrativos, e planos de promoções. Saliente-se que a execução do Plano de Investimento está fortemente condicionada pelas imprescindíveis compensações orçamentais do Governo acima referidas e/ou alterações conjunturais internacionais que se traduzam num agravamento da situação económico-financeira.

Face ao histórico dos anos anteriores, espera-se por parte da Tutela a compensação decorrente de alterações legislativas como os aumentos salariais, que não ocorreu em 2024.

Para além do Plano de Investimento já descrito, mais direcionado para a infraestrutura, como referido nas principais prioridades, tem vindo a ser desenvolvido um “Plano de Investimento” direcionado para um maior investimento na qualidade de ensino, investigação e formação. Destacam-se neste âmbito a **Iniciativa Técnico *Capacity Building Hub*** (secção 6.3.4.), que inclui: (i) Programa Start-up Funds; (ii) Programa Digital+ (inclui os PIP); (iii) Programa *Shaping the Future* (inclui o novo Programa +Projetos), o **Programa FCT Tenure Plus Técnico** (secção 6.3.5.), que escala o próprio programa FCT Tenure da FCT, com um reforço orçamental por parte do IST, durante os três primeiros anos do período experimental, para potenciar, com um conjunto de medidas, as atividades de investigação nos recém-contratados, o **Prémio Brito Camacho - *Teaching Assistant Program*** (secção 6.3.6.), o apoio à recém criada **Escola Doutoral – PhD Fast Track** (secção 6.3.7.), e a criação

do **Prémio Maria Amélia Chaves** (secção 6.3.8.). Destaque-se ainda o **apoio a conceder à comunidade estudantil**, e o apoio à **semana de acolhimento aos novos alunos do Técnico** (secção 6.3.9.).

Realce-se o contributo para o orçamento decorrente dos projetos PRR, do Programa FCT Tenure e do Programa Aliança, ao nível da receita, e da respetiva despesa. Refira-se, que será continuado o acompanhamento rigoroso, com especial atenção à evolução da receita e da despesa, quer a cabimentada, quer a realizada, usando nomeadamente vários indicadores financeiros e controlo periódico. Acresce a continuidade das atividades do Núcleo de Controlo e recuperação de Crédito.

O orçamento operacional é apresentado sumariamente na componente da receita (Tabela 1; Figura 7) e na componente da despesa (Tabela 2; Figura 8) encontrando-se a informação discriminada por centro financeiro (CF) associado aos movimentos de despesa e de receita. Não se apresentam as rubricas orçamentais listadas de forma exaustiva, mas sim de forma agregada, para um mais fácil entendimento e análise. Como já foi anteriormente referido, o orçamento do IST encontra-se dividido por dois grandes centros financeiros: o Orçamento de Estrutura (CF 10 – Contabilidade Central) e o Orçamento de Investigação e Serviços, compreendendo este último os centros financeiros CF-20 (projetos centrais), CF-36 (Polo de Oeiras) e CF-38 (Polo de Loures).

A viver ainda os efeitos de uma sobreposição de crises económicas e de saúde pública resultantes da pandemia e das guerras da Ucrânia e Israel-Hamas, o orçamento para 2025, é uma tentativa de equilibrar prioridades, compreendendo a necessidade de manter a formação de alta qualidade, apoiar as comunidades e instalações dos campi, atendendo também às necessidades de saúde mental evidenciadas nos últimos tempos (o Técnico é a única escola a nível nacional que desde longa data inclui um conjunto de serviços de saúde de apoio à sua comunidade).

Em 2025, à semelhança de anos anteriores desde 2018, será usado o SAP para efetuar o controlo orçamental de todos os serviços administrativos.

5.1 RECEITA

Decorrente do Acordo entre a Reitoria da Universidade de Lisboa e o Técnico⁵, o Orçamento do Estado efetivo para 2025 será no valor de 65 462 277€, representando 57% da receita total (114 843 307€), prevista para 2025. Nessa dotação do OE para o IST está englobada uma parcela diretamente decorrente da Lei do financiamento ao ensino superior e uma parcela decorrente da integração do ex-ITN no IST (Decreto-Lei 29/2012, de 9 de fevereiro). Sendo o OE efetivo para 2025 de 65 462 277€, a primeira parcela (58 933 954€), corresponde a 90 % da verba de OE e a segunda (6 528 323€) a 10% da verba de OE da instituição. A previsão de Receitas Próprias para 2025 ascende a 49 381 030€⁶ (42% num total da receita de 116M € e 43% num total da receita de 114M €, esta última decorrente do acordo com a Reitoria da Universidade de Lisboa) provenientes nomeadamente de propinas

⁵ Documento Suplementar 1: Acordo entre a Reitoria da Universidade de Lisboa e o Instituto Superior Técnico

⁶ Inclui a verba do PRR, Aliança e FCT Tenure

(correspondendo a 9% do orçamento total e a 22% das RP), das transferências de diversas entidades financiadoras de I&D (correspondendo a 12% do orçamento total e a 27% das RP), PRR (correspondendo a 7% do orçamento total e a 16% das RP), Aliança (correspondendo a 1% do orçamento total e a 2% das RP), FCT Tenure (correspondendo a 1% do orçamento total e a 3% das RP), da venda de bens e serviços (correspondendo a 9% do orçamento total e a 22% das RP) e de outras transferências (correspondendo a 3% do orçamento total e a 7% das RP).

O orçamento interno do Técnico para 2025 tem um acréscimo de ~5,2 milhões de euros (~5%) face ao orçamento interno para 2024, e estimamos um aumento de 5,8 milhões de euros (~13%) na componente de receitas próprias. Realce-se que as receitas próprias para 2025 têm uma forte componente dos projetos PRR (~7%), dos Programas Aliança e FCT Tenure (~ 1% cada); se excluirmos o contributo destas tipologias de receita nos orçamentos de 2024 para 2025, o aumento estimado nas receitas próprias é de 2,7 milhões de euros (~7%). Em 2025 a FCT inscreveu menos 144 mil euros do que no ano anterior. Pode assim, constatar-se que o aumento estimado de receitas próprias de 2024 para 2025 no orçamento do IST, está fortemente alavancado nas atividades de I&D da instituição.

A diretriz orçamental do OE de congelamento das propinas (Lei nº 12/2022 de 27 de junho), continuada até agora, adicionada à Lei n.º 75/2019, de 2 de setembro, que estabelece mecanismos de regularização de dívidas por não pagamento de propinas em instituições de ensino superior públicas, poderá condicionar as receitas próprias nessa componente do orçamento interno para 2025.

Estima-se um aumento no valor das propinas na ordem dos 504k€ face a 2024 (propinas+taxas crescem ~636k€).

Convém ainda referir a componente da receita referente aos serviços auxiliares (p.e. bares, refeitórios, livraria, etc.), que fornecem um serviço vital aos estudantes, e pessoal docente e não docente, e contribuem para a experiência do aluno no IST. Os serviços auxiliares são empresas comerciais autossustentáveis que fornecem bens e serviços ao IST. Eles não são suportados pelo orçamento operacional do IST.

A Tabela 1 apresenta a receita distribuída por Centros Financeiros. Os valores contidos na tabela para cada Centro foram obtidos com base numa melhor estimativa, considerando as condicionantes conjunturais nacionais e internacionais. Nesta tabela não estão considerados os saldos transitados. A Figura 7 apresenta a distribuição da origem da receita pelas suas diversas componentes.

Tabela 1: Estrutura da receita do IST para 2025

Orçamento Receita - Ano 2025	CF 10	CF 20	CF 36	CF 38	TOTAL
Propinas e Tx	10 881 877	0	0	20 000	10 901 877
Propinas	9 752 037				9 752 037
Taxas e Emolumentos	1 129 840			20 000	1 149 840
Transferencias	69 031 827	13 251 072	21 000	130 000	82 433 899
OE	67 462 277				67 462 277
OE (Acordo UL - IST) (*)	-2 000 000				-2 000 000
FCT-C.Formação	1 560 000				1 560 000
FCT-Emprego Cientifico	0	970 216			970 216
FCT - outros progr		1 770 071		40 000	1 810 071
Un.Europeia		9 125 790		60 000	9 185 790
Rede Parceiros	1 398 550	300 000			1 698 550
Bancos	600 000				600 000
Outras Transf	11 000	1 084 995	21 000	30 000	1 146 995
Venda Bens e Serviços	4 896 118	5 069 863	128 330	950 000	11 044 311
Venda Bens	164 095	0	0	0	164 095
Livros e Reprografia	95 545				95 545
Outros Bens	68 550				68 550
Venda Serviços	4 732 023	5 069 863	128 330	950 000	10 880 216
Aluguer de Espaços	280 000	0	25 736	10 000	315 736
Estudos e Pareceres	140 000	1 005 800	36 720	0	1 182 520
Serv.Laboratoriais	2 200 000	285 053	0	710 000	3 195 053
Act.Saude	450 000	0	0	0	450 000
Outros Serviços	1 662 023	3 779 010	65 874	230 000	5 736 907
PRR (Impulso, Agendas e Digital +)	1 786 122	6 119 675	0	0	7 905 797
Impulso Jovem e Incentivo Adulto	1 786 122				1 786 122
Ag/Alianças Mobilizadoras p/Inovação Empresarial		4 867 201			4 867 201
Ag/Alianças Mobilizadoras p/Inovação Empresarial-IVA		414 522			414 522
Ag Invest Inovação p/Sustentabilidade Agricultura		134 849			134 849
Digital+_INOV@U		259 700			259 700
Digital+_INOV@U - IVA		59 731			59 731
Digital+_PRODIGI: Rumo ao Futuro		288 785			288 785
Digital+_PRODIGI: Rumo ao Futuro - IVA		94 887			94 887
Aliança	365 167	728 724	0	0	1 093 891
Aliança Investigadores Técnico	365 167				365 167
Aliança a transferir para IPSFL		728 724			728 724
FCT Tenure	0	1 463 531	0	0	1 463 531
FCT Tenure		1 463 531			1 463 531
Total	86 961 111	26 632 865	149 330	1 100 000	114 843 307

(*) Documento Suplementar 1 – Acordo entre a Reitoria da Universidade de Lisboa e o Instituto Superior Técnico

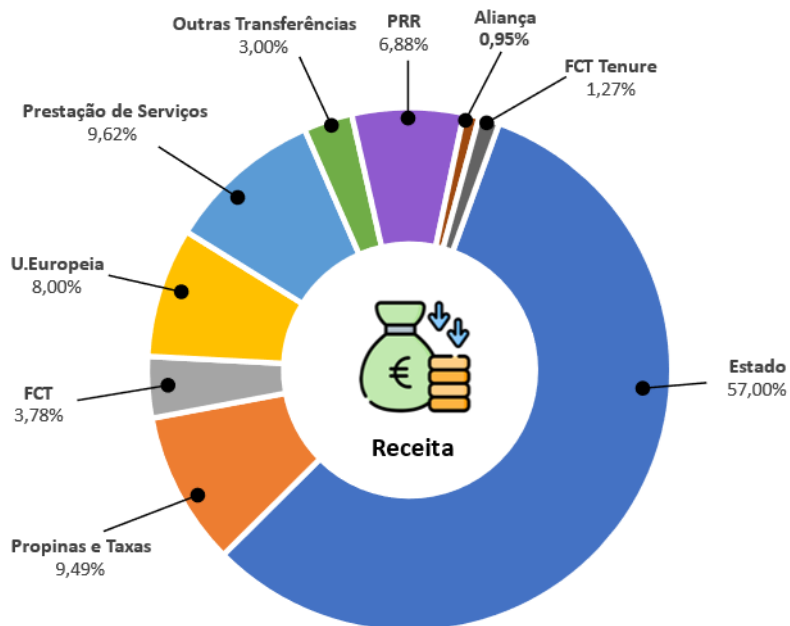


Figura 7: Distribuição da origem da receita do IST para 2025

5.2 DESPESA

As despesas orçamentadas para 2025 ascendem a um total de 114 843 307€. Destaque-se, face a 2024, o acréscimo de despesa de 1 milhão de euros do financiamento do Programa Aliança, e de 1,5 milhões de euros do financiamento do Programa FCT Tenure, acompanhado de 560 mil euros nos projetos PRR, que passaram de 7 342 664€ para uma previsão de despesa de 7 905 797€ (Impulso = 1 786 122€, Agendas = 5 416 572€ e Digital + = 703 103€). Relativamente aos encargos com remunerações salariais (custos fixos e variáveis) o total em 2025 deverá ascender a 84 156 660€. Saliente-se ainda que a componente resultante do Programa Aliança inclui o pagamento de 1/3 para os investigadores contratados, e o Programa FCT Tenure, o pagamento de 2/3 nos primeiros 3 anos do contrato de docentes e investigadores, e de mais 1/3 por 3 anos para os investigadores.

O orçamento para 2025 prevê a continuidade de várias atividades em curso, nomeadamente através de iniciativas ao incentivo à investigação e ensino, como a Iniciativa Técnico *Capacity Building Hub*, que comporta vários programas mais detalhadamente descritos na secção 6.3.5., o Programa FCT *Tenure Plus* Técnico, o Prémio Brito Camacho, a Escola Doutoral – PhD Fast Track e o Prémio Maria Amélia Chaves, bem como o apoio à semana de acolhimento.

No ano de 2024 aprovou-se, em harmonia com a aplicação da nova metodologia para a Dimensão Alvo das Unidades Académicas (DAUA), o Contrato de Convergência, Crescimento e Coesão (CC3)⁷. Neste âmbito, estabelece-se para os anos de 2025 a 2027, o montante do financiamento global das unidades académicas – verba CC3 - que inclui não só as designadas verbas DOC, mas também as verbas referentes ao plafond a atribuir no âmbito do Procedimento da contratação de pessoal docente especialmente contratado (PDEC). Desta forma, o CC3 permite aos departamentos conhecer a sua dotação orçamental Teto nos próximos três anos, e a forma de a atingir caso o valor da dotação orçamental de referência seja inferior. Para 2025, no âmbito do CC3 o cálculo das verbas DOC e PDEC é igual ao valor do ano zero (de acordo com o CC3) acrescido de 5 pontos percentuais + inflação (estimativa do BCE para a Zona Euro em 2025).

Para as coordenações de 1º e de 2º ciclos e os Laboratórios de Tecnologias de Informação - LTIs (detalhado na secção 6), prevê-se um acréscimo de 2,1% (estimativa do BCE para a inflação na Zona Euro em 2025) face ao orçamento de 2024.

A Tabela 2 apresenta a estrutura da despesa global do Orçamento do IST para 2025. Como já foi referido, a fonte de financiamento OE assegura apenas parte das despesas com pessoal docente, não docente e investigador pertencente ao respetivo Mapa de Pessoal. O pagamento das restantes despesas de salários, subsídio de refeição, da Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social, abono de família, bem como, dos salários do pessoal contratado a termo, do consumo de energia elétrica e de água, de telecomunicações, limpeza e segurança, serão totalmente asseguradas por receitas próprias do IST. As receitas próprias da instituição financiam assim, despesa no valor total de 49 381 030€. Os valores com despesas de pessoal encontram-se estimados com a atualização anunciada na

⁷ Documento Suplementar 2 – Contrato de Convergência, Crescimento e Coesão

comunicação social para os aumentos salariais para os trabalhadores da Administração Pública (56,58€ para vencimentos base até 2 620,23€ e 2,15% para vencimentos base superiores a 2 620,23€), acrescidos dos resultantes dos concursos a decorrer. A Figura 8 apresenta a distribuição da estrutura de despesa. Como se verifica, os custos com pessoal em 2025 ultrapassarão largamente a dotação do OE, atingindo 73,28% dos custos totais (custos fixos e variáveis de todos os centros financeiros) de funcionamento do IST. Igualmente se destaca a componente dos projetos PRR (7,9 M de euros) e a dos Programas Aliança e FCT Tenure (2,6 M de euros). Ressalve-se, que não é considerada nestas tabela e figura, a despesa do Plano de Investimento, estando esta associada a saldos transitados, parcerias e mecenato.

No sentido de fazer face às despesas fixas, e incertezas, será continuado o controlo e monitorização das receitas vs despesas, encerramentos de contas mensais, controlo semanal da Tesouraria, e comparativos de receita por tipologia, bem como prazos médios de pagamentos e recebimentos e recuperação e controlo de crédito. A que acresce a atualização periódica dos indicadores de desempenho anteriormente definidos. Só assim, teremos também enquadramento orçamental para o prosseguimento do Plano de Investimento programado.

Tabela 2: Estrutura de despesa do IST para 2025

Orçamento Despesa - Ano 2024	CF 10	CF 20	CF 36	CF 38	PRR Impulso	PRR Agendas	PRR Digital +	Aliança	FCT Tenure	TOTAL	Despesa S/ Cobertura Orç *
C.Pessoal	73 609 133	3 648 490	36 365	50 000	1 786 122	3 129 305	68 545	365 167	1 463 531	84 156 660	1 927 091
Vencimentos	49 037 265	361 644			1 208 092	2 409 000	46 290	247 490	990 661	54 300 443	1 332 706
Subs.Férias e Natal	8 179 793	64 610			202 676	401 000	7 714	41 248	165 110	9 062 152	224 597
Subs.Alimentação	1 905 060	51 948			39 082	5 000	1 386	7 854	33 264	2 043 594	
Outros C.Pessoal Fixos	187 495									187 495	
Avenças	43 830									43 830	
H.Extraordinárias	20 000									20 000	
Ajudas Custo	200 000	747 695		20 000		2 305				970 000	
Rem.Adicionais	300 000	2 000 000	36 365	30 000						2 366 365	
CGA	8 362 702	49 979				300 000				8 712 681	199 420
TSU	5 311 967	372 615			336 271	12 000	13 155	68 575	274 496	6 389 079	170 368
Proteção Social	61 020									61 020	
Aq.Bens e Serviços	12 441 842	3 728 496	52 525	557 500	0	397 748	96 038	0	0	17 274 150	0
Aq.Bens	1 341 480	1 122 140	5 500	265 000	0	333 455	0	0	0	3 067 575	0
Livros IST-Press e Reagentes	48 407	0		30 000						78 407	
Combustível	264 930	82 500		500						347 930	
Artigos Limpeza e Higiene	132 810	0		1 000						133 810	
Vestuario	4 280	1 080		2 000						7 360	
Mat.Escritório	403 698	246 300		75 000		32 826				757 824	
Ferram.e utensilios	111 225	91 445	5 500	16 000		13 910				238 080	
Material de Laboratório	206 980	668 435		105 500		270 231				1 251 146	
Outros Bens	169 150	32 380		35 000		16 488				253 018	
Aq.Serviços	11 100 362	2 606 356	47 025	292 500	0	64 293	96 038	0	0	14 206 575	0
Eletricidade+Agua+Gás	2 348 660									2 348 660	
Serv Limpeza e Higiene	2 475 000									2 475 000	
Conserv.Reparação	659 491	47 421		62 000						768 912	
Aluguer Equip (ex.Ar.Liquido)	51 560	122 206								173 766	
Comunicações	153 350	328		7 000						160 678	
Transportes (entre Pólos)	286 200			2 000						288 200	
Seguros	90 000	113 546		2 500						206 046	
Deslocações e Estadas e Congressos	151 165	814 306		45 000		14 059				1 027 030	
Prest.Serviços (ex.A3ES, Direitos Autor, Auditorias)	851 250	878 385	18 015	26 000		36 359	96 038			1 906 047	
Publicidade	48 200	3 510	7 310							59 020	
Segurança	1 943 620									1 943 620	
Assist.Técnica (ex.Fotocopiadoras)	292 536	9 955		38 000						340 491	
Trab.Especializados (ex.Médicos, G.residuos, SAP, etc)	1 389 330	441 659		60 000		13 703				1 904 692	
Patentes	42 065	16 270								58 335	
Desp.Bancarias	128 935	39 550		5 000						173 485	
Outros Serv	189 000	119 220	19 200	45 000		172				372 592	
Transferências e Bolsas	1 339 366	2 948 494	60 440	88 000	0	313 849	7 700	728 724	0	5 486 573	0
FMUL	238 000	0								238 000	
Transf Un.Europeia	30 061	326 430								356 491	
Transf outras instituições (ex.AEIST, Tuna, Parceiros P	156 200	139 394				67 849				363 443	
Aliança_IPFSL								728 724		728 724	
Bolsas	915 105	2 482 670	60 440	88 000		246 000	7 700			3 799 915	
Outras Despesa	1 040 700	0	0	30 000	0	0	0	0	0	1 070 700	0
Taxas municipais	31 755			30 000						61 755	
IVA	1 008 945			0						1 008 945	
Investimento - Obras e Equipamento	2 627 575	1 776 660	0	344 500	0	1 575 670	530 820	0	0	6 855 225	0
Obras	954 650	677 285	0	140 000			74 869			1 846 804	
Eq.Informático	1 664 850	1 099 375	0	204 500		1 575 037	455 951			4 999 713	
Eq.Mobiliario	8 075		0	0		633				8 708	
										0	
Custos Correntes e Capital	17 449 484	8 453 650	112 965	1 020 000	0	2 287 267	634 558	728 724	0	30 686 648	0
Total	91 058 617	12 102 141	149 330	1 070 000	1 786 122	5 416 572	703 103	1 093 891	1 463 531	114 843 307	1 927 091

* - Despesa sem cobertura orçamental a aguardar compensação do Governo

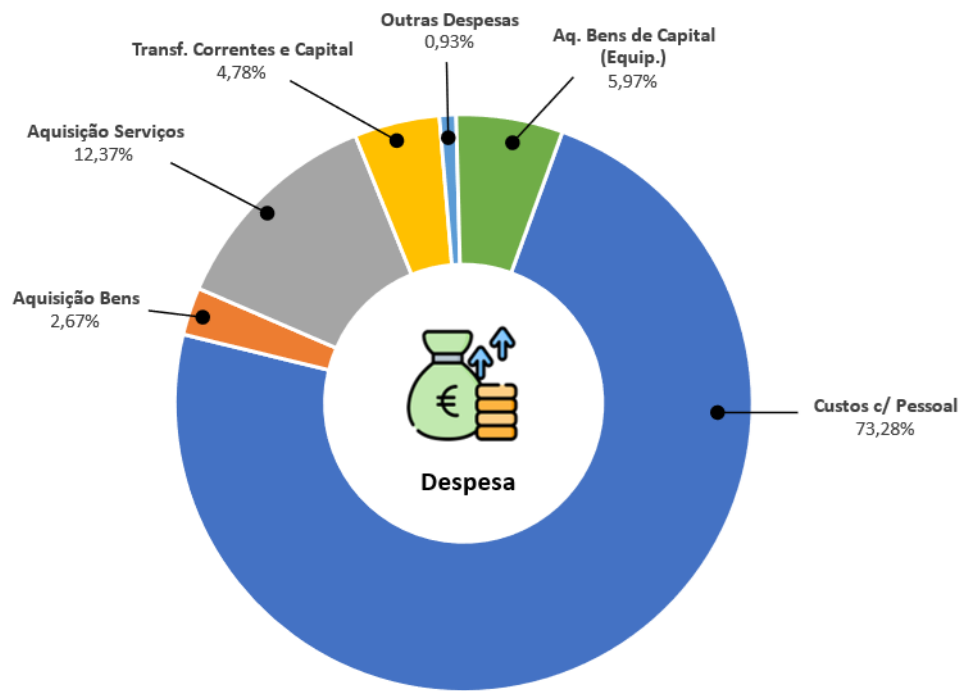


Figura 8: Distribuição da aplicação da despesa do IST para 2025

6 ORÇAMENTO DOS ÓRGÃOS CENTRAIS

De forma integrada entre os vários serviços, promove-se a manutenção de uma gestão financeira rigorosa, com foco na transparência e eficiência, que é uma prioridade para assegurar que os recursos sejam bem distribuídos e utilizados de acordo com os objetivos estratégicos.

A dotação orçamental dos órgãos centrais é gerida diretamente pelo Conselho de Gestão do IST enquadrada no Centro Financeiro 10 – Contabilidade Central.

6.1 RECEITA

A receita do Orçamento Básico dos Órgãos Centrais (O.C.) do IST para 2025 encontra-se sumarizada na Tabela 3, e mais detalhadamente descritas nas subsecções seguintes. Realce-se o aumento previsto para as propinas, o contributo do Programa Aliança, o aumento da rede de parceiros, e também da prestação de serviços, nomeadamente os laboratoriais. Por oposição, os valores a transferir por parte da FCT, e dos projetos PRR Impulso diminuirão.

Tabela 3: Receita dos Órgãos Centrais do IST para 2025

Orçamento Receita - Ano 2025	O.E.	R.P.	Total	Ano 2024	Ano 2025 - 2024
Propinas e Tx	0	12 441 877	12 441 877		
Propinas		9 752 037	9 752 037	9 247 895	504 142
FCT-Propinas		1 560 000	1 560 000	1 607 000	-47 000
Taxas e Emolumentos		1 129 840	1 129 840	998 055	131 785
Transferencias	65 462 277	4 160 839	69 623 116		
OE	67 462 277		67 462 277	66 061 435	1 400 843
OE (Acordo UL - IST) (*)	-2 000 000		-2 000 000		-2 000 000
IST -Lei 37/2003, de 22 de agosto	58 933 954		58 933 954	59 533 112	-599 157
IST - DL 29/2012, 9 de fev	6 528 323		6 528 323	6 528 323	0
PRR Impulso		1 786 122	1 786 122	1 971 412	-185 290
Aliança		365 167	365 167		365 167
Protocolo com Entidades Bancárias - Santander Totta		450 000	450 000	450 000	0
Protocolo com Entidades Bancárias - CGD		150 000	150 000	150 000	0
Rede Parceiros		1 398 550	1 398 550	1 197 250	201 300
Outras Transf		11 000	11 000	11 000	0
Venda Bens e Serviços	0	4 896 118	4 896 118		
Venda Bens	0	164 095	164 095		
Livros, Reprografia e outros		164 095	164 095	173 200	-9 105
Venda Serviços	0	4 732 023	4 732 023		
Aluguer de Espaços		280 000	280 000	179 090	100 910
Serv.Laboratoriais		2 200 000	2 200 000	1 400 000	800 000
Act.Saude		450 000	450 000	350 200	99 800
Outros Serviços		1 802 023	1 802 023	1 913 300	-111 277
Total	65 462 277	21 498 834	86 961 111	85 709 836	1 251 275

(*) Documento Suplementar 1 – Acordo entre a Reitoria da Universidade de Lisboa e o Instituto Superior Técnico

6.1.1 Propinas

Na Tabela 4 apresenta-se a previsão de receita para 2025 associada às propinas do ensino de graduação e pós-graduação. A receita de propinas é constituída pela soma do valor estimado para as propinas de licenciatura e mestrado, e a das propinas de doutoramento. O Conselho de Gestão prevê que a receita associada aos custos de formação suportados pela FCT, ascenda a aproximadamente 1 560 000 €, incluídos em Outros na Tabela 4.

Tabela 4: Previsão da receita das propinas de graduação do IST para 2025

Ano lectivo	Receita
1º ciclo	4 485 195
2º ciclo	3 143 371
3º ciclo	915 000
Mestrado Integrado	219 555
Outros (*)	2 548 916
	11 312 037

(*) C.Especialização; DFA; Unid..Curriculares Isoladas; C.Formação FCT; Estudantes internacionais

6.1.2 Taxas Diversas

A Tabela 3 inclui também uma previsão das receitas provenientes das secretarias de graduação e pós-graduação, com origem distinta das propinas, no valor de 1 129 840€. Esta receita é relativa a taxas de matrícula, de exames e de melhoria de nota e a emolumentos diversos previstos na tabela de emolumentos do IST constante do Guia Académico – Parte I.

6.1.3 Subsídios de Entidades Financeiras

A receita dos O.C., incluída na Tabela 3, inclui os subsídios atribuídos ao IST pelo Banco Santander e pela Caixa Geral de Depósitos, no montante global de 600 000€.

6.1.4 Venda de bens e serviços

No que concerne à rúbrica associada à venda de bens e serviços, a mesma diz respeito essencialmente à componente de cedência de espaços para a realização do conjunto de atividades de suporte à escola, tais como a exploração de espaço de bares e restauração, instalação de sistemas de telecomunicações e serviços médicos, os serviços laboratoriais e outros serviços diversos. O total previsto é de 4 896 118€.

6.1.5 Serviços de saúde

Tal como tem vindo a ser prática nas últimas décadas, mantém-se o orçamento na linha de ação dos Serviços de Saúde do Técnico, tendo uma estimativa de receita para 2025 da ordem dos 450 000€.

O programa de serviços de saúde do IST pretende fornecer cuidados médicos primários de baixo custo para estudantes, docentes, não docentes e investigadores dos três campi, não pretendendo, nem podendo, substituir-se ao Serviço Nacional de Saúde. Refira-se que o Técnico é a única escola a nível nacional que desde longa data inclui uma série de serviços de saúde para a sua comunidade, incluindo os de apoio e avaliação psicológica, com tempos de respostas inferiores aos do Serviço Nacional de Saúde.

6.2 DESPESA

A despesa associada à dotação do Orçamento do Estado ao IST para o ano de 2025, que é usada na íntegra para o pagamento parcial das despesas com pessoal, encontra-se destacada no ANEXO 1 deste documento. O pagamento dos restantes salários, do consumo de energia elétrica e de água, de telecomunicações, assim como a limpeza e a segurança, é totalmente assegurado por receitas próprias do IST.

A despesa a financiar pelas receitas próprias sob gestão direta do Conselho de Gestão para o ano de 2025 encontra-se destacada no ANEXO 2 deste documento.

A informação contida no Anexo 1 e no Anexo 2 permite identificar o valor das despesas orçamentadas para cada centro de custo. Para além dos custos com pessoal, estão orçamentadas todas as restantes despesas e imputações internas previstas para cada serviço. Caberá aos responsáveis de cada Direção garantir que as respetivas despesas não ultrapassem as dotações inscritas no Anexo 2.

6.2.1 Custos com o Pessoal

Na Tabela 5 apresenta-se a previsão dos encargos com pessoal para 2025 e a sua comparação como valor orçamentado em 2024 para o IST. A coluna DL 29/2012, de 9 de fevereiro, corresponde aos encargos com o pessoal pertencentes ao ex-ITN, e que por força desse Decreto-Lei foram inseridos no IST.

Na preparação do orçamento para 2025 estima-se que durante o ano as saídas por aposentação venham a ter um impacto de ~420k€. A contabilização deste valor é por defeito, uma vez que foram apenas considerados todos os casos de docentes, investigadores e técnicos e administrativos que atingem os 70 anos durante o decorrer de 2025, bem como os não docentes que solicitaram a aposentação por atingirem a idade permitida por lei. Foi também efetuada uma previsão rigorosa relativamente às entradas expectáveis. Estas novas admissões têm um impacto esperado na massa salarial de ~4M €. Adicionalmente, o pessoal docente e investigador especialmente contratado terá uma dotação atribuída pelos órgãos centrais na ordem dos ~2M €.

Relembra-se que os custos com pessoal do IST não são integralmente pagos pelo OE, tendo o IST que suportar o remanescente através das suas receitas próprias (espera-se a necessária compensação do Governo para fazer face aos aumentos salariais a existirem em 2025).

Tabela 5: Encargos com Pessoal: Valores orçamentados em 2025 e em 2024 para o IST

Rubrica	Orçamento de 2025									Orçamento de 2024		
	OE			RP			TOTAL OE + RP			Orçamento Inicial		
	IST	DL.29/2012	Total OE	IST	DL.29/2012	Total RP	IST	DL.29/2012	Total	OE	RP	TOTAL
Remuneração(1)	39 828 668	4 266 064	44 094 732	9 601 102	604 609	10 205 711	49 429 770	4 870 673	54 300 443	44 464 449	7 815 018	52 279 466
Contr Tarefa e Avença				43 830		43 830	43 830		43 830		39 330	39 330
Subsídio de Férias	3 306 210	357 148	3 663 358	817 334	50 384	867 718	4 123 543	407 532	4 531 076	3 744 636	734 287	4 478 923
Subsídio de Natal	3 306 210	357 148	3 663 358	817 334	50 384	867 718	4 123 543	407 532	4 531 076	3 705 371	641 070	4 346 441
Representação	99 320	4 010	103 330	36 121		36 121	135 441	4 010	139 451	71 582	7 311	78 893
Suplementos e prémios	48 044		48 044				48 044		48 044	56 051		56 051
Subsídio de refeição	1 414 732	189 000	1 603 732	420 458	19 404	439 862	1 835 190	208 404	2 043 594	1 606 804	347 996	1 954 800
Trabalho Extraordinário				20 000		20 000	20 000		20 000		20 000	20 000
Subsídio de trabalho nocturno	1 037	36 375	37 412	4 199		4 199	5 236	36 375	41 610	32 470	4 199	36 669
Ajudas de Custo				970 000		970 000	970 000		970 000		616 000	616 000
Remunerações Adicionais				2 324 755		2 324 755	2 324 755		2 324 755		2 232 000	2 232 000
Caixa Geral Aposentações	7 533 499	795 264	8 328 763	383 918		383 918	7 917 417	795 264	8 712 681	8 317 351	317 287	8 634 639
Contribuições para Seg. Social	3 493 501	397 163	3 890 664	2 330 888	167 527	2 498 415	5 824 390	564 690	6 389 080	4 035 172	1 882 147	5 917 319
Subsídio familiar a crianças e jovens	6 004	2 592	8 596	938		938	6 941	2 592	9 533	6 905	4 487	11 392
Serviços Sociais da Adm. Pública		20 288	20 288	31 198		31 198	31 198	20 288	51 487	20 646	28 644	49 290
TOTAL	59 037 224	6 425 053	65 462 277	17 802 074	892 308	18 694 382	76 839 298	7 317 361	84 156 659	66 061 436	14 689 777	80 751 212

(1) inclui pessoal do mapa, especialmente contratado e a aguardar aposentação

6.2.1.1 Trabalho Extraordinário

Para 2025 considerou-se o montante de 20 000€ em dotação para horas extraordinárias, valor inferior ao executado para 2024. Este montante corresponde a 0,024% da massa salarial para 2025.

6.2.1.2 Remunerações Suplementares

Serão aplicadas as remunerações suplementares constantes no Decreto-Lei 388/90, de 10 de dezembro. Os valores correspondentes a estes suplementos são os indicados na Tabela 6.

Tabela 6: Remunerações suplementares previstas no Decreto-Lei 388/90 para titulares de cargos de gestão do IST para o ano de 2025

Órgão de Gestão	Valor
Presidente do IST	6 765
Presidente do CC-IST	6 765
Presidente do CP-IST	5 557
Vice-presidentes do IST	36 965
TOTAL	56 051

6.2.2 Despesas de Funcionamento e Investimento

Nas subsecções seguintes destaca-se a previsão de encargos de funcionamento e investimento para rubricas seleccionadas.

6.2.2.1 Despesas de Funcionamento

A Tabela 7 apresenta o total das despesas de funcionamento do IST previstas para 2025. Conforme se observa, a totalidade das despesas de funcionamento, excluindo parte das despesas com pessoal, é suportada por receitas próprias geradas pelo IST.

Tabela 7: Despesa dos Órgãos Centrais do IST para 2025

ORIGEM - DESPESA	O.E.	R.P.	PRR Impulso	Aliança	Total	Ano 2024	Ano 2025 - 2024
C.Pessoal	65 462 277	8 143 993	1 786 122	365 167	75 757 559	74 011 080	1 746 479
Remunerações Certas e Permanentes	53 132 410	6 218 170	1 449 851	296 592	61 097 023	59 925 725	1 171 298
IST -Lei 37/2003, de 22 de agosto	47 855 769	6 218 170	1 449 851	296 592	55 820 382	54 976 465	843 917
CF10 - IST - DL 29/2012, de 9 de fev.	5 276 641				5 276 641	4 949 261	327 380
Abonos variáveis ou eventuais	36 375	483 625	0	0	520 000	166 169	353 831
IST -Lei 37/2003, de 22 de agosto		483 625			483 625	134 736	348 889
CF10 - IST - DL 29/2012, de 9 de fev.	36 375				36 375	31 433	4 942
Encargos Patronais e Protecção Social	12 293 492	1 442 197	336 271	68 575	14 140 536	13 919 186	221 350
IST -Lei 37/2003, de 22 de agosto	11 078 185	1 442 197	336 271	68 575	12 925 229	12 756 604	168 625
CF10 - IST - DL 29/2012, de 9 de fev.	1 215 307				1 215 307	1 162 582	52 725
Aq.Bens e Serviços	0	12 441 842	0	0	12 441 842		
Aq.Bens	0	1 341 480	0	0	1 341 480		49 675
Livros IST-Press e Reagentes		48 407			48 407	25 300	23 107
Combustível		264 930			264 930	346 940	-82 010
Artigos Limpeza e Higiene		132 810			132 810	132 330	480
Vestuário		4 280			4 280	2 500	1 780
Mat.Escritório		403 698			403 698	296 000	107 698
Ferram.e utensílios		111 225			111 225	96 250	14 975
Material de Laboratório		206 980			206 980	217 100	-10 120
Outros Bens		169 150			169 150	175 385	-6 235
Aq.Serviços	0	11 100 362	0	0	11 100 362		-865 122
Eletricidade+Água+Gás		2 348 660			2 348 660	3 679 740	-1 331 080
Serv Limpeza e Higiene		2 475 000			2 475 000	2 018 328	456 672
Conserv.Reparação		659 491			659 491	555 231	104 260
Aluguer Equip (ex.Ar.Liquido)		51 560			51 560	20 049	31 511
Comunicações		153 350			153 350	174 918	-21 568
Transportes (entre Pólos)		286 200			286 200	212 000	74 200
Seguros		90 000			90 000	46 250	43 750
Deslocações e Estadas e Congressos		151 165			151 165	132 000	19 165
Prest.Serviços (ex.A3ES, Direitos Autor, Auditorias)		851 250			851 250	1 142 798	-291 548
Publicidade		48 200			48 200	44 594	3 606
Segurança		1 943 620			1 943 620	1 883 225	60 395
Asist.Técnica (ex.Fotocopiadoras)		292 536			292 536	108 493	184 043
Trab.Especializados (ex.Médicos, G.resíduos, SAP, etc.)		1 389 330			1 389 330	1 696 565	-307 235
Patentes		42 065			42 065	30 500	11 565
Desp.Bancarias		128 935			128 935	83 810	45 125
Outros Serv		189 000			189 000	136 984	52 016
Transferências e Bolsas	0	1 339 366	0	0	1 339 366		255 842
FMUL		238 000			238 000	223 500	14 500
Transf Un.Europeia		30 061			30 061	30 000	61
Transf outras instituições (ex.AEIST, Tuna, etc)		156 200			156 200	100 000	56 200
Bolsas		915 105			915 105	570 024	345 081
Outras Despesa	0	1 040 700	0	0	1 040 700		85 700
Taxas municipais		31 755			31 755	30 000	1 755
IVA		1 008 945			1 008 945	925 000	83 945
Investimento - Obras e Equipamento	0	2 627 575	0	0	2 627 575		422 961
Obras		954 650			954 650	912 634	42 016
Eq.Informático		1 664 850			1 664 850	1 251 980	412 870
Eq.Mobiliário		8 075			8 075	40 000	-31 925
Custos Correntes e Capital	0	17 449 484	0	0	17 449 484	17 500 428	-50 944
Total	65 462 277	25 593 476	1 786 122	365 167	93 207 043	91 511 508	1 695 535

6.2.2.2 Despesas Fixas

Na Tabela 8 são apresentadas as tipologias de despesas que correspondem às necessidades fixas do IST para assegurar o seu normal e regular funcionamento.

Resulta da análise desta tabela que o “nível basal” do Técnico ascende a, ~97M €. Atendendo a que o orçamento de despesa ascende a aproximadamente 114,8M € (tendo este o OE totalmente consumido, e grande parte das RP despesa consignada), o diferencial terá de fazer face a (i) todas as despesas associadas ao funcionamento do Técnico na sua vertente de ensino e investigação (energia, água, segurança, limpeza, etc.), (ii) despesas de manutenção (preventiva e corretiva), (iii) despesas de investimento, (iv) despesas correntes e (v) despesas imprevistas.

Tabela 8: Despesas Fixas do IST para 2025

Despesas Fixas	Orçamento de Estrutura do IST	PRR Impulso	Aliança	Despesa S/ Cobertura Orç *	Orçamento de Investigação e Serviços do IST							Total	
					CF10	CF20	PRR Agendas	PRR Digital +	Aliança	FCT Tenure	CF36		CF38
C.Pessoal (c.fixos)	71 201 347	1 786 122	365 167	1 927 091	900 795	3 129 305	68 545	1 463 531			5 562 177	80 841 905	
Bolsas	915 105				2 482 670	246 000	7 700			60 440	88 000	2 884 810	3 799 915
Eletricidade, Água, Gás	2 348 660											0	2 348 660
Limpeza	2 475 000											0	2 475 000
Segurança	1 943 620											0	1 943 620
Comunicações (correio, telefones, TV, TM, Voip, etc)	153 350				328					7 000	7 328	160 678	
Manutenção	659 491				47 421					62 000	109 421	768 912	
Espaços Verdes	172 200											0	172 200
Elevadores	24 600											0	24 600
Resíduos	95 387											0	95 387
Fotocopiadoras	109 470											0	109 470
Gases Químicos	61 746				122 206							122 206	183 952
Manutenção Rede Informatica	27 675											0	27 675
Medicos/Enf.	450 000											0	450 000
Papel-NCA	40 000											0	40 000
PSP	98 400											0	98 400
Seguros alunos/bolseiros	90 000				113 546					2 500	116 046	206 046	
Análises-LAIST	800 000											0	800 000
Transporte entre pólos	286 200									2 000	2 000	288 200	
Viaturas (portagens+combustível)	72 650											0	72 650
Cons. Gestão CG	45 000											0	45 000
IVA	1 008 945											0	1 008 945
Despesas Bancárias	128 935				39 550					5 000	44 550	173 485	
Aliança_IPFSL								728 724			728 724	728 724	
Total Despesa Fixas 2019	83 207 781	1 786 122	365 167	1 927 091	3 706 517	3 375 305	76 245	728 724	1 463 531	60 440	166 500	9 577 262	96 863 424
		87 286 161					9 350 322						

* - Despesa sem cobertura orçamental a aguardar compensação do Governo

6.2.2.3 Despesas de Investimento

Como referido anteriormente, para além das despesas de manutenção correntes (apenas a que o orçamento nos restringe) delineou-se um Plano de Investimentos, com recurso a saldos transitados, parcerias empresariais e mecenas, pretendendo-se, após mais de uma década de dificuldades no investimento, contemplar intervenções nos 3 campi do IST. Este Plano de Investimentos inclui uma componente a desenvolver pela Área de Instalações e Equipamento, com particular destaque para a reabilitação das infraestruturas mais envelhecidas, e a modernização e instalação de novos equipamentos, e uma segunda componente a desenvolver pela Direção das Tecnologias de Informação e Comunicação, através de um programa de atualização de estruturas informáticas transversais (mais detalhado na secção 3 desde documento).

6.2.2.4 Despesas Órgãos de Escola (CE, CP, CC, AE)

Com o intuito de apoiar eventuais gastos a desenvolver pelos outros órgãos da Escola, decidiu o CG atribuir a verba de 12k€ (3k€ para cada órgão) para o Conselho de Escola, Conselho Pedagógico, Conselho Científico, e Assembleia de Escola.

No caso do Conselho Pedagógico, estando em 2025 a gerir o arranque da nova licenciatura Geni, procede-se a uma dotação extraordinária de 3k€.

6.2.2.5 Despesas Desenvolvimento institucional e Gestão

Destacam-se de seguida as principais linhas de ação com despesas relacionadas com o desenvolvimento institucional e de gestão.

- Plano de Contratação de TA: Para o próximo ano de 2025, uma das prioridades será a aposta na contratação de jovens com potencial para reforçar a estrutura burocrático/administrativa do IST. Para garantir uma seleção rigorosa e eficaz, potenciou-se a colaboração com uma empresa de consultoria especializada em recrutamento. Esta parceria assegurará a aplicação de métodos modernos de avaliação, baseados em competências e adequação ao perfil, de forma a identificar os candidatos mais qualificados e com maior potencial de desenvolvimento. Esta etapa é crucial para que o processo de recrutamento seja eficiente e para que os selecionados possam acrescentar valor à organização. Numa primeira fase, serão abertas 25 vagas para estas posições, com a criação de uma reserva de recrutamento para futuros processos. Este sistema permitirá a criação de uma base de candidatos pré-selecionados, prontos para serem integrados consoante as necessidades que possam surgir ao longo dos próximos 2 anos. Este esforço faz parte de uma estratégia a longo prazo de modernização e capacitação contínua da estrutura do IST, com o objetivo de responder aos desafios e expectativas do futuro, e terá uma dotação orçamental aproximada de 20k€.
- Capacitação e Desenvolvimento Profissional: Apoio ao corpo de técnicos e administrativos (TA): O Plano de Formação Individual Plurianual está a ser preparado com o objetivo de identificar de forma sistemática as necessidades formativas dos colaboradores, no cumprimento do estabelecido na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), através da implementação de uma ferramenta prática de apoio aos Coordenadores. Esta ferramenta permitirá que os Coordenadores, de forma autónoma, realizem o levantamento das necessidades de formação dos seus trabalhadores, garantindo uma abordagem mais personalizada e eficiente. O plano visa, assim, assegurar que todos os membros da equipa adquiram as competências necessárias para o seu desenvolvimento contínuo e para o sucesso organizacional. No âmbito da Área de Bem-Estar e Desenvolvimento de Pessoas, está a ser desenhado um programa específico de formação destinado aos Coordenadores e às Lideranças. Este programa tem como principal objetivo dotar os Coordenadores de competências práticas na gestão de equipas, no acompanhamento do trabalho e no estabelecimento de objetivos, permitindo-lhes otimizar a performance das suas equipas. Além disso, o programa incluirá componentes de desenvolvimento pessoal, visando também o crescimento individual dos Coordenadores, de forma que possam liderar de forma mais eficaz e empática, promovendo um ambiente de trabalho saudável e produtivo. A dotação orçamental aproximada neste âmbito da formação de TA será aproximadamente de 260k€.
- Programa de Acolhimento de Técnicos e Administrativos: As Atividades de Acolhimento e Integração dos novos Técnicos e Administrativos (TA's) e Bolseiros no IST têm evoluído ao longo

dos últimos anos, com o objetivo de garantir uma integração eficaz e promover o alinhamento com os valores e a missão da instituição: (i) Sessões Mensais de Boas-Vindas, iniciadas em 2022, são agora realizadas na primeira quarta-feira de cada mês, devido ao aumento do número de novos trabalhadores em 2024; (ii) Evento Bem-Vind@ ao Técnico, que marca o final do primeiro ano de funções dos novos TA's, é uma iniciativa importante para promover a coesão e o espírito de equipa entre os colaboradores; tem uma forte componente de team-building, onde os Diretores dos Serviços apresentam os seus departamentos de forma descontraída e informal; (iii) IST 360º é uma formação inicial obrigatória para os novos Técnicos Superiores (TS) do IST, substituindo a formação obrigatória CAT anteriormente oferecida pelo INA. A formação é inteiramente ministrada por formadores internos, garantindo que os novos TS adquiram as competências e o conhecimento necessários para desempenharem as suas funções de forma eficaz. A formação, que deve ser realizada durante o primeiro ano de funções, contribui para a adaptação dos novos colaboradores à cultura organizacional do IST e à execução das suas funções dentro do contexto específico da instituição (em paralelismo com o que é feito para as novas contratações de docentes e investigadores. No geral, para o Programa de Acolhimento de Técnicos e Administrativos, a dotação orçamental é da ordem dos 8k€.

- PhD4value: O PhD4Value é um programa de formação e desenvolvimento profissional direcionado para alunos de doutoramento e jovens investigadores, com o objetivo de os preparar para os desafios de um ambiente de trabalho dinâmico, multidisciplinar e internacional. Este programa procura dotar os participantes de ferramentas essenciais para a sua inserção e sucesso em contextos profissionais variados, promovendo o desenvolvimento de uma mentalidade flexível e resiliente que responda às exigências da investigação e do mercado de trabalho. A estrutura do PhD4Value assenta num modelo abrangente de desenvolvimento de competências, que inclui quatro eixos principais: Competências de Investigação, Eficácia Pessoal, Desenvolvimento de Carreira e Envolvimento Interpessoal. Dentro destes eixos, são trabalhadas 15 competências específicas que vão desde a gestão de projetos e informação, passando pela resiliência, autoliderança e criatividade, até à liderança, mentoria e planeamento proativo. Este leque de competências foi cuidadosamente selecionado para garantir uma formação integral, que capacite os investigadores a enfrentar os desafios técnicos, interpessoais e éticos que possam surgir ao longo das suas carreiras. Para apoiar o desenvolvimento destas competências, o PhD4Value oferece formação profissional contínua e aconselhamento de carreira, promovendo uma aprendizagem prática e aplicada. Através de workshops, sessões de mentoria e atividades de networking, os participantes têm a oportunidade de aperfeiçoar habilidades fundamentais, como escrever e apresentar com impacto, gestão de financiamento e colaboração em equipa, reforçando a sua capacidade para contribuir de forma inovadora e eficaz em contextos académicos e empresariais. Este programa é, assim, um investimento no futuro dos investigadores e na construção de uma comunidade científica mais forte e qualificada. Esta iniciativa está ainda em fase de implementação, mas para 2025 estima-se ter despesa na ordem dos 5k€.

- Certificação Human Resources Strategy for Researchers (HRS4R): O Human Resources Strategy for Researchers (HRS4R) é uma certificação atribuída pela União Europeia, através da plataforma EURAXESS, com o objetivo de apoiar as Instituições de Ensino Superior e de Investigação na aplicação do Quadro Europeu para os Investigadores e do Código de Conduta para o Recrutamento. Esta certificação visa promover boas práticas no recrutamento e na gestão de recursos humanos no setor da investigação, garantindo um ambiente de trabalho que valorize a transparência, a meritocracia e a mobilidade dos investigadores. O processo de certificação HRS4R organiza-se em três fases, distribuídas ao longo de um ciclo de 12 anos. A primeira fase, a Fase Inicial, tem a duração de um ano e corresponde à fase de candidatura, que inclui a elaboração de uma análise de lacunas (Gap Analysis), a lista de critérios OTM-R (Open, Transparent, and Merit-Based Recruitment) e o desenho inicial do Plano de Ação. Atualmente, a instituição encontra-se nesta fase, preparando-se para a implementação de ações que reforcem o alinhamento com os padrões europeus. Seguindo a Fase Inicial, inicia-se a Fase de Implementação, com a duração de cinco anos, em que o Plano de Ação é executado e posteriormente revisto através de uma avaliação interna. Após esta fase, ocorre a Fase de Renovação da Certificação, que se estende por seis anos e começa com uma visita de monitorização pela equipa do EURAXESS, para validar o progresso e implementar um Plano de Ação Melhorado. No final do ciclo, a certificação é renovada com uma nova visita presencial, consolidando o compromisso com a melhoria contínua e com os princípios de excelência em recursos humanos para a investigação. Esta iniciativa está ainda em fase de implementação, mas estima-se poder atingir os 150k€.
- Comunicação e Divulgação institucional: A comunicação e divulgação institucional desempenha um papel fundamental na construção de imagem, no fortalecimento da identidade e no compromisso com os diversos públicos — estudantes, docentes, investigadores, colaboradores, ex-alunos e a comunidade externa, visando também uma comunicação institucional eficiente e transparente, que irá atrair novos alunos, promover a investigação e os valores académicos e manter a comunidade informada. Para tal, em 2025, pretende-se aprofundar mais esta vertente com a diversificação de estratégias, de canais de comunicação externa e interna e ações de comunicação integrada, que terá um orçamento na ordem dos 150k€.
- Tecnologia e Inovação Digital: também incluído no Plano de Investimento na infraestrutura de TI e Cibersegurança, com o investimento em sistemas de tecnologia da informação, incluindo redes, servidores e segurança cibernética, para o melhor apoio às necessidades académicas e administrativas de maneira eficiente e segura. Em 2025 continuaremos com o plano de investimento na infraestrutura de TI e Cibersegurança, nomeadamente com a renovação e expansão da infraestrutura computacional e dos sistemas de tecnologia da informação, incluindo infraestrutura de redes e servidores. Este plano contempla também ainda o reforço e expansão dos centros de dados do IST. O plano de execução contempla também a revisão das políticas de segurança das estações de trabalho dos serviços administrativos e a implementação de

políticas de segurança atualizadas face às cada vez maiores exigências. Neste contexto, e ao nível de todos os nossos serviços e sistemas de tecnologia da informação, será necessário atender à diretiva NIS2 e às diretivas que venham a ser definidas pelo Governo para as instituições de ensino superior. Será também necessário atender e implementar as diretivas que venham a resultar da implementação Regulamento Europeu da Inteligência Artificial, nomeadamente no que à administração pública e às instituições de ensino superior diz respeito.

- Melhorias nas áreas de Tecnologias de Informação para suportar a educação híbrida e digital: Investir em TI para educação híbrida e digital não é apenas uma necessidade técnica, mas uma estratégia fundamental para transformar a experiência académica e preparar o IST para os desafios que se avizinham no futuro próximo. continuar a renovação da infra-estrutura tecnológica nas salas aulas, nomeadamente através da instalação de painéis interativos tal como já existem na sala IA, na sala C13 e em 4 salas de aula do Edifício de Civil. Faz também parte do plano de execução a renovação contínua e expansão da rede WiFi dos 3 polos. Em termos de plataformas e licenças, para além da manutenção das várias atuais, temos como objetivo consolidar a disponibilização institucional do Moodle, incluindo LTI (Learning Tools Interoperability), assim como com a adesão institucional ao Overleaf e ao GitHub. Avançaremos também em 2025 com a implementação do ESC (European Student Card) e do EWP (Erasmus Without Papers). Está também em desenvolvimento, em harmonia com o Conselho Pedagógico, uma plataforma de monitorização de ensino. Estima-se uma dotação orçamental para 2025 de 150k€. Ressalve-se que em paralelo, no âmbito do Plano de Investimento, com recurso a saldos transitados, a dotação orçamental nesta área atinge valores muito superiores.
- Desmaterialização de processos na forma digital: O IST tem vindo a desenvolver junto dos serviços um processo contínuo de desmaterialização de processos, alinhado com a estratégia de modernização administrativa em curso, com vista a ganhar eficiência, simplificar procedimentos e tornar os diversos atos administrativos mais transparentes. Pretende-se que a cobertura deste projeto de desmaterialização abranja todos os processos administrativos da escola e em tempo útil (num prazo inferior ao atual mandato do Conselho de Gestão). Com um objetivo tão ambicioso, conhecendo a complexidade inerente dos processos e sabendo à partida que os recursos humanos próprios já instalados serão insuficientes para cumprir este objetivo no timing estipulado, é necessário encontrar mais recursos para paralelizar este projeto de desmaterialização. A solução a implementar deve assentar na evolução dos sistemas de informação já presentes no IST, de modo a proporcionar maior autonomia na manutenção e gestão de futuros desenvolvimentos. Será assim mais fácil alocar recursos humanos próprios para a participação e evolução desses sistemas de informação e recorrer a outsourcing sempre que seja necessário aumentar a capacidade produtiva. Objetivos gerais: desmaterializar todos os processos administrativos; desmaterializar todos os processos académicos; capacitar os utilizadores a serem autónomos no registo de informação e no acompanhamento de processos; reduzir a necessidade de introdução manual de informação em sistemas; reduzir a necessidade de transmissão de informação fora do sistema de informação; integrar os processos

desmaterializados com um sistema de gestão documental. Este processo teve início na Direção de Recursos Humanos iniciado no decurso de 2024, com o processo de contratação de docentes especialmente contratados. Esta transformação implica a digitalização completa dos documentos e dos fluxos de trabalho, substituindo o formato físico pelo digital. Esta abordagem trouxe vantagens significativas em termos de eficiência e agilidade, eliminando a necessidade de circulação de papel e permitindo uma gestão mais eficiente dos recursos, com menor impacto ambiental. Atualmente, encontra-se em fase de finalização a desmaterialização do processo de contratação de bolseiros e de todos os formulários disponibilizados na página da Direção de Recursos Humanos. Foi também iniciado o processo de desmaterialização da contratação dos docentes e investigadores de carreira. Metas a atingir em 2025: substituir todos os formulários atualmente presentes no site da Direção de Recursos Humanos por formulários online; tramitar o tratamento de todos os formulários da Direção de Recursos Humanos por via de um motor de execução de processos; substituir todos os formulários atualmente presentes nos sites da Direção Académica por formulários online; tramitar o tratamento de todos os formulários da Direção Académica por via de um motor de execução de processos; eliminar a necessidade de passagem manual de informação em formulários para o sistema de informação empresarial (ERP) do IST; desmaterializar os processos de contratação de pessoal (docentes, docentes especialmente contratados, investigadores, bolseiros e técnicos e administrativos); desmaterializar os processos de candidatura e de ingresso de alunos para todos os tipos de contextos; atualização do ERP do IST, e a consolidação e otimização dos processos implementados no mesmo. O processo tem vindo a ser desenvolvido internamente com recurso próprios, mas no sentido de uma maior abrangência de processos e serviços, planeia-se investir em bolsas para trabalhar neste projeto. Igualmente terá de se proceder à atualização do sistema SAP, bem como implementar (e licença) um sistema de gestão documental que o IST não tem. Neste âmbito, para 2025, e também no âmbito do Plano de Investimento, estima-se um orçamento de 800k€.

6.2.2.6 Despesas de apoio à saúde e bem-estar da Comunidade IST

O apoio à saúde e bem-estar no IST é essencial para garantir que os alunos e restante comunidade IST tenham uma experiência académica saudável e equilibrada, possibilitando que aproveitem ao máximo seu potencial académico e pessoal. O IST pretende desempenhar um papel importante na saúde e bem-estar de toda a comunidade, ao oferecer serviços e recursos que promovam a saúde física, mental e emocional. Abaixo estão elencadas algumas estratégias e tipos de apoio que podem ser disponibilizados:

- Plano de bem-estar: O Núcleo de Bem-Estar e Conciliação (NBC) tem como missão implementar o Plano de Bem-Estar do IST, desenvolvendo e apoiando atividades nas áreas do desporto,

saúde (laboral, nutricional e mental), responsabilidade social, conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, promovendo o sentimento de pertença à Instituição. Através das ações desenvolvidas o NBC pretende contribuir para um melhor ambiente de trabalho e para uma melhor qualidade de vida de todos os trabalhadores do IST. Destaque-se a iniciativa *Working@Técnico*. A Comissão *Working@Técnico* surge como uma evolução natural da Comissão de Avaliação dos Riscos Psicossociais no IST (CARP-IST), cuja atuação, desde a sua criação em 2017, tem sido essencial na promoção do bem-estar e na avaliação dos riscos psicossociais. O alargamento das suas responsabilidades para incluir novas áreas, como o teletrabalho e a conciliação entre vida pessoal e profissional, motivou esta reformulação e mudança de designação, mantendo, porém, a *task force* técnica interna (CARP-T) composta por seis psicólogos do IST. Estes profissionais, credenciados pela Ordem dos Psicólogos Portugueses, continuam a ter como missão a implementação dos modelos e instrumentos de avaliação, designadamente o Inquérito COPSOQ – II, preservando assim o foco no bem-estar psicológico da comunidade. A Comissão *Working@Técnico* terá como principais objetivos a definição das orientações gerais do Plano de Bem-Estar para cada ano civil, a coordenação na implementação de normas e certificações associadas ao bem-estar dos trabalhadores, e a organização de uma sessão anual de divulgação e promoção das atividades de bem-estar. Adicionalmente, a comissão constituirá Grupos de Trabalho *ad-hoc* para abordar temas de relevância e impacto futuro, garantindo uma resposta adaptada às necessidades emergentes da comunidade não discente do IST. Realce-se ainda a Plataforma *Work Place Options* para todos os trabalhadores do IST, que engloba um programa de apoio **a todas as tipologias de trabalhadores do IST**, que inclui meios de comunicação próprios, no sentido de proporcionar apoio emocional e apoio social (ex^o consultas antes da licença parental e reintegração, apoio ao crescimento pessoal e profissional, etc.). Para estas iniciativas preconiza-se um orçamento na ordem dos 35k€.

- **Gender Balance:** O equilíbrio de género numa instituição universitária como o IST é essencial para criar um ambiente académico inclusivo, equitativo e diversificado. A busca por um balanceamento de género não se limita a uma divisão numérica equilibrada entre homens e mulheres, mas também inclui a promoção de igualdade de oportunidades e a redução de vieses estruturais que possam dificultar o acesso e o progresso académico de qualquer género. Esse equilíbrio beneficia a instituição como um todo, pois promove inovação, diversidade de pensamento e inclusão social. Destaquem-se algumas iniciativas já referidas anteriormente, como o apoio à conciliação entre a vida académica e pessoal (ex^o horários adaptáveis promovendo o bem-estar e a retenção de talentos), e o Prémio Maria de Lourdes Pintasilgo. Este prémio tem como objetivo reconhecer o papel crucial que as mulheres desempenham em todas as áreas da Engenharia. O Prémio destina-se a galardoar anualmente duas mulheres, formadas pelo Técnico: uma antiga aluna que tenha completado o seu ciclo de estudos no Técnico há mais de 15 anos e que se tenha destacado pelas suas contribuições profissionais e/ou sociais; e uma recém-graduada do Técnico que se tenha destacado pela qualidade científica da dissertação de

Mestrado e pelo percurso académico no Técnico. O prémio de 5k€ é atribuído à recém-graduada com o objetivo de a apoiar no desenvolvimento inicial da sua carreira profissional.

- Provedoria: Para 2025 pretende-se continuar a aumentar a visibilidade do gabinete de Provedoria dentro e fora do Técnico (participação na Rede Portuguesa de Provedores do Estudante do Ensino Superior), com a colaboração ativa com os órgãos de gestão do Técnico na promoção e divulgação dos Valores de forma a que esses princípios sejam observados na comunidade, através da divulgação do Guia de Valores Orientadores (produção de 3000 brochuras) no acolhimento e sessões de boas-vindas, da identificação e criação dos "Embaixadores do Técnico" e respetiva formação (2 workshops anuais) que ajudem na promoção dos Valores do Técnico nos seus ambientes de trabalho/estudo, da criação de um evento anual para divulgação dos valores, do lançamento à escola de um concurso de ideias e prémio para ilustração dos Valores e respetivos comportamentos associados, bem como no planeamento de um curso de ética. Estas atividades foram orçamentadas em 5k€.
- Serviços de Saúde: Os serviços de saúde do IST abrangem uma série de especialistas, em diversas áreas da medicina, no sentido de dar um melhor enquadramento a toda a comunidade IST, no que concerne à saúde e bem-estar. Assim, disponibilizam-se apoios em diversas especialidades: Avaliação Psicológica, Clínica Geral; Fisiatria, Fisioterapia, Ginecologia–Obstetrícia; Medicina Dentária; Nutrição; Osteopatia; Psicoterapia e aconselhamento de adultos; Psiquiatria; Terapia da fala; Terapia Familiar; Serviço de Enfermagem; Sexologia. Para conseguir disponibilizar esta diversidade de serviços, o orçamento será na ordem dos 450k€.
- Apoio à APIST no desenvolver de algumas das suas atividades, nomeadamente as relacionadas com o infantário e eventos, como a Festa de Natal, Magusto, etc., com uma previsão de orçamento anual de 12k€.

6.3 INVESTIMENTO NA QUALIDADE DE ENSINO, INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO

O investimento na qualidade de ensino, investigação e formação, em alinhamento com o Plano Estratégico, está focado em melhorar a experiência educacional dos alunos, promover a excelência académica, fortalecer a componente de investigação e melhor capacitar os docentes e investigadores. Neste sentido, o orçamento do IST para 2025 inclui o reforço e um novo racional na dotação orçamental das unidades académicas (UAs), dando também continuidade à dotação para as plataformas transversais (PT), coordenação de cursos (C. Cursos) e Laboratórios de Tecnologias de Informação (LTIs).

Em paralelo com o Plano de Investimento já descrito, mais direcionado para a infraestrutura, prossegue o investimento na capacitação e dotação de melhores e novas competências no âmbito das atividades de docência e investigação, através da **(i) Iniciativa Técnico *Capacity Building Hub*** (descrição mais detalhada na secção 6.3.4.). Esta iniciativa inclui: a) Programa **Start-up Funds** – Bolsas incentivo PAX-IAS em período experimental; b) Programa **Digital+** (onde se incluem também os projetos PIP); c) Programa **Shaping the Future** para a promoção da integração e adaptação dos novos docentes e investigadores ao IST, onde é integrado o Programa **+Projetos** (para promover e aumentar a participação de docentes e investigadores do IST em projetos de investigação); **(ii) Programa FCT Tenure Plus** (secção 6.3.5.); **(iii) Escola Doutoral / PhD Fast Track** (secção 6.3.7.). O “**Programa FCT Tenure Plus**” (iniciativa alavancada pelo programa FCT Tenure da FCT), é um programa que procede à afetação de 4h de carga letiva efetiva a todos os docentes (e não apenas os elegíveis pelo Programa FCT Tenure) que sejam contratados (em período experimental) pelo IST em 2025 (dotando para isso de um orçamento complementar para contratações compensatórias aos respetivos departamentos), incrementa o financiamento da componente sabática das *Start Up Funds*, e reforça o financiamento à contratação de alunos de doutoramento (Assistente Convidado 59%). A **Escola Doutoral**, terá orçamento para o conjunto de iniciativas que levará a cabo no âmbito da sua implementação, bem como da divulgação das atividades dos doutorandos (PhD Open Days), tendo-se igualmente criado, para implementar em 2025, o novo **(iv) Prémio Maria Amélia Chaves** (secção 6.3.8.); que constitui um prémio de mérito a atribuir a doutorandos, que sejam bolseiros de investigação pagos por projetos das UID ou BIC do IST e simultaneamente sejam alunos *PhD Fast Track*, ou que sejam BIC e doutorandos do IST, estimulando-se assim o seu contributo para a investigação. Para além da Iniciativa Técnico *Capacity Building Hub* e dos Programas acima mencionados, dá-se continuidade à atribuição de bolsas de mérito a doutorandos, visando estimular o seu contributo para a lecionação (em articulação com os departamentos) – **(v) Prémio Brito Camacho - Teaching Assistant Program** (secção 6.3.6.); para finalizar, destaque-se o **(vi) Programa da Semana Acolhimento** (secção 6.3.9.); que visa melhor enquadrar os novos alunos no ambiente académico do Técnico.

6.3.1 Unidades Académicas

No ano de 2024 aprovou-se, em harmonia com a aplicação da nova metodologia para a Dimensão Alvo das Unidades Académicas (DAUA), o Contrato de Convergência, Crescimento e Coesão (CC3)⁸ com os departamentos, que no geral, pretende (i) garantir um crescimento global do financiamento para todos os departamentos no próximo triénio, (ii) a previsão do financiamento num horizonte temporal de 3 anos para todos os departamentos, e (iii) contratos-programa que permitam a convergência dos departamentos com indicadores de crescimento abaixo da média.

Neste âmbito, estabelece-se para os anos de 2025 a 2027, o montante do financiamento global das unidades académicas – verba CC3 - que inclui não só as designadas verbas DOC, mas também as verbas referentes ao plafond a atribuir no âmbito do Procedimento da contratação de pessoal docente especialmente contratado (PDEC). Desta forma, o CC3 permite aos departamentos conhecer a sua dotação orçamental teto nos próximos três anos, e a forma de a atingir caso o valor da dotação orçamental efetiva seja inferior. Essa previsibilidade num horizonte temporal superior a um ano (neste caso: três anos) permitirá, naturalmente, aos departamentos estabelecerem políticas de investimento plurianuais e/ou mesmo de médio/longo prazo, resultando numa melhoria das suas condições de desenvolvimento e de crescimento, e na promoção de uma maior coesão e convergência de objetivos na Escola.

Os detalhes para os cálculos das verbas DOC e PDEC, no âmbito do CC3, estão disponibilizados na Documentação Suplementar 2, encontrando-se de qualquer forma mencionadas abaixo as bases para a sua concretização orçamental, para o ano de 2025 no caso das verbas DOC, e para 2025-2026 no caso das verbas PDEC.

Deste modo, no âmbito do CC3, o ano inicial (ano 0) de verbas DOC corresponde ao montante distribuído em 2024 (Tabela 9). Relativamente ao ano inicial (ano 0) de verbas PDEC por unidade académica, o valor de referência é o valor do Plafond PDECs atribuído no ano de 2024-2025 (Tabela 10). No caso deste ter sido mais de 35% inferior ao valor da média dos 2 anos anteriores ao ano 0, o valor de referência será igual ao valor da média dos dois anos anteriores ao ano 0.

⁸ Documento Suplementar 2 – Contrato de Convergência, Crescimento e Coesão

Tabela 9: Verbas DOC do ano 0 por Unidade Académica do IST no âmbito do CC3

DEPARTAMENTOS	VERBA DOC 2024 (ANO 0)
DECIVIL	€ 99 099
DEEC	€ 173 250
DEM	€ 150 150
DEQ	€ 86 625
DF	€ 86 625
DM	€ 138 600
DEI	€ 164 588
DEG	€ 63 525
DBE	€ 63 525
DER	€ 13 514
DECN	€ 92 342

Tabela 10: Verbas PDEC do ano 0 por Unidade Académica do IST no âmbito do CC3

DEPARTAMENTOS	VERBA PDEC 2024-2025 (ANO 0)*
DECIVIL	€ 76 551
DEEC	€ 224 064
DEM	€ 127 728
DEQ	€ 67 493
DF	€ 239 868
DM	€ 91 952
DEI	€ 403 200
DEG	€ 287 916
DBE	€ 152 264
DER	€ 48 735

* Exclui o montante referente a Arquitetura e os montantes a somar ao Plafond

Após o estabelecimento das verbas DOC e PDEC iniciais procede-se ao (i) cálculo das verbas DOC teto por departamento (que correspondem ao teto máximo de verbas DOC que os departamentos poderão ter para 2025), apresentando-se listada na Tabela 11 a distribuição dessas verbas DOC Teto (teto máximo), resultantes da aplicação da inflação 2,1% + 5 pontos percentuais face ao valor do ano inicial (ano zero). Segue-se o (ii) cálculo de verbas PDEC Teto por departamento (Tabela 12), resultante da aplicação da inflação 2,1% + 5 pontos percentuais ao valor do ano de inicial (ano zero), para o ano 2025-2026.

Tabela 11: Verbas DOC Teto (teto máximo) para cada Unidade Académica do IST em 2025

DEPARTAMENTOS	VERBA DOC 2025 (ANO 1)
DECIVIL	€ 106 135
DEEC	€ 185 551
DEM	€ 160 811
DEQ	€ 92 775
DF	€ 92 775
DM	€ 148 441
DEI	€ 176 273
DEG	€ 68 035
DBE	€ 68 035
DER	€ 14 473
DECN	€ 98 899

Tabela 12: Verbas PDEC Teto (teto máximo) para cada Unidade Académica do IST em 2025-2026

DEPARTAMENTOS	VERBA PDEC 2025-2026 (ANO 1)*
DECIVIL	€ 81 986
DEEC	€ 239 973
DEM	€ 136 797
DEQ	€ 72 285
DF	€ 256 899
DM	€ 98 481
DEI	€ 431 827
DEG	€ 308 358
DBE	€ 163 075
DER	€ 52 195

* Exclui o montante referente a Arquitetura e os montantes a somar ao Plafond

No âmbito do CC3, após o cálculo dos tetos máximos das verbas DOC e PDEC para cada Departamento, segue-se o cálculo da dotação orçamental de referência. O montante de referência anual das verbas DOC e PDEC por departamento é calculado aplicando o algoritmo de distribuição de verbas DOC e PDEC alimentado não com ETIs mas com DAUAs. Para o ano de 2025 usam-se os dados existentes para o ano letivo de 2023-2024 e ano civil 2023, já previamente validados pelas unidades académicas.

O cálculo da dotação orçamental efetiva no ano de 2025 para cada Departamento (eixos coesão e convergência), depende da sua situação face ao cálculo obtido para as verbas DOC e PDEC Teto e Referência. Isto é, se as verbas DOC de referência tiverem valor superior às verbas DOC Teto, a UA

é dotada com a verba DOC Teto e o valor remanescente reverte para o fundo de coesão. Se, pelo contrário, as verbas DOC de referência tiverem valor inferior às verbas DOC Teto, esse departamento é dotado de início com as verbas DOC de Referência, e poderá candidatar-se a projetos de coesão, até atingir o valor de verbas DOC Teto (teto máximo), nos termos da cláusula 6ª do contrato CC3. O mesmo se passa para as verbas PDEC efetivas por departamento. Isto é, se as verbas PDEC de referência tiverem valor superior às verbas PDEC Teto, a UA é dotada com a verba PDEC Teto e o valor remanescente reverte para o fundo de coesão. Se, pelo contrário, as verbas PDEC de referência tiverem valor inferior às verbas PDEC Teto, esse departamento é dotado de início com as verbas PDEC de Referência, e poderá candidatar-se a projetos de coesão, até atingido o valor de verbas PDEC Teto (teto máximo), nos termos da cláusula 6ª do contrato CC3.

Relativamente à dotação orçamental de verbas DOC das UAs, continua a aplicação da regra de dotação no segundo semestre, que é feita após apresentação de relatório financeiro e de atividades do primeiro semestre (a 30 de junho de 2025). Tal como em anos anteriores, as verbas DOC alocadas às unidades académicas em 2025 para as suas despesas de funcionamento, correntes e investimento, são provenientes da dotação dos órgãos centrais, não transitando de ano civil. Relativamente às verbas DOC efetivas a disponibilizar para 2025, tal como o montante atribuído por departamento, em sede de coesão, se aplicável, será disponibilizado até 15 de janeiro. Relativamente às verbas PDEC efetivas a disponibilizar para 2025-2026, tal como o montante atribuído por departamento, em sede de coesão, se aplicável, será disponibilizado na mesma data.

A dotação orçamental em verbas DOC tem sido uma preocupação deste CG, tendo havido um esforço de as aumentar nos últimos 5 anos, como está bem patente no gráfico da Figura 9, que ilustra a evolução do valor das verbas DOC atribuídas às diferentes Unidades Académicas desde 2015 (DECN criado em 2015 e DER criado em outubro de 2022). Ressalve-se para 2020 o impacto decorrente da implementação das medidas de contingência COVID enunciadas no Orçamento do IST de 2020. No entanto, em 2021 retomou-se o valor das verbas de acordo com a metodologia adotada para o cálculo de verbas DOC, e desde esse ano, está bem evidenciado o esforço que tem sido feito no sentido de aumentar progressivamente a componente de verbas DOC dos departamentos. Em 2022 ocorreu um acréscimo de 100 000€ euros, e em 2023 de 10% (face a 2022) a todas as UAs, que resultaram num total de 1 077 945 euros em verbas DOC. O decréscimo observado em Decivil espelha a saída de membros para a criação do novo departamento DER. Em 2024 ocorreu um aumento de 5% (53 897€) face ao ano anterior, tendo as verbas DOC atingido o valor de 1 131 842€. Para o ano de 2025, e tendo em consideração o CC3, o teto máximo de verbas DOC a atribuir às UAs corresponde, como referido, a um acréscimo global de **222 361€** (inflação 2,1% + 5 pontos percentuais face a 2024), perfazendo um total de **1 212 203€**.

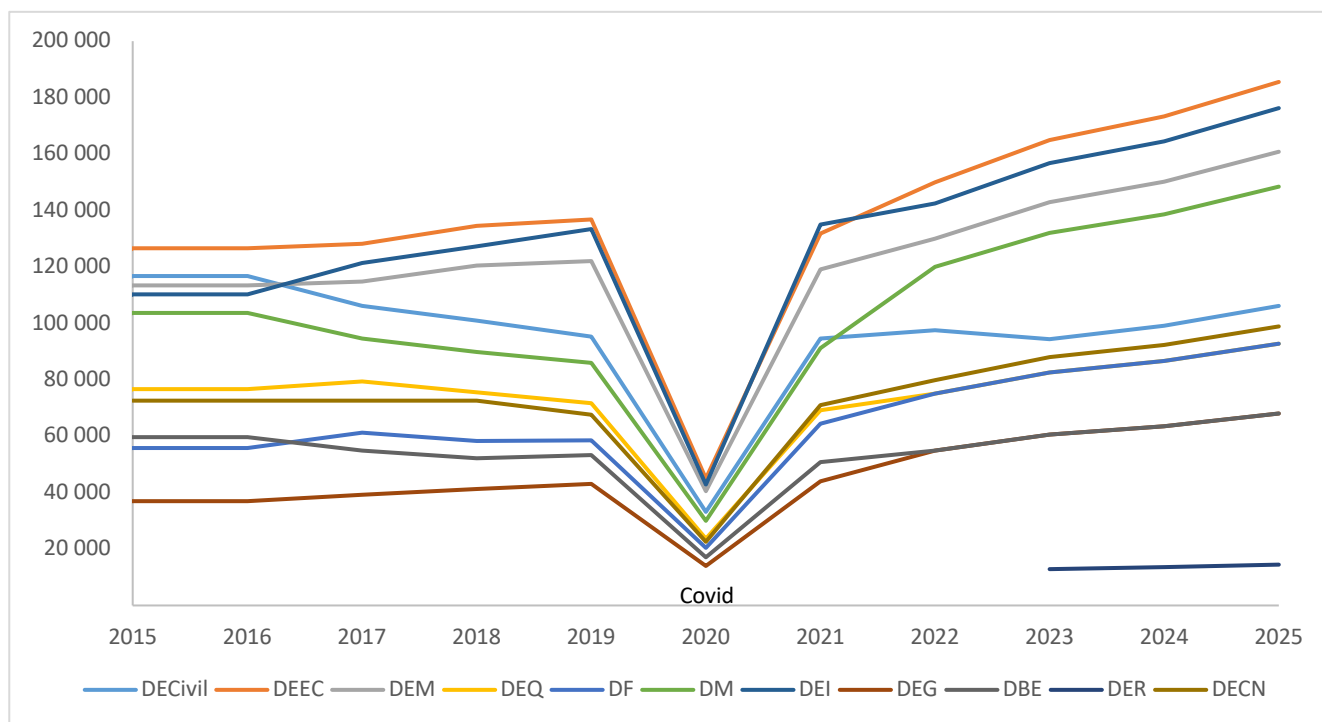


Figura 9: Evolução do valor das verbas DOC atribuídas a cada UA do IST desde 2015 (Para 2025 as verbas DOC correspondem às verbas DOC Teto, no âmbito do CC3)

Para além deste financiamento-base, as unidades académicas continuarão a ter em 2025 o mesmo racional até agora aplicado para o cálculo das **Receitas Próprias (RP)**, que corresponde ao montante resultante das propinas de doutoramento do ano anterior, estando este valor desfasado desde os tempos da “Troika”. No sentido de darmos cumprimento ao compromisso do CG de recuperarmos os montantes desfasados, na medida em que tal seja possível, foi considerado ser este ano possível, incluir os valores referentes a um ano, que atualmente corresponde ao ano de 2020. É pretensão do CG continuar esta recuperação que será feita consoante a conjuntura orçamental existente. A alocação ao departamento é efetuada através da(s) unidade(s) académica(s) de origem do(s) orientador(es) do aluno a cuja propina se refere. Os saldos das RP continuarão, como tem sido até agora, a transitar de ano. A Tabela 13 apresenta a verba a disponibilizar aos departamentos em 2025, proveniente das RP. O valor total de **verbas RP** ascende a **1 219 809€**.

Tabela 13: Dotação Verbas RP para cada Unidade Académica do IST em 2025 referentes ao montante das propinas de doutoramento do ano 2020

DEPARTAMENTOS	VERBA RP (2020)
DECivil	319 126 €
DEEC	126 251 €
DEM	224 658 €
DEQ	71 237 €
DF	92 840 €
DM	37 125 €
DEI	122 753 €
DEG	88 730 €
DBE	99 878 €
DER	22 071 €
DECN	15 140 €
TOTAL	1 219 809 €

Considerando as verbas DOC (teto máximo) e as verbas RP, o **orçamento global** disponibilizado para os **departamentos** ascende a **2,43M €**, correspondendo a um acréscimo global, nestas duas componentes orçamentais, face a 2024 de ~583k€, a que acrescem as verbas PDEC em mais de 2M €, resultando num **valor global às Unidades Académicas de ~4,5M€**.

6.3.1.1 Estruturas Transversais

Face ao histórico dos últimos 15 anos considerou-se não aumentar a dotação orçamental das estruturas transversais, criadas por iniciativa dos órgãos centrais em 2010, tendo assim uma dotação total em 2025 de **7,5k€** (Tabela 14).

Tabela 14: Dotações orçamentais das plataformas transversais do IST para 2025

Plataforma	Dotação 2025
Plataforma de Ciências e Engenharia do Ambiente do Instituto Superior Técnico (IST-Ambiente)	€ 2500
Estrutura Transversal de Materiais Avançados do Instituto Superior Técnico (Técnico Advanced Materials)	€ 2500
Iniciativa em Energia do Instituto Superior Técnico: "Campus Sustentável"	€ 2500
TOTAL	€ 7500

6.3.2 Coordenações dos Cursos de 1º e de 2º ciclos

À semelhança do que tem vindo a acontecer em anos anteriores, o orçamento para 2025 contempla também uma dotação específica para os **LTIs**. Para a determinação da verba a atribuir às Coordenações dos Cursos de 1º e de 2º ciclo, foi seguida a metodologia implementada pela primeira vez no ano de 2013. Segundo essa metodologia, a qual tem por objetivo valorizar o sucesso formativo de cada ciclo de estudos, considera-se um valor fixo de 300 euros por curso, sendo o remanescente distribuído proporcionalmente ao total de graduados do ano anterior, arredondado aos 50 euros. O número de diplomados foi obtido considerando a informação disponibilizada no RAIDES (Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados no Ensino Superior cujos resultados mais recentes publicados reportam a 2023/2024).

Com base neste racional, os novos ciclos de estudo não seriam dotados de orçamento, nomeadamente os 2ºs ciclos criados recentemente e que ainda não têm diplomados. Assim, o CG criou um novo racional em 2023 para dotar de orçamento estas situações. Deste modo, quando não existem estudantes reportados no RAIDES por se tratar de segundos ciclos de estudo recentes, contabiliza-se a média de estudantes efetivamente matriculados e inscritos, corrigida pela taxa da média de abandono no segundo ciclo (15%) (no caso de cursos com inscrições de dois em dois anos em instituições diferentes, considerou-se metade do valor obtido).

Para o ano de 2025, tal como para os 3 anos anteriores, em que se teve de considerar a desintegração dos ciclos integrados, determinada pelo [Decreto-Lei nº 65/2018](#) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior português, a dotação orçamental foi determinada separadamente para as coordenações de 1º ciclo e de 2º ciclo (Arquitetura mantém os ciclos integrados), e para 2025 inclui-se dotação orçamental dos novos segundo ciclos, de acordo com o novo racional (Tabela 15).

O valor total da dotação a atribuir às **Coordenações dos Cursos de 1º e de 2º ciclo** em 2025, corresponderá ao valor de 2024 atualizado ao valor da taxa de inflação esperada (2,1 % estimativa do BCE para a Zona Euro em 2025), sendo assim aumentado em 2426 €, passando de 115 500€ para **117 926€**. Este valor será distribuído equitativamente pelas coordenações dos cursos de 1º (58 963€) e 2º ciclos (58 963€), que após o racional de arredondamentos perfaz um total de **117 900€ (58950€** para cada ciclo).

Tabela 15: Dotação atribuída às Coordenações dos cursos de 1º e de 2º ciclo do IST para 2025

1º Ciclo	Verba	2º Ciclo	Verba
Arquitectura	€ 2 000	Arquitectura	€ 1 750
Engenharia Aeroespacial	€ 4 250	Engenharia Aeroespacial	€ 2 500
Engenharia Biológica	€ 2 750	Engenharia Biológica	€ 2 050
Engenharia Biomédica	€ 3 500	Engenharia Biomédica	€ 2 550
Engenharia Civil	€ 2 950	Engenharia Civil	€ 2 450
Engenharia de Materiais	€ 1 050	Engenharia de Materiais	€ 800
Engenharia de Minas e Recursos Energéticos	€ 500	Engenharia em Recursos Energéticos	€ 550
Engenharia do Ambiente	€ 1 300	Engenharia do Ambiente	€ 850
Engenharia Electrotécnica e de Computadores	€ 6 850	Engenharia Electrotécnica e de Computadores	€ 6 650
Engenharia Física Tecnológica	€ 4 050	Engenharia Física Tecnológica	€ 2 550
Engenharia Informática e de Computadores (AL)	€ 7 050	Engenharia Informática e de Computadores (AL)	€ 6 000
Engenharia Mecânica	€ 7 300	Engenharia Mecânica	€ 5 200
Engenharia Naval e Oceânica	€ 800	Engenharia Naval e Oceânica	€ 1 050
Engenharia Química	€ 2 950	Engenharia Química	€ 3 100
Matemática Aplicada e Computação	€ 2 150	Matemática Aplicada e Computação	€ 1 450
Engenharia de Telecomunicações e Informática	€ 1 800	Engenharia de Telecomunicações e Informática	€ 900
Engenharia e Gestão Industrial	€ 3 300	Engenharia e Gestão Industrial	€ 2 700
Engenharia Electrónica	€ 1 150	Engenharia Electrónica	€ 500
Engenharia Informática e de Computadores (TP)	€ 3 250	Engenharia Informática e de Computadores (TP)	€ 2 300
		Engenharia Farmacêutica	€ 650
		Biotecnologia	€ 1 100
		Bioengenharia e Nanossistemas	€ 450
		Ciência e Engenharia Moleculares	€ 750
		Informação e Sistemas Empresariais	€ 650
		Segurança de Informação e Direito no Ciberespaço	€ 550
		Engenharia e Gestão da Energia	€ 3 750
		Microbiologia	€ 900
		Proteção e Segurança Radiológica	€ 350
		Engenharia e Ciência de Dados	€ 800
		Engenharia e Gestão da Inovação e Empreendedorismo	€ 1 250
		Ordenamento do Território e Urbanismo	€ 750
		Engenharia Geológica e de Minas	€ 600
		Bioengenharia em Medicina Regenerativa e de Precisão	€ 500
	€ 58 950		€ 58 950

6.3.3 Coordenações dos LTIs

O Orçamento do IST para 2025 contempla ainda, como em anos anteriores, uma dotação específica para os **LTIs**, que se insere na continuação do esforço em privilegiar as despesas diretas associadas ao ensino. A dotação global aumenta de 115 050€ para 117 926€, arredondado a **117 900€**, cujo racional de distribuição não foi alterado, sendo distribuída proporcionalmente ao número de alunos matriculados em 2023/2024 pela primeira vez no primeiro ano (Tabela 16).

Tabela 16: Dotação atribuída às Coordenações dos LTIs do IST para 2025

LTI	Cursos utilizadores	Orçamento 2025
Civil	LEC, LA, LEAmb/3	€ 14 233
Electricidade	LEEC, LEAe/2	€ 20 337
Mecanica	LEM, LEAe/2, LEAmb/3, LEMat/2	€ 18 320
Quimica	LEQ, LEB, LEAmb/3, LEMat/2, Lebiom/2	€ 14 789
Fisica	LEFT, Lebiom/2	€ 11 247
Matematica	LMAC	€ 4 839
Minas	LEGM	€ 458
Naval	LEAN	€ 1 962
Informatica	LEIC	€ 13 013
Tagus Park	LEIC, LERC, LEGI, LEE	€ 18 702
	Total	€ 117 900

6.3.4 Iniciativa Técnico *Capacity Building Hub*

A **Iniciativa Técnico *Capacity Building Hub*** congrega uma série de Programas que visam o investimento na qualidade de ensino, investigação e formação, direcionados para a capacitação e dotação de melhores e novas competências nesses domínios aos docentes e investigadores recém-contratados. A **Iniciativa Técnico *Capacity Building Hub***, terá um reforço orçamental face a 2024, totalizando em 2025 mais de 500k€. Esta iniciativa inclui: a) Programa Start-up Funds – Bolsas incentivo PAX-IAS em período experimental; b) Programa Digital+ (onde se incluem também os projetos PIP); c) Programa *Shaping the Future* para a promoção da integração e adaptação dos novos docentes e investigadores ao IST, onde é integrado o novo Programa +Projetos.

6.3.4.1 Programa *Start Up Funds* – Bolsas Incentivo Professores e Investigadores Auxiliares em Período Experimental

No âmbito do investimento à formação, o programa de *start-up funds* para Professores e Investigadores Auxiliares em período experimental, iniciado em 2015 por iniciativa dos Conselhos Científico (CC) e Pedagógico (CP), em articulação com o Conselho de Gestão, manter-se-á em 2025, mas com um reforço orçamental. Este advém do sucesso tido no Programa FCT Tenure e do Programa Aliança, que levaram a um maior número de novas contratações, logo necessidade do incremento no valor a dar a este programa, com o intuito de abranger todas as novas contratações.

Este programa está diretamente relacionado com a promoção e o incentivo à atividade de I&D, a ser desenvolvida por docentes e investigadores em início de carreira, proporcionando-lhes melhor enquadramento para obterem as capacitações necessárias à obtenção da nomeação definitiva. Em

concreto será objeto de financiamento (i) a realização de licença sabática parcial em instituições estrangeiras de referência e (ii) a implementação do projeto científico-pedagógico proposto na candidatura apresentada ao lugar de Professor Auxiliar/Investigador Auxiliar. O projeto de *start-up funds* está ativo após a assinatura do contrato de Professor Auxiliar (mês 42) e de Investigador Auxiliar (mês 36).

O Santander tem vindo a apoiar esta iniciativa, tendo sido aumentado o valor para 50 000€ desde 2024, fruto do reconhecimento do mérito da iniciativa. Dado o número de contratações expectável ter subido, nomeadamente pelo impacto do FCT Tenure e Programa Aliança, como referido, decidiu o CG reforçar as verbas face a 2024, no sentido de apoiar todos os proponentes, no montante de 280 000€, que adicionado ao apoio Santander, provocará um incremento no apoio à integração dos novos PAX/IAX, totalizando **330 000€**.

6.3.4.2 Programa Digital+

O programa Digital+ a ser promovido pelo Conselho Pedagógico, tem por objetivos a modernização tecnológica e digital na formação superior, o reforço da capacidade formativa nas competências digitais, incluindo diferentes componentes pedagógicas.

Para coordenar estes esforços o Programa Digital+ prevê as seguintes ações no próximo ano:

- a) Ferramentas Digitais e Novas Metodologias de Ensino
- b) Desenvolvimento de Conteúdos
- c) Criação e Gestão de Repositório de Conteúdos
- d) Criar, manter e dinamizar equipas multidisciplinares de ensino para o sucesso académico dos estudantes em disciplinas transversais, que inclua uma plataforma de conteúdos interativos
- e) Análise de Dados Académicos
- f) Prémio de incentivo à Digitalização do Ensino e Projetos de Inovação Pedagógica (Projetos PIP)
- g) Formação de Docentes
- h) Implementação de novas ferramentas de análise just-in-time da qualidade da experiência educativa no IST

O racional usualmente aplicado para orçamentar o apoio a iniciativas do Conselho Pedagógico tendo em vista a melhoria da qualidade de ensino ou na adoção de medidas que visem a melhoria das condições de trabalho dos estudantes, contabiliza as verbas resultantes da cobrança da taxa de inscrição em exames de época especial para o ano letivo anterior. Para 2025, considerou-se ainda a inclusão das verbas resultantes das taxas de inscrição em época extraordinária, por serem consideradas equivalentes às verbas resultantes da cobrança da taxa de inscrição em exames de época especial (que tendencialmente têm diminuído). Com este novo racional, as duas verbas para o ano letivo anterior totalizam 42 440€. No entanto, dada a criação do Programa Digital+ ter assumido uma maior dimensão e abrangência desta linha de ação, considerou-se a partir de 2024, duplicar o valor oriundo das taxas. Deste modo, para 2025 a dotação orçamental para o Programa Digital+ é de **84 880€**.

6.3.4.3 Programa *Shaping the Future*

O Programa *Shaping the Future* foi desenvolvido no âmbito de uma colaboração entre o Conselho Científico e o Conselho Pedagógico, com o apoio do Conselho de Escola e do Conselho de Gestão do IST. O Programa *Shaping the Future* promove a integração e adaptação dos novos docentes e investigadores no IST. Neste âmbito é anualmente organizado um evento, tipicamente na Academia das Ciências, onde durante três dias são usualmente abordadas diversas temáticas como a liderança de equipas e projetos de investigação, promovendo a afirmação profissional nas áreas de especialidade e o desenvolvimento de competências pedagógicas, de forma a contribuir para a promoção de um ensino de excelência. Também são feitos contributos dos vários serviços do Técnico, no sentido de melhor esclarecer os recém-contratados quanto a vários aspetos formais do funcionamento nas diferentes dimensões que vão necessitar. Este programa tem assim essencialmente assentado em dois pilares, o das “boas práticas pedagógicas” e o da “cultura IST”, tendo sido considerado em 2024, o momento de incluir mais objetivamente o pilar da “ciência”. Deste modo, e em alinhamento com o Plano Estratégico, nomeadamente promover e aumentar a participação de docentes e investigadores do IST em projetos de investigação, foi criado o Programa + Projetos. Este programa é então implementado no âmbito do Programa *Shaping the Future*, tendo como destinatários aqueles que nele participam. Como referido anteriormente, teve ainda peso nesta decisão, o facto de se ter suspenso o Programa de Incentivo ERC iniciado em 2022, em parte pelo facto da FCT lançar um programa similar de apoio - ERC-PT Pre-assessment.

A dotação orçamental para o Programa *Shaping the Future* em 2025 tem em consideração o número de participantes exepetável, que dado o acréscimo de novas contratações, considerou-se aumentar face a 2024 o valor das verbas para a organização do evento, que passa a ser de 30 000€, adicionado do valor para a contratação de empresa consultora de formação específica na preparação e redação de projetos de investigação, no âmbito do Programa +Projetos, que é de 60 000€, totalizando **90 000€**.

6.3.5 Programa FCT Tenure Plus Técnico

O Programa FCT-Tenure constituiu uma oportunidade para alavancar o plano de contratações de docentes e investigadores de carreira, a uma política de recrutamento que reforça durante os três primeiros anos do período experimental as atividades de investigação e limita a lecionação a 4 h por semana. O concurso foi dirigido a instituições do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), permitindo submissão de candidaturas a apoios à abertura de concursos internacionais para lugares de carreira docente e de investigação. O Conselho de Gestão em articulação com o Conselho Científico desenhou uma estratégia de reinvestimento das verbas FCT Tenure, dependente do sucesso institucional da candidatura efetuada. Tendo o IST obtido um sucesso de quase 90% na candidatura

competitiva a este programa, criaram-se condições para o Técnico reforçar a componente de investigação a todos os novos recrutamentos de docentes e investigadores, durante os três primeiros anos do período experimental, e não apenas os elegíveis no âmbito do Programa da FCT. Este reinvestimento das verbas do FCT Tenure englobam-se no denominado Programa FCT Tenure Plus Técnico. Desta forma, reforça-se também o financiamento do pessoal docente especialmente contratado ao abrigo do ponto 4 dos Montantes a somar ao Plafond, no âmbito do Procedimento para a contratação de PDEC⁹.

O Programa FCT Tenure Plus Técnico poderá assim, incluir para 2025, 3 linhas de ação: (i) procede à afetação de 4h de carga letiva efetiva a todos os docentes que sejam contratados (em período experimental) pelo IST, dotando para isso de um orçamento complementar para contratações compensatórias de PDEC aos departamentos visados; (ii) incrementa o financiamento da componente sabática das Start Up Funds; (iii) reforça o financiamento para a contratação de alunos de doutoramento como Assistente Convidado 59% pelas unidades académicas. O desenho deste programa considerou, à partida, vários critérios para a sustentabilidade financeira da possível aplicação de uma ou mais destas linhas de ação.

A verba mínima necessária para estender a linha de ação (i) no impulso à investigação a todos os novos recrutados, é garantida pela contratação no mínimo de 7 posições elegíveis no âmbito do FCT Tenure, e atinge cerca de 245k€. Foi ainda estabelecido que, com um financiamento na candidatura ao FCT-Tenure superior a 15 posições elegíveis, o Técnico poderá dotar o Programa FCT Tenure Plus com uma verba de até ~620k€. Este montante inclui a verba anteriormente referida para incluir a afetação de 4h de carga letiva efetiva a todos os docentes que sejam contratados (245k€), bem como o aumento das verbas destinadas à realização da sabática internacional (154k€,) (que poderá contar ainda com um potencial complemento do programa da FCT-mobility), e das verbas para a contratação pelos departamentos de assistentes convidados a 59% (221k€), que se traduzirá também num reforço dos programas doutorais do Técnico e numa maior estabilização do Procedimento para o Pessoal Docente Especialmente Contratado. Estamos assim, a falar de um reinvestimento das verbas recebidas no âmbito do Programa da FCT (FCT Tenure), na ordem dos **620k€**.

6.3.6 Prémio Brito Camacho

No âmbito do investimento ao ensino o *Teaching Assistant Program* corresponde a um programa de prémio de mérito a atribuir a doutorandos, visando estimular o seu contributo para a lecionação, em articulação com os departamentos, com dotação orçamental de **160k€**.

⁹ Documento Suplementar 3 – Procedimento para a Contratação de Pessoal Docente Especialmente Contratado (PDEC)

6.3.7 Escola Doutoral – PhD Fast Track

A nova Escola Doutoral do Técnico foi lançada no dia 4 de novembro de 2024, na abertura da 10.^a edição do PhD Open Days – evento anual de encontro dos estudantes de doutoramento. Esta nova estrutura irá agregar os 31 programas doutorais do Técnico, implementar um programa de formação em competências transversais, oferecer um programa Fast Track para a entrada no 3º ciclo a estudantes de mestrado do Técnico, promover estágios em empresas ou em ambiente internacional, incluindo doutoramentos em co tutela, bem como apoiar o PhD Student hub, entre outras iniciativas. Outra das novidades é a compilação das oportunidades de financiamento para estudantes de doutoramento, incluindo todas as bolsas oferecidas pelas 23 unidades de investigação associadas ao Técnico. O Fast track é uma das iniciativas mais relevantes da Escola Doutoral, e que pretende captar os estudantes mais talentosos e com motivação para continuar um percurso académico. Permite a antecipação do início do doutoramento ainda durante o mestrado no Técnico, concebendo um projeto de investigação que garanta a continuidade do trabalho entre os dois ciclos, encurtando o tempo para a obtenção do grau de doutor.

Dada a relevância para a Escola desta nova estrutura, decidiu o CG apoiar diretamente com **50k€**. Em harmonia com o Conselho Pedagógico, e com o intuito de, por um lado incentivar os alunos a aderirem ao programa PhD Fast Track, e por outro lado, complementar o universo de alunos de doutoramento potencialmente abrangidos pelo Prémio Brito Camacho de incentivo a atividades de docência, criou-se o Prémio Maria Amélia Chaves num enquadramento de incentivo a atividades de investigação.

6.3.8 Prémio Maria Amélia Chaves

No âmbito do incentivo à investigação de doutorandos, o Prémio Maria Amélia Chaves (1ª mulher engenheira a licenciar-se pelo IST, em 1937, e 1ª mulher na Ordem dos Engenheiros) corresponde a um programa de prémio de mérito a atribuir a doutorandos que: (i) tenham sido admitidos em qualquer doutoramento do IST no âmbito do PhD Fast Track e tenham realizado, no ano letivo a que diz respeito o prémio, a sua primeira inscrição no Programa Doutoral a que foram admitidos, sendo em simultâneo bolsiros no âmbito de um projeto de uma unidade de investigação associadas ao IST, ou sejam titulares de uma bolsa de investigação científica (BIC), durante um ano, financiada pelo Instituto Superior Técnico. Estes alunos são candidatos ao Prémio na modalidade PMAC-FT; (ii) tenham sido admitidos em qualquer doutoramento do IST e sejam titulares de uma bolsa de investigação científica (BIC), durante um ano, financiada pelo Instituto Superior Técnico. Estes alunos são candidatos ao Prémio na modalidade PMAC-BIST (nenhum estudante pode beneficiar do prémio mais do que um ano na modalidade PMAC-FT e mais do que quatro anos na modalidade PMAC-BIST).

Este prémio visa estimular o contributo dos doutorandos para a investigação, com dotação orçamental de **160k€**.

6.3.9 Semana de acolhimento

A Semana de Acolhimento aos Estudantes no IST é um evento essencial para integrar os novos alunos na vida académica, ajudando-os a ambientarem-se aos campi, a conhecer a estrutura do curso, os serviços disponíveis e os colegas. Este período também visa oferecer suporte aos alunos para que possam iniciar o ano académico com mais segurança e conhecimento sobre as oportunidades e os recursos disponíveis. No sentido de dar relevância às atividades desenvolvidas para este melhor enquadramento dos novos alunos no ambiente académico do Técnico, decidiu o CG dar continuidade a dotação orçamental para esta atividade, no montante de **25k€**.

6.3.10 Síntese do Investimento na Qualidade de Ensino, Investigação e Formação

Para uma melhor compreensão do esforço financeiro deste CG no investimento na qualidade de ensino, investigação e formação, sintetiza-se aqui a evolução registada nos últimos anos nas várias iniciativas e programas que têm vindo a ser criados, e referidos ao longo do ponto 6.3, para esse fim.

Para demonstrar a evolução efetiva das verbas disponibilizadas às unidades académicas (verbas DOC e RP), coordenações de cursos de 1º e 2º ciclo, LTIs, Plataformas Transversais e programa de *start-up funds* (Bolsas de Incentivo PAX-IAX em período experimental) desde 2015, ano em que se iniciou a inscrição em sede de orçamento a dotação de Receitas Próprias (RP) às Unidades Académicas (linha azul na figura), procedeu-se à adição comparativa (Tabela 17 e Figura 10), das Iniciativas e Programas recém-criados.

Deste modo, e para melhor enquadrar o impacto dessas iniciativas, na Figura 10 projetam-se os vários cenários evolutivos: (i) na linha azul com pontos encontra-se a evolução das verbas atribuídas a UA, Coordenações, LTIs, Plataformas Transversais e *start-up funds* do IST desde 2015, caso não tivessem existido novas iniciativas e programas, e se mantivesse o paradigma existente até 2021; (ii) na linha a vermelho com cruces, para além das verbas atribuídas a UA, Coordenações, LTIs e Plataformas Transversais, adicionou-se a Iniciativa Técnico Capacity Building Hub, o Programa FCT Tenure Plus Técnico, o Prémio Brito Camacho, a Escola Doutoral, o Prémio Mara Amélia Chaves, a Semana de Acolhimento, e as verbas para contratação de PDEC, constituindo assim o Investimento Global; (iii) na linha vermelha a tracejado inclui-se tudo o exposto em (ii), mas excluindo o Programa FCT Tenure Plus Técnico; (iv) na linha pontilhado verde inclui-se tudo o exposto em (ii), mas sem PDECs e sem o Programa FCT Tenure Plus. Esta figura espelha o investimento que tem vindo a ser feito na Qualidade de Ensino, Investigação e Formação nos últimos 4 anos.

Analisando cada um dos cenários acima identificados, o cenário (i) – linha azul com pontos, que considera apenas as componentes tradicionais do financiamento até 2021, verifica-se que no ano de 2025 ocorreu um aumento da dotação orçamental global, que passou a ser de ~ 3M € (um acréscimo de ~700k€ face ao ano anterior). O esforço feito nos últimos anos para a programação de novas

iniciativas no mesmo âmbito, culminaram em 2025, para além dos dois programas transformadores, que são a Iniciativa Técnico *Capacity Building* e o Programa FCT *Tenure Plus* Técnico, com o CC3 (que inclui para além das verbas DOC, as verbas PDEC), o Prémio Brito Camacho, o arranque pleno da Escola Doutoral e o novo Prémio Maria Amélia Chaves, e a tradicional semana de acolhimento. Deste modo, no cenário (ii) – linha vermelha com cruces, ao adicionarmos no gráfico os valores referentes à globalidade das ações, fica traduzido o esforço significativo em investimentos deste âmbito, que ascendem a ~ **6,34M €**. Realce-se que para 2025, os montantes a atribuir às UAs para verbas DOC e PDEC no âmbito do CC3, trouxeram um acréscimo de verbas ao sistema, com a atualização do valor do ano de 2024 à taxa de inflação (estimativa do BCE para a Zona Euro em 2025; 2,1%), acrescidos de 5 pontos percentuais.

Continuando a leitura do gráfico (Figura 10), se não considerarmos o Programa FCT *Tenure Plus* Técnico o montante é de 5,7M € (linha tracejada vermelha). Sem considerar o Programa FCT *Tenure Plus* Técnico e os PDECs (a pontilhado verde) está igualmente realçado o esforço que tem sido feito nesta tipologia de investimento, que ascende a cerca de 3,6M €.

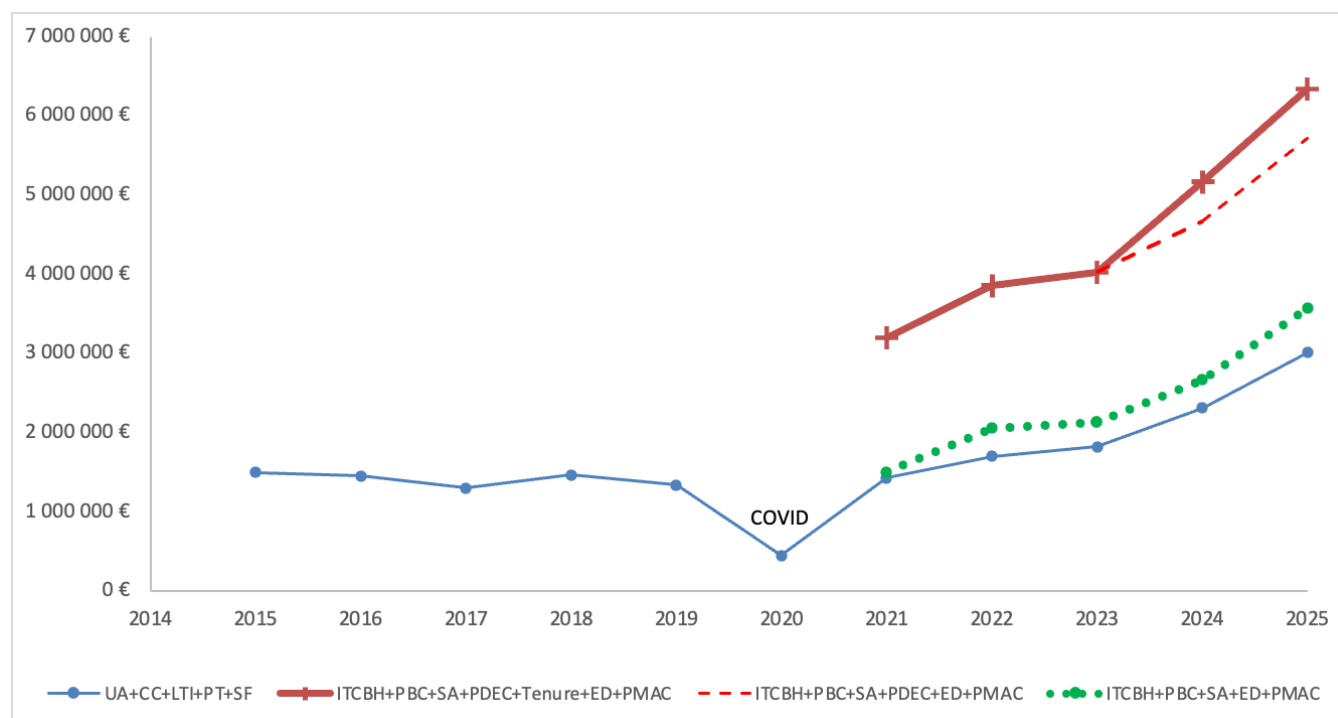


Figura 10: Evolução das verbas atribuídas no âmbito da qualidade de ensino, investigação e formação no IST desde 2015

Linha azul com pontos: componentes tradicionais do financiamento até 2021, que incluem UA, Coordenações, LTIs, Plataformas Transversais e start-up funds; linha vermelha com cruces: idem, incluindo também a Iniciativa Técnico Capacity Building Hub, o Prémio Brito Camacho, a Semana de Acolhimento, as verbas para contratação de PDEC, o Programa FCT Tenure Plus Técnico, Escola Doutoral e Prémio Maria Amélia Chaves; linha vermelha tracejada: idem excluindo o Programa FCT Tenure Plus Técnico; linha verde pontilhada: idem sem PDECs.

De 2015 a 2019 (Figura 10) as flutuações registadas (linha azul com pontos) resultam fundamentalmente das alterações de valor da componente de Receitas Próprias disponibilizadas em cada ano. Em 2020 o decréscimo acentuado resultou das medidas de contenção associadas à situação pandémica, com a redução a 1/3 do valor orçamentado. Em 2022, após 8 anos de dotações orçamentais estáticas, assiste-se a um crescimento, decorrente do aumento para 900 000€ euros da dotação orçamental das unidades académicas (acrescido das verbas para o DECN: 79 950€). Em 2023 está refletido o acréscimo global de 10% (aumento de 90 000€ euros para os departamentos, e 10 000€ euros para as coordenações de 1º e 2º ciclo e igual valor para as coordenações dos LTI), resultando no valor de 990 000€ euros para as unidades académicas, e 110 000€ euros para as coordenações de ciclos e 110 000€ para as coordenações dos LTI. Em 2024 está refletido o acréscimo global de 5% (aumento de 53 897€ para todos os departamentos e 5 500€ para as coordenações de 1º e 2º ciclo e igual valor para as coordenações dos LTI) resultando no valor de 1 131 842€ em verbas DOC para as unidades académicas, e 115 500€ para as coordenações de ciclos e para as coordenações dos LTI. Para as verbas RP o aumento significativo do valor face a 2023, resulta do facto de se ter feito a recuperação de dois anos face ao desfasamento existente (incluindo a proporção referente às propinas de doutoramento de 2018 e também de 2019). De 2024 para 2025, para as verbas RP, recuperou-se um ano (2020), tendo totalizado o valor de 1 219 809€. De 2024 para 2025 está bem refletido o acréscimo decorrente para as verbas das UAs (DOC Teto) no âmbito do CC3, com a atualização dos valores de 2024 corrigidos à taxa de inflação (estimativa do BCE para a Zona Euro em 2025; 2,1%), acrescidos de 5 pontos percentuais, bem como a atualização das verbas RP para o ano de 2020, que resultou na globalidade de um orçamento para as UAs em 2025 em verbas DOC e RP na ordem dos 2,43M €. Está também refletido o aumento de 2,1 % face a 2024 das verbas para as para as coordenações de 1º e 2º ciclo e para as coordenações dos LTI, que resultou na globalidade de um orçamento para 2025 de 235,8k€.

Na Tabela 17 encontra-se detalhada a agregação de esforços para o acréscimo de investimento na qualidade e ensino, investigação e formação, onde está bem plasmada a tendência de crescimento observada desde 2021 (linhas vermelhas com cruces e a tracejada), bem como o alargar de iniciativas com dotação orçamental, que **acresceram face a 2024 mais de 1,2M €, atingindo em 2025 o valor global de ~6,34M €.**

Tabela 17: Evolução das Verbas atribuídas no âmbito da qualidade de ensino, investigação e formação (2021-2025)

Investimento na Qualidade de Ensino, Investigação e Formação					
	2021	2022	2023	2024	2025
Verbas DOC UAs	€ 871 051	€ 979 950	€ 1 077 945	€ 1 131 842	€ 1 212 203
Verbas RP Uas ¹	€ 268 968	€ 417 224	€ 409 375	€ 717 267	€ 1 219 809
C. Cursos	€ 90 000	€ 100 000	€ 110 000	€ 115 500	€ 117 900
LTI	€ 90 000	€ 100 000	€ 110 000	€ 115 500	€ 117 900
PT	€ 7 500	€ 7 500	€ 7 500	€ 7 500	€ 7 500
Total Uas; cursos	€ 1 327 519	€ 1 604 674	€ 1 714 820	€ 2 087 609	€ 2 675 312
PDECs	€ 1 700 000	€ 1 800 000	€ 1 900 000	€ 2 000 000	€ 2 142 000
Iniciativa Técnico Capacity Building Hub²	€ 163 420	€ 280 000	€ 238 880	€ 398 260	€ 504 880
Programa FCT Tenure Plus Técnico - PDECs					€ 245 000
Programa FCT Tenure Plus Técnico - Sabáticas					€ 154 000
Programa FCT Tenure Plus Técnico - ASC 59%					€ 221 000
Programa FCT Tenure Plus Técnico total³				€ 500 000	€ 620 000
Prémio Brito Camacho		€ 160 000	€ 160 000	€ 160 000	€ 160 000
Escola Doutoral - PhD Fast Track					€ 50 000
Prémio Maria Amélia Chaves					€ 160 000
Semana de Acolhimento	€ 15 000	€ 18 000	€ 18 000	€ 25 000	€ 25 000
Sub-total⁴	€ 178 420	€ 458 000	€ 416 880	€ 583 260	€ 899 880
Total Iniciativas⁵				€ 1 083 260	€ 1 519 880
Total⁶	€ 1 505 939	€ 2 062 674	€ 2 131 700	€ 2 670 869	€ 3 575 192
Total Geral⁷	€ 3 205 939	€ 3 862 674	€ 4 031 700	€ 4 670 869	€ 5 717 192
TOTAL GLOBAL⁸				€ 5 170 869	€ 6 337 192

1 Verbas RP UAs para 2025 incluem a recuperação de 1 ano ao desfasamento existente

2 Valores anteriores a 2024 correspondentes às iniciativas então existentes; em 2022 o nº de alunos inscritos em exames de época especial teve um aumento significativo por força da lei (Lei n.º35/2021 de 8 de junho)

3 Montante Total FCT Tenure Plus Técnico correspondente à elegibilidade de pelo menos 15 PAX de novas contratações no âmbito do Programa FCT Tenure

4 Iniciativas excluindo o montante do Programa FCT Tenure Plus Técnico

5 Iniciativas incluindo o Programa FCT Tenure Plus Técnico

6 Total Geral sem PDECs e sem FCT Tenure

7 Total Geral sem FCT Tenure

8 Total Global de todo o investimento

7 ORÇAMENTO DOS CENTROS FINANCEIROS

É aqui dado destaque aos orçamentos de receita e de despesa para 2025 de todos os Centros Financeiros do IST, com contabilidade própria. Destes, o Centro 10 - Contabilidade Central (Tabela 18 e Tabela 19) e 20 - Contabilidade de Projetos (Tabela 20 e Tabela 21) estão sob a dependência direta do Conselho de Gestão. O Centro 36 corresponde ao Polo de Oeiras, e foi atribuído para 2025 dotação orçamental no valor de 156 377€ (Tabela 22 e Tabela 23). Para o Polo de Oeiras, foi afetado o montante de 233 820€ nas despesas a gerir no Centro 10. De igual modo, para o Centro 38 - Polo de Loures foi atribuído para 2025 dotação orçamental no valor de 1 070 000€ (Tabela 24 e Tabela 25), e é gerido no Centro 10 o OE específico associado decorrente do Decreto-Lei 29/2012, de 9 de fevereiro.

Os orçamentos aqui apresentados para cada Centro Financeiro foram obtidos com base no histórico e previsão expectável. No entanto, poderá sofrer alterações por parte da Direção Geral do Orçamento (DGO), decorrente de algumas entidades ainda não terem inscrito dotação a transferir para o IST.

Nas Tabelas desta secção apresenta-se o orçamento de receita e de despesa por centro financeiro, considerando as Medidas 016, 018 e 102 que correspondem respetivamente às medidas orçamentais do normativo legal para a Educação-Investigação, para a Educação-Estabelecimentos de Ensino Superior e para o Plano de Recuperação e Resiliência.

7.1 CF10 – CONTABILIDADE CENTRAL

Tabela 18: Orçamento de receita para 2025 do Centro Financeiro 10 do IST – Contabilidade Central

Orçamento Receita - Ano 2025	Medida 016	Medida 018			Medida 018	Medida 102	Total CF 10
	319-Transf. de RG entre organismos	IST 311-RG Não Afect Proj Co-Fin	CTN 311-RG Não Afect Proj Co-Fin	513-RP do ano com outras origens	Aliança	483- PRR - Subvenções	
Propinas e Tx	0	0	0	10 881 877	0	0	10 881 877
Propinas				9 752 037			9 752 037
Taxas e Emolumentos				1 129 840			1 129 840
Transferencias	1 560 000	58 933 954	6 528 323	11 000	365 167	1 786 122	69 184 566
OE		58 933 954	6 528 323				65 462 277
FCT-C. Formação	1 560 000						1 560 000
Outras Transf				11 000	365 167	1 786 122	2 162 289
Venda Bens e Serviços	0	0	0	6 894 668			6 894 668
Venda Bens	0	0	0	164 095			164 095
Livros e Reprografia				95 545			95 545
Outros Bens				68 550			68 550
Venda Serviços	0	0	0	6 730 573			6 730 573
Aluguer de Espaços				280 000			280 000
Estudos e Pareceres				140 000			140 000
Serv.Laboratoriais				2 200 000			2 200 000
Act.Saude				450 000			450 000
Rede Parceiros				1 398 550			1 398 550
Bancos				600 000			600 000
Outros Serviços				1 662 023			1 662 023
Total	1 560 000	58 933 954	6 528 323	17 787 545	365 167	1 786 122	86 961 111
Imputações Internas	0	0	0	1 832 100			1 832 100
Overheads				538 978			538 978
Out.Imp.Internas (ex.telef, economato,...)				1 293 122			1 293 122
Total c/Custos Internos	1 560 000	58 933 954	6 528 323	19 619 645	365 167	1 786 122	88 793 211

Tabela 19: Orçamento de despesa para 2025 do Centro Financeiro 10 do IST – Contabilidade Central

Orçamento Despesa - Ano 2024	Medida 016		Medida 018		Medida 018	Medida 102	Total CF 10
	319-Transf. de RG entre organismos	482-U.E Outras	IST RG Não Afect Proj Co-Fin	311-513-RP do ano com outras origens	Aliança	483- PRR - Subvenções	
C.Pessoal	1 397 687	0	65 462 277	6 746 305	365 167	1 786 122	75 757 559
Vencimentos	946 015		44 094 732	4 000 297	247 490	1 208 092	50 496 626
Subs.Férias e Natal	157 669		7 326 716	696 495	41 248	202 676	8 424 805
Subs.Alimentação	31 878		1 603 732	269 450	7 854	39 082	1 951 996
Outros C.Pessoal Fixos			151 374	36 121			187 495
Avenças				43 830			43 830
H.Extraordinárias				20 000			20 000
Ajudas Custo				200 000			200 000
Rem.Adicionais			37 412	262 588			300 000
CGA			8 328 763	34 029			8 362 792
TSU	262 125		3 890 664	1 160 892	68 575	336 271	5 718 528
Proteção Social			28 884	22 603			51 487
Aq.Bens e Serviços	588 188	1 341 170	0	10 512 484	0	0	12 441 842
Aq.Bens	112 157	214 655	0	1 014 668	0	0	1 341 480
Livros IST-Press e Reagentes		11 700		36 707			48 407
Combustível		69 200		195 730			264 930
Artigos Limpeza e Higiene		20 000		112 810			132 810
Vestuário	1 780	2 500		0			4 280
Mat. Escritório	34 640	29 200		339 858			403 698
Ferram.e utensilios	22 472	19 520		69 233			111 225
Material de Laboratório	27 145	38 035		141 800			206 980
Outros Bens	26 120	24 500		118 530			169 150
Aq.Serviços	476 031	1 126 515	0	9 497 816	0	0	11 100 362
Electricidade+Água+Gás		170 805		2 177 855			2 348 660
Serv.Limpeza e Higiene		417 200		2 057 800			2 475 000
Conserv.Reparação	34 820	68 325		556 346			659 491
Aluguer Equip. (ex.Ar.Liquido)	1 170	1 890		48 500			51 560
Comunicações	1 500	350		151 500			153 350
Transportes (entre Pólos)				286 200			286 200
Seguros	1 000	1 000		88 000			90 000
Deslocações e Estadas e Congressos	14 365	13 200		123 600			151 165
Prest.Serviços (ex.A3ES, Direitos Autor, Auditorias)	40 050	144 500		666 700			851 250
Comunicação e Divulgação Institucional				150 000			150 000
Publicidade	11 200	0		37 000			48 200
Segurança	0	106 000		1 837 620			1 943 620
Assist.Técnica (ex.Fotocopiadoras)	172 831	46 800		72 905			292 536
Trab.Especializados (ex.Médicos, G.resíduos, SAP, etc)	142 775	89 250		1 007 305			1 239 330
Patentes	7 820	9 945		24 300			42 065
Desp.Bancárias	3 000	0		125 935			128 935
Outros Serv	45 500	57 250		86 250			189 000
Transferencias e Bolsas	86 370	47 266	0	1 205 730	0	0	1 339 366
FMUL				238 000			238 000
Transf Un.Europeia	3 220	22 066		4 775			30 061
Transf outras instituições (ex.AEIST, Tuna, etc)	16 750	200		139 250			156 200
Bolsas	66 400	25 000		823 705			915 105
Outras Despesa	1 005	0	0	1 039 695	0	0	1 040 700
Taxas municipais	1 005			30 750			31 755
IVA				1 008 945			1 008 945
Investimento - Obras e Equipamento	117 900	1 215 675	0	1 294 000	0	0	2 627 575
Obras	12 150	0		942 500			954 650
Eq.Informático	105 750	1 212 600		346 500			1 664 850
Eq.Mobiliário	0	3 075		5 000			8 075
Custos Correntes e Capital	793 463	2 604 111	0	14 051 909	0	0	17 449 483
Total	2 191 150	2 604 111	65 462 277	20 798 215	365 167	1 786 122	93 207 042
Imputações Internas	0	0	0	7 047	0	0	7 047
Overheads a transferir para os Órgãos Centrais					0	0	0
Outras imputações internas				7 047	0	0	7 047
Total c/Proveitos Internos	2 191 150	2 604 111	65 462 277	20 805 262	365 167	1 786 122	93 214 089

7.2 CF20 – CONTABILIDADE DE PROJETOS

Tabela 20: Orçamento de receita para 2025 do Centro financeiro 20 do IST – Contabilidade de projetos

Orçamento Receita - Ano 2025	Medida 016						Medida 018	Medida 102	Medida 018	Medida 016	Total CF 20
	319-Transf. de RG entre organismos	414-Feder - Lisboa 2020	422-Feder - PO Transnacional	471 - FEPescas	482-U.E Outras	541-Transferências de RP entre organismos	513-RP do ano com outras origens	483- PRR - Subvenções	Aliança	FCT Tenure	
Transferencias	2 964 534	2 400 000	650 000	150 000	6 192 000	434 749	459 790	6 119 675	728 724	1 463 531	21 563 003
FCT - outros progr	2 740 287										2 740 287
Un.Europeia	0	2 400 000	650 000	150 000	5 855 000		70 790	5 705 153			14 830 943
Outras Transf	224 247				337 000	434 749	389 000	414 522	728 724	1 463 531	3 991 773
Venda Bens e Serviços	0	0	0	0	0	0	5 069 863	0	0	0	5 069 863
Venda Bens	0	0	0	0	0	0	0				0
Outros Bens											0
Venda Serviços	0	0	0	0	0	0	5 069 863	0		0	5 069 863
Estudos e Pareceres							1 005 800				1 005 800
Serv.Laboratoriais							285 053				285 053
Outros Serviços							3 779 010				3 779 010
Total	2 964 534	2 400 000	650 000	150 000	6 192 000	434 749	5 529 653	6 119 675	728 724	1 463 531	26 632 866
<i>Imputações Internas</i>	0	0	0	0	0		0				0
Overheads											0
Out.Imp.Internas (ex.telef, economato,...)											0
Total c/Custos Internos	2 964 534	2 400 000	650 000	150 000	6 192 000	434 749	5 529 653	6 119 675	728 724	1 463 531	26 632 866

Tabela 21: Orçamento de despesa para 2025 do Centro financeiro 20 do IST – Contabilidade de projetos

Orçamento Despesa - Ano 2025	Medida 016						Medida 018	Medida 102	Medida 018	Medida 016	Total CF 20
	319-Transf. de RG entre organismos	414-Feder - Lisboa 2020	422-Feder - PO Transnacional	471 - FEPescas	482-U.E Outras	541-Transferências de RP entre organismos	513-RP do ano com outras origens	483- PRR - Subvenções	Aliança	FCT Tenure	
C.Pessoal	546 379	10 000	2 150	0	643 930	0	2 446 031	3 197 850	0	1 463 531	8 309 872
Vencimentos	150 000				213 566			2 455 290		990 661	3 809 517
Subs.Férias e Natal	25 000				38 851			408 714		165 110	637 675
Subs.Alimentação	29 495				22 453			6 386		33 264	91 598
Ajudas Custo	21 375	10 000	2 150		300 000		414 170	2 305			750 000
Rem.Adicionais							2 000 000				2 000 000
CGA					18 118		31 861	300 000			349 979
TSU	320 509				50 942			25 155		274 496	671 102
Aq.Bens e Serviços	420 885	549 135	539 900	150 000	911 813	132 399	1 024 364	493 786	0	0	4 222 282
Aq.Bens	95 800	309 730	445 350	0	170 300	24 925	76 035	333 455	0	0	1 455 595
Combustível			50 000		32 500	0	0				82 500
Vestuario		500	300		0	0	280				1 080
Mat.Escritório	50 550	90 675	4 145		70 600	1 000	29 330	32 826			279 126
Ferram.e utensilios	9 250	55 350	0		4 400	11 825	10 620	13 910			105 355
Material de Laboratório	29 000	160 955	387 530		50 450	12 100	28 400	270 231			938 666
Outros Bens	7 000	2 250	3 375		12 350	0	7 405	16 488			48 868
Aq.Serviços	325 085	239 405	94 550	150 000	741 513	107 474	948 329	160 331	0	0	2 766 687
Conserv.Reparação	6 400	5 215	6 375		6 641	8 150	14 640				47 421
Aluguer Equip (ex.Ar.Liquido)	8 100	3 780	0		4 626	700	105 000				122 206
Comunicações							328				328
Seguros	17 000	40 209	0		23 000	0	33 337				113 546
Deslocações e Estadas e Congressos	185 050	38 266	12 950		469 590	4 000	104 450	14 059			828 365
Prest.Serviços	25 250	2 380	22 500		171 030	72 439	584 786	132 397			1 010 782
Publicidade					1 560	0	1 950				3 510
Asist.Técnica (ex.Fotocopiadoras)		5 980	3 975		0	0	0				9 955
Trab.Especializados	52 000	126 100	42 500	150 000	7 526	14 235	49 298	13 703			455 362
Patentes	6 160	0	0		5 800	0	4 310				16 270
Desp.Bancarias		12 475	0		2 740	3 750	20 585				39 550
Outros Serv	25 125	5 000	6 250		49 000	4 200	29 645	172			119 392
Transferências e Bolsas	116 294	659 150	87 950	0	1 197 625	150 000	737 475	321 549	728 724	0	3 998 767
Transf Un.Europeia	13 250	1 700	250	0	310 130	0	1 100				326 430
Transf outras instituições	67 274	2 250	0	0	63 495	0	6 375	67 849			207 243
Aliança IPFSL									728 724		728 724
Bolsas	35 770	655 200	87 700	0	824 000	150 000	730 000	253 700			2 736 370
Investimento - Obras e Equipamento	100 000	1 181 715	20 000	0	319 600	152 350	2 995	2 106 490		0	3 883 150
Obras		677 285						74 869			752 154
Eq.Informático	100 000	504 430	20 000	0	319 600	152 350	2 995	2 030 988			3 130 363
Eq.Mobiliário	0	0	0	0	0	0	0	633			633
Custos Correntes e Capital	637 179	2 390 000	647 850	150 000	2 429 038	434 749	1 764 834	2 921 825	728 724	0	12 104 199
Total	1 183 558	2 400 000	650 000	150 000	3 072 968	434 749	4 210 865	6 119 675	728 724	1 463 531	20 414 071
Imputações Internas	259 396	88 760	107 252	0	70 199		1 229 357	0	0	0	1 754 963
Overheads a transferir para os Órgãos Centrais	31 331				20 887		469 963				522 181
Outras imputações internas	228 065	88 760	107 252		49 311		759 394				1 232 782
Total c/Custos Internos	1 442 954	2 488 760	757 252	150 000	3 143 167	434 749	5 440 222	6 119 675	728 724	1 463 531	22 169 034

7.3 CF36 – POLO DE OEIRAS

Tabela 22: Orçamento de receita para 2025 do Centro Financeiro 36 do IST – Polo de Oeiras

Orçamento Receita - Ano 2025	Medida 016	Medida 018	Total CF 36
	319-Transf. de RG entre organismos	513-RP do ano com outras origens	
Venda Serviços	0	149 330	149 330
Outras Transf		21 000	21 000
Aluguer de Espaços		25 736	25 736
Estudos e Pareceres		36 720	36 720
Outros Serviços		65 874	65 874
Total	0	149 330	149 330
<i>Imputações Internas</i>	<i>0</i>	<i>7 047</i>	<i>7 047</i>
Overheads			0
Out.Imp.Internas (ex.telef, economato,...)		7 047	7 047
Total c/Custos Internos	0	156 377	156 377

Tabela 23: Orçamento de despesa para 2025 do Centro Financeiro 36 do IST – Polo de Oeiras

Orçamento Despesa - Ano 2025	Medida 016	Medida 018	Total CF 36
	319-Transf. de RG entre organismos	513-RP do ano com outras origens	
C.Pessoal	0	36 365	36 365
Ajudas Custo			0
Rem.Adicionais		36 365	36 365
Aq.Bens e Serviços	0	52 525	52 525
Aq.Bens	0	5 500	5 500
Ferram.e utensilios		5 500	5 500
Outros Bens			0
Aq.Serviços	0	47 025	47 025
Conserv.Reparação			0
Deslocações e Estadas e Congressos		2 500	2 500
Prestação de Serviços		18 015	18 015
Publicidade		7 310	7 310
Outros Serv		19 200	19 200
Transferências e Bolsas	0	60 440	60 440
Bolsas		60 440	60 440
Custos Correntes e Capital	0	112 965	112 965
Total	0	149 330	149 330
<i>Imputações Internas</i>	<i>0</i>	<i>7 047</i>	<i>7 047</i>
Overheads a transferir para os Órgãos Centrais		6 708	6 708
Outras imputações internas		339	339
Total c/Custos Internos	0	156 377	156 377

7.4 CF38 – POLO DE LOURES

Tabela 24: Orçamento de receita para 2025 do Centro Financeiro 38 do IST – Polo de Loures

Orçamento Receita - Ano 2025	Medida 016		Medida 018	Total CF 38
	319-Transf. de RG entre organismos	482-U.E Outras	513-RP do ano com outras origens	
Taxas	0	0	20 000	20 000
Taxas e Emolumentos			20 000	20 000
Transferências	10 000	60 000	30 000	100 000
FCT - outros progr	10 000			10 000
Un.Europeia		60 000		60 000
Outras Transf			30 000	30 000
Venda Bens e Serviços	0	0	950 000	950 000
Venda Bens	0	0	0	0
Outros Bens				0
Venda Serviços	0	0	950 000	950 000
Aluguer de Espaços			10 000	10 000
Estudos e Pareceres				0
Serv.Laboratoriais			710 000	710 000
Outros Serviços			230 000	230 000
Total	10 000	60 000	1 000 000	1 070 000
Imputações Internas	0	0	0	0
Overheads				0
Out.Imp.Internas (ex.telef, economato,...)				0
Total c/Proveitos Internos	10 000	60 000	1 000 000	1 070 000

Tabela 25: Orçamento de despesa para 2025 do Centro Financeiro 38 do IST – Polo de Loures

Orçamento Despesa - Ano 2025	Medida 016		Medida 018	Total CF 38
	319-Transf. de RG entre organismos	482-U.E Outras	513-RP do ano com outras origens	
C.Pessoal	1 000	2 000	47 000	50 000
Ajudas Custo	1 000	2 000	17 000	20 000
Rem.Adicionais			30 000	30 000
Aq.Bens e Serviços	7 000	38 000	512 500	557 500
Aq.Bens	4 000	23 500	237 500	265 000
Combustivel			500	500
Artigos Limpeza e Higiene		500	500	1 000
Vestuario			2 000	2 000
Mat.Escritório	1 000	8 000	66 000	75 000
Ferram.e utensilios		4 000	42 000	46 000
Material de Laboratório	1 000	11 000	93 500	105 500
Outros Bens	2 000	0	33 000	35 000
Aq.Serviços	3 000	14 500	275 000	292 500
Conserv.Reparação			62 000	62 000
Comunicações		500	6 500	7 000
Seguros			2 500	2 500
Deslocações e Estadas e Congressos	1 000	7 000	39 000	47 000
Prest.Serviços			26 000	26 000
Asist.Técnica			38 000	38 000
Trab.Especializados	1 000	5 000	54 000	60 000
Desp.Bancarias	0	0	5 000	5 000
Outros Serv	1 000	2 000	42 000	45 000
Transferencias e Bolsas	1 000	5 000	82 000	88 000
Bolsas	1 000	5 000	82 000	88 000
Outras Despesa	0	0	30 000	30 000
Taxas municipais			30 000	30 000
Investimento - Obras e Equipamento	1 000	15 000	328 500	344 500
Obras			140 000	140 000
Eq.Informático	1 000	15 000	188 500	204 500
Custos Correntes e Capital	9 000	58 000	953 000	1 020 000
Total	10 000	60 000	1 000 000	1 070 000
Imputações Internas	0	0	30 000	30 000
Overheads a transferir para os Órgãos Centrais			10 089	10 089
Outras imputações internas			19 911	19 911
Total c/Proveitos Internos	10 000	60 000	1 030 000	1 100 000

ANEXO 1: DESPESAS FINANCIADAS PELO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O IST EM 2025

Centro de Custo	Designação	Pessoal dos Quadros-Regime de F. Pública	Pessoal contratado a Termo	Despesas de representação	Suplementos e prémios (CG)	Subs.Refeição	Subs.Férias	Subs. Natal	Out Abonos em Numer e Espec	CGA	SS	Out Prestações Familiares	Outras despesas de Seg Social-SSAP	Total por C.Custo
0002	Presidente	66 794	0	0	5 798	1 386	6 049	6 049	0	20 114	0	0	0	106 191
0003	Conselho de Gestão	534 349	0	0	31 684	12 474	47 169	47 169	0	73 454	83 384	0	0	829 684
0004	Conselho Científico	84 104	0	0	5 798	2 772	7 492	7 492	0	20 114	4 797	0	0	132 569
0005	Conselho Pedagógico	105 205	0	0	4 763	4 158	9 164	9 164	0	30 470	0	0	0	162 924
2000	Departamento de Engenharia Civil, Arquitetura e Ambiente	5 016 753	0	0	0	152 447	418 087	418 087	0	1 151 872	238 312	1 243	0	7 396 800
2100	Departamento de Engenharia Electrotécnica e de Computadores	4 946 566	0	0	0	144 648	415 739	415 739	0	1 181 954	190 446	0	0	7 295 091
2200	Departamento de Mecânica	4 600 718	0	0	0	136 541	378 180	378 180	0	1 038 557	233 863	0	0	6 766 040
2300	Departamento de Engenharia Química	3 406 478	0	0	0	95 665	283 621	283 621	0	679 388	264 485	0	0	5 013 258
2400	Departamento de Engenharia Física	2 781 408	0	0	0	78 563	234 958	234 958	0	518 988	253 316	0	0	4 102 192
2500	Departamento de Matemática	4 306 096	0	0	0	119 463	359 016	359 016	0	1 075 501	117 209	0	0	6 336 300
2800	Departamento de Engenharia Informática	3 427 524	0	0	0	101 267	285 605	285 605	0	542 932	406 882	0	0	5 049 814
2900	Departamento de Engenharia e Gestão	916 239	0	0	0	27 311	76 527	76 527	0	140 298	113 774	0	0	1 350 677
3300	Departamento de Bioengenharia	1 611 193	0	0	0	44 125	130 549	130 549	0	283 470	161 314	0	0	2 361 200
3400	Departamento Engenharia e Ciências Nucleares	3 277 888	0	0	0	117 432	277 033	277 033	29 279	689 871	227 172	2 592	0	4 898 299
3500	Departamento de Engenharia de Recursos Minerais e Energéticos	618 036	0	0	0	21 159	50 531	50 531	0	106 947	64 497	0	0	911 701
6100	Direcção Executiva_Geral	49 153	0	10 026	0	1 386	4 096	4 096	0	16 001	0	0	0	84 758
6210	Direcção Contabilística	699 162	0	9 030	0	49 896	58 263	58 263	0	46 015	149 222	0	0	1 069 852
6220	Direcção Orçamental e Patrimonial	751 597	0	6 520	0	48 510	62 633	62 633	0	119 069	90 735	0	0	1 141 696
6250	Direcção de Projectos	722 657	0	9 030	0	41 202	60 221	60 221	0	19 125	183 256	0	0	1 095 714
6300	Direcção de Sustentabilidade e Instalações	882 805	0	9 030	0	61 236	74 183	74 183	0	43 991	203 057	0	0	1 348 485
6400	Direcção de Recursos Humanos	966 179	0	10 531	0	59 094	80 515	80 515	0	79 760	190 453	0	0	1 467 046
6500	Direcção de Operações	790 526	0	13 041	0	58 968	64 999	64 999	1 037	93 619	128 349	1 296	0	1 216 834
6600	Direcção de Planeamento e Qualidade	383 523	0	9 030	0	19 404	31 960	31 960	0	54 123	54 290	0	0	584 291
7600	Gestão do Campus do IST no Taguspark	555 310	0	11 540	0	38 178	46 276	46 276	0	71 710	84 898	0	0	854 188
7700	Polo de Loures	988 176	0	4 010	0	71 568	80 115	80 115	7 096	105 393	169 991	0	20 288	1 526 754
8200	Assuntos Internacionais	624 313	0	2 510	0	39 942	52 026	52 026	0	40 449	133 133	0	0	944 400
8300	Assuntos Académicos	820 198	0	9 030	0	54 936	68 350	68 350	0	85 577	143 831	3 465	0	1 253 737
8400	Tecnologias de Informação e Comunicação	161 783	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	161 783
	Encargos Gerais com Pessoal	44 094 732	0	103 330	48 044	1 603 732	3 663 358	3 663 358	37 412	8 328 763	3 890 664	8 596	20 288	65 462 277

ANEXO 2: DESPESAS FINANCIADAS PELAS RECEITAS PRÓPRIAS PARA O IST EM 2025

Centro de Custo	Designação	Pessoal dos Quadros - Regime de F. Pública	Pessoal Contratado a Termo	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	Despesas de representação	Subs.Refeição	Subs.Férias	Subs. Natal	Out Prestações Familiares	CGA	TSU	Outras despesas de Seg Social-SSAP	Aq Bens/Serviços; Transf. Equip	Transf. Correntes - Bolsistas e Outras	Equipamento	Total por C. Custo
0002	Presidente												0			0
0003	Conselho de Gestão												470 000	30 000		500 000
0004	Conselho Científico												3 000			3 000
0005	Conselho Pedagógico												3 000			3 000
0008	Conselho de Escola	66 794	0			1 386	5 566	5 566		18 507			3 000			100 819
0009	Assembleia de Escola												3 000			3 000
0801	AEIST												101 193			101 193
0803	APIST												12 000			12 000
0805	Tunas												11 000			11 000
1133	Centro de Engenharia e Tecnologia Naval e Oceânica	28 869	0			1 386	2 406	2 406		7 999						43 065
1143	Centro de Recursos Naturais e Ambiente - CERENA	0	32 136	0	0	1 386	2 678	2 678			8 904					47 782
1145	Instituto de Plasmas e Fusão Nuclear	719 162	63 466	0	0	33 264	67 261	67 261		102 301	115 522					1 168 238
1148	Centro de Ciências e Tecnologias Nucleares	84 031	0	0	0	2 772	7 003	7 003			23 284					124 091
1150	Centro de Física e Engenharia de Materiais Avançados	0	28 010	0	0	1 386	2 334	2 334			7 761					41 826
1152	CERIS-INST.INV.INOVACAO ENG CIVIL SUSTEN	61 853	30 806	0	0	4 158	7 722	7 722			25 674					137 934
1601	Polo IST-ISR	29 550	0	0	0	1 386	2 463	2 463		8 188	0					44 049
1401	Civil													14 233		14 233
1402	Electrotecnicia Computadores													20 337		20 337
1403	Mecanica													18 320		18 320
1404	Quimica												14 789			14 789
1405	Fisica												11 247			11 247
1406	Matemática												4 839			4 839
1407	Minas												458			458
1409	Naval												1 962			1 962
1411	LEIC													13 013		13 013
1413	LTI - Taguspark												18 702			18 702
2000	Departamento de Engenharia Civil, Arquitetura e Ambiente	169 350	224 802	0	0	15 261	32 846	32 846		8 760	100 453		101 135	5 000		690 452 (*)
2100	Departamento de Engenharia Electrotécnica e de Computadores	344 779	225 819	0	0	20 160	47 550	47 550			158 103		185 551			1 029 512 (*)
2200	Departamento de Mecânica	494 417	149 584	0	0	14 135	53 370	53 370			177 457		150 811	10 000		1 103 145 (*)
2300	Departamento de Engenharia Química	147 285	112 414	0	0	10 403	21 642	21 642			71 958		82 775	10 000		478 118 (*)
2400	Departamento de Engenharia Física	293 879	248 578	0	0	12 545	45 205	45 205			150 306		92 775			888 491 (*)
2500	Departamento de Matematica	107 984	152 403	0	0	2 787	21 699	21 699			72 149		148 441			527 162 (*)
2800	Departamento de Engenharia Informática	654 398	625 125	0	0	35 555	106 330	106 330		18 507	335 042		156 273	20 000		2 057 560 (*)
2900	Departamento de Engenharia e Gestão	534 905	171 674	0	0	27 791	58 882	58 882			195 781		68 035			1 115 949 (*)
3300	Departamento de Bioengenharia	344 952	93 740	0	0	16 647	36 558	36 558			121 554		68 035			718 044 (*)
3400	Departamento Engenharia e Ciências Nucleares	556 973	47 635	0	0	19 404	50 384	50 384			167 527		98 899			991 207 (*)
3500	Departamento de Engenharia de Recursos Minerais e Energéticos	160 327	27 993	0	0	6 245	15 693	15 693		3 114	49 066		14 473			292 604 (*)
3901	Plataforma de Energia												2 500			2 500
3902	Plataforma de Ambiente	14 153	0			1 386	1 179	1 179		3 922			2 500			24 319
3903	Plataforma de Materiais												2 500			2 500
4001	Coord.Licenciatura EngªCivil												2 950			2 950
4002	Coord.Licenciatura Engª Geológica e Mineira												500			500
4003	Coord.Licenciatura EngªMecanica												7 300			7 300

* - Verbas para aquisições: As verbas DOC correspondem às verbas DOC teto no âmbito do CC3. As verbas DOC efetivas por departamento serão disponibilizadas a 15 de janeiro de 2025

Centro de Custo	Designação	Pessoal dos Quadros - Regime de F. Pública	Pessoal Contratado a Termo	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	Despesas de representação	Subs.Refeição	Subs.Férias	Subs. Natal	Out Prestações Familiares	CGA	TSU	Outras despesas de Seg Social-SSAP	Aq Bens/Serviços; Transf. Equip	Transf.Correrentes - Bolsos e Outras	Equipamento	Total por C.Custo
4005	Coord.Licenciatura Eng ^o Química												2 950			2 950
4006	Coord.Lic.Eng ^o Metal.e de Materiais												1 050			1 050
4007	Coord.Licenc.Eng ^o Física Tecnológica												4 050			4 050
4008	Coord.Licenciatura Eng ^o e Arquitectura Naval												800			800
4009	Coord.Lic.Matematica Aplic.,Comput.												2 150			2 150
4010	Coord.Lic.Eng ^o Informatica e Comput.												7 050			7 050
4011	Coord.Lic.Eng ^o e Gestão Industrial												3 300			3 300
4013	Coord.Licenciatura Eng ^o Aeroespacial												4 250			4 250
4014	Coord.Lic.Eng.Elect.e Computadores												6 850			6 850
4015	Coord.Licenciatura Eng ^o Ambiente												1 300			1 300
4016	Coord.Licenciatura em Arquitectura												3 750			3 750
4018	Coord.Lic.Eng.Biomédica												3 500			3 500
4019	Coord.Lic.Eng ^o Informática e Computadores-Taguspark												3 250			3 250
4022	Coord.Lic. Eng ^o Redes de Com. Informação												1 800			1 800
4024	Coord.Lic. Eng ^o Electrónica												1 150			1 150
4025	Coord.Lic. Eng ^o Biológica												2 750			2 750
4090	Protocolos de Ensino												300 000			300 000
4520	Coord.Mestrado Bioengenharia e Nanossistemas												450			450
4521	Bioengenharia: Medicina Regenerativa e de Precisão												500			500
4522	Coord.Mestrado Biotecnologia												1 100			1 100
4524	Coord.Mestrado Engenharia Aeroespacial												2 500			2 500
4525	Coord.Mestrado Engenharia do Ambiente												850			850
4526	Coord.Mestrado Engenharia Biológica												2 050			2 050
4527	Coord.Mestrado Engenharia Biomédica												2 550			2 550
4528	Coord.Mestrado Engenharia e Ciência de Dados												800			800
4529	Coord.Mestrado Engenharia Civil												2 450			2 450
4530	Coord.Mestrado Engenharia Electrónica												500			500
4531	Coord.Mestrado Engenharia Electrotécnica e de Computadores												6 650			6 650
4532	Coord.Mestrado Engenharia Farmacêutica												650			650
4533	Coord.Mestrado Engenharia Física Tecnológica												2 550			2 550
4534	Coord.Mestrado Engenharia Geológica e de Minas												600			600
4535	Coord.Mestrado Engenharia e Gestão da Energia												3 750			3 750
4536	Coord.Mestrado Engenharia e Gestão da Inovação e Empreendedorismo												1 250			1 250
4537	Coord.Mestrado Engenharia e Gestão Industrial												2 700			2 700
4538	Coord.Mestrado Engenharia Informática e de Computadores (AL e TP)												8 300			8 300
4539	Coord.Mestrado Engenharia de Materiais												800			800
4540	Coord.Mestrado Engenharia Mecânica												5 200			5 200
4541	Coord.Mestrado Engenharia Naval e Oceânica												1 050			1 050
4542	Coord.Mestrado Engenharia Química												3 100			3 100
4543	Engenharia em Recursos Energéticos												550			550
4544	Coord.Mestrado Engenharia de Telecomunicações e Informática												900			900
4545	Coord.Mestrado Informação e Sistemas Empresariais												650			650
4546	Coord.Mestrado Matemática Aplicada e Computação												1 450			1 450
4547	Coord.Mestrado Microbiologia												900			900
4548	Coord.Mestrado Molecular Science and Engineering												750			750
4549	Ordenamento do Território e Urbanismo												750			750
4550	Coord.Mestrado Protecção e Segurança Radiológica												350			350
4551	Coord.Mestrado Segurança de Informação e Direito no Ciberespaço												550			550

Centro de Custo	Designação	Pessoal dos Quadros - Regime de F. Pública	Pessoal Contratado a Termo	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	Despesas de representação	Subs.Refeição	Subs.Férias	Subs. Natal	Out Prestações Familiares	CGA	TSU	Outras despesas de Seg Social-SSAP	Aq Bens/Serviços; Transf. Equip	Transf.Correntes - Bolsos e Outras	Equipamento	Total por C.Custo
5006	Gestão de Parques												7 500			7 500
5007	Motoristas												1 000			1 000
5009	Transporte entre Pólos												400 000			400 000
5010	Apoio às Aulas												500			500
5011	Núcleo de Oficinas IST	43 225	0			4 158	3 602	3 602			11 977		10 000			76 565
6100	Direcção Executiva_Geral												1 000			1 000
6210	Direcção de Contabilidade												12 000			12 000
6220	Direcção Orçamental e Patrimonial												10 000			10 000
6250	Direcção de Projetos												10 000			10 000
6300	Direcção de Sustentabilidade e Instalações												10 000			10 000
6400	Direcção de Recursos Humanos												20 500			20 500
6500	Direcção Operações												10 000			10 000
6600	Direcção de Planeamento e Qualidade												5 000			5 000
7600	Gestão do Campus do IST do Polo de Oeiras	25 793	0	0	0	2 268	2 150	2 150			7 147		203 820	30 000		273 327
7701	Gestão Central												500 000			500 000
7709	Instalação Piloto												25 000			25 000
8002	Núcleo de Serviços de Saúde do IST	153 413	0	18 000	0	15 246	12 784	12 784		9 453	33 055		432 000			686 736
8003	IST Press	26 267	0			1 386	2 189	2 189		0	7 278		120 000			159 309
8010	Assessoria ao Conselho de Gestão	51 718	0	0	2 510	2 772	4 310	4 310		10 130	4 797		500			81 046
8090	Área de Auditoria Interna	103 651	0	0	2 510	6 930	8 638	8 638		0	29 316		10 000			169 682
8040	Área de Biblioteca, Museus e Cultura	211 732	0	0	2 510	16 002	18 234	18 234		35 924	23 620		25 000	20 000		371 256
8050	Laboratório de Análises do IST	575 008	0	0	2 510	41 706	48 744	48 744	938	48 678	111 636		450 000	50 000		1 377 964
8060	MicroLab – Unidade de Microscopia Eletrónica do IST	30 170	0	0	0	1 386	2 514	2 514		0	8 360					44 944
8100	Direcção de Apoio Jurídico	84 201	0	25 830	4 010	5 544	7 017	7 017		7 639	16 645		15 000			172 902
8150	Direcção de Apoio à Gestão	98 188				6 930	8 182	8 182		13 849	14 354		1 000			150 686
8200	Assuntos Internacionais												115 000			115 000
8300	Assuntos Académicos												239 500			239 500
8400	Tecnologias de Informação e Comunicação	1 152 230	0		15 551	68 670	110 395	110 395		78 758	289 451		150 000	100 000		2 075 450
8500	Empreendedorismo e Ligações Empresariais	350 343	0	0	4 010	22 176	29 195	29 195			98 027		172 500	50 000		755 447
8600	Comunicação e Imagem e Marketing	251 926	0	0	2 510	15 246	20 994	20 994		8 188	62 213		60 000	100 000		542 071
9001	Encargos Gerais com Pessoal											31 198	36 200			67 398
9002	Encargos Globais												7 300 000		200 000	7 500 000
9003	Encargos a Distribuir												700 000			700 000
9004	Economato												60 000			60 000
9005	NGAC												10 000			10 000
9006	Reprografia												25 000			25 000
9007	Expedição e Correio												60 000			60 000
9008	Centro Informática (TIC)												150 000		100 000	250 000
9009	Loja do Técnico												80 000			80 000
9010	Obras												100 000			100 000
9011	Manutenção												300 000			300 000
9012	Arquivo												500			500
9013	Motoristas												10 000			10 000
9014	Área Financeira do TP												1 000			1 000
9015	Área Técnica do TP												1 000			1 000
9016	Centro de Congressos												5 000			5 000

Centro de Custo	Designação	Pessoal dos Quadros - Regime de F. Pública	Pessoal Contratado a Termo	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	Despesas de representação	Subs.Refeição	Subs.Férias	Subs. Natal	Out Prestações Familiares	CGA	TSU	Outras despesas de Seg Social-SSAP	Aq Bens/Serviços; Transf. Equip	Transf.Correrentes - Bolsiros e Outras	Equipamento	Total por C.Custo
9019	Oficinas												500			500
9020	Apoio ao Ensino												50 000			50 000
9022	Actividades da Área das Relações Internacionais												100			100
9028	Segurança -NSHS												2 155 120			2 155 120
9034	Eventos Técnico												20 000			20 000
9067	Prémio Maria Amélia Chaves												160 000			160 000
9069	Escola Doutoral												50 000			50 000
9070	Promoção e Divulgação Técnico												180 000			180 000
9072	TCBH-START-UP FUNDS, Bolsas PAXIAX												330 000			330 000
9074	TCBH-Digital +												84 880			84 880
9075	TCBH-Shaping the Future												90 000			90 000
9076	Prémio Brito Camacho - Teaching Assistant Program												160 000			160 000
9078	Semana de Acolhimento												25 000			25 000
9081	IST SAP														197 750	197 750
9082	IST 110-Dia do Técnico												61 000			61 000
9084	Museus IST												500			500
9087	Sistema Impressão Centralizada												75 000			75 000
9089	Sustentabilidade IST												44 595			44 595
9090	Innovation e Defesa												10 000			10 000
Total Desp. FF.de RP		7 971 525	2 234 186	43 830	36 121	439 862	867 718	867 718	938	383 918	2 498 415	31 198	17 603 008	490 903	497 750	33 967 090

Centro de Custo	Designação	Horas Extraordinárias	Ajudas de Custo	Indemenizaç por cessação Fç	Outros Abonos em Numerário e Espécie	Total por Distribuir
9001	Encargos Gerais com Pessoal	20 000	970 000		2 328 953	3 318 953

DOCUMENTAÇÃO SUPLEMENTAR

Esta seção reúne documentos suplementares que fornecem mais detalhes e sustentam as informações constantes nas respetivas notas ao longo do orçamento.

Documento Suplementar 1 – Acordo entre a Reitoria da Universidade de Lisboa e o Instituto Superior Técnico, que corresponde ao apoio que o IST vai dar à Universidade de Lisboa em 2025, para a execução da Empreitada de Construção dos Edifícios 2 e 3, comércio, estacionamento, praça e exteriores, das Residências Universitárias da ULisboa na Cidade Universitária de Lisboa.

Documento Suplementar 2 - Contrato de Convergência, Crescimento e Coesão - CC3

Documento Suplementar 3 - Procedimento para a Contratação de Pessoal Docente Especialmente Contratado (PDEC)

DOCUMENTO SUPLEMENTAR 1

ACORDO



Universidade de Lisboa e Instituto Superior Técnico

Entre:

Universidade de Lisboa, pessoa coletiva de direito público, NIPC nº 510739024, sediada na Alameda da Universidade, Cidade Universitária, Reitoria, 1649-004 Lisboa, representada pelo respetivo Reitor, Professor Doutor Luís Manuel dos Anjos Ferreira, adiante designada por **ULisboa** ou Primeiro Outorgante,

e

Instituto Superior Técnico, pessoa coletiva de direito público, NIPC nº 501507930, sediada na Avenida Rovisco Pais, nº 1, 1049-001 Lisboa, representado pelo respetivo Presidente, Professor Doutor Rogério Anacleto Cordeiro Colaço, adiante designado por **IST** ou Segundo Outorgante,

Considerando que:

- Uma das áreas em que a ULisboa sempre tem estado fortemente comprometida é a da responsabilidade social;
- Os estudantes são uma das preocupações matriciais da ULisboa e que um dos problemas mais complexos de resolver, nos últimos anos, é a falta de residências, seja para os estudantes nacionais, seja para os estudantes estrangeiros, bem como para os docentes e investigadores estrangeiros que nos visitam ou aqui residem por períodos curtos;
- A opção estratégica dos últimos anos da ULisboa tem sido a de investir em residências universitárias;
- A ULisboa adjudicou, em junho de 2024, a execução da Empreitada de Construção dos Edifícios 2 e 3, comércio, estacionamento, praça e exteriores, das Residências Universitárias da ULisboa na Cidade Universitária de Lisboa, que constitui um investimento muito significativo e de capital importância para o futuro da Universidade;
- O número de camas a construir, no âmbito da referida Empreitada, obriga a que seja também construído um parque de estacionamento, com dimensões

assinaláveis, que permita oferecer soluções de estacionamento para a comunidade académica;

- A construção do parque de estacionamento já se encontra prevista na empreitada de construção das residências;
- A construção das residências será objeto de financiamento por parte do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o que já não acontece com as verbas a serem gastas na construção do parque de estacionamento;
- Está prevista a concessão do parque de estacionamento a uma entidade externa à ULisboa, que permite recuperar o investimento realizado, mas que apenas poderá ocorrer após a execução da totalidade da Empreitada atrás referida.

É, livremente e de boa fé, celebrado o presente acordo entre as partes acima identificadas, nos termos das cláusulas seguintes.

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente acordo tem como objeto a regulação do apoio que o Segundo Outorgante assegurará para a execução da Empreitada de Construção dos Edifícios 2 e 3, comércio, estacionamento, praça e exteriores, das Residências Universitárias da ULisboa na Cidade Universitária de Lisboa.

Cláusula 2.^a

Dever do Segundo Outorgante

O Segundo Outorgante autoriza que o Primeiro Outorgante retenha no seu orçamento uma verba de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros), relativa à transferência das dotações do Orçamento de Estado para o ano de 2025, provenientes de receitas de impostos.

Cláusula 3.^a

Dever do Primeiro Outorgante

1. O Primeiro Outorgante compromete-se a devolver ao Segundo Outorgante, através de receitas próprias, a totalidade da verba prevista na Cláusula 2ª do presente acordo, no momento do início da concessão do parque de estacionamento a ser construído na Empreitada de Construção dos Edifícios 2 e 3, comércio, estacionamento, praça e exteriores, das Residências Universitárias da ULisboa na Cidade Universitária de Lisboa.
2. A devolução da totalidade da verba prevista no número anterior deverá ocorrer, no máximo, até ao dia 31.12.2026.

Assinado na Reitoria da ULisboa, aos trinta dias do mês de julho de 2024, em dois exemplares, de igual valor, ficando um na posse de cada parte.

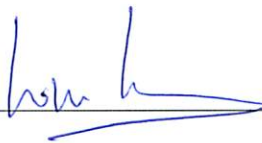
ULISBOA

IST



Luís Ferreira

Reitor



Rogério Colaço

Presidente do IST

DOCUMENTO SUPLEMENTAR 2

Contrato de Crescimento, Convergência e Coesão CG-UAs 2025-2027 (CC3)

Preâmbulo

O contrato de Contrato de Crescimento, Convergência e Coesão (CC3), assinado entre o Conselho de Gestão do IST e cada uma das suas Unidades Académicas, os Departamentos do IST, sustenta-se numa previsão de aumento das receitas próprias (RPs) do IST devido à implementação do novo modelo de alocação de recursos do IST, os DAUA (dimensão alvo das unidades académicas), aprovado pelo Conselho de Escola em xx de novembro de 2024.

Esse previsível aumento das RPs, alavancado pela expansão das atividades de investigação e desenvolvimento e pela execução de projetos de investigação e serviços, é encarado pelo Conselho de Gestão como uma oportunidade para reforçar a alocação de recursos aos departamentos, permitindo-lhes um crescimento mais acentuado da sua capacidade de investimento, nomeadamente em recursos humanos e infraestrutura, que inevitavelmente resultará no reforço daquilo que é o maior desígnio da Escola desde a sua fundação: a melhoria contínua das condições e da qualidade do ensino que oferece aos seus estudantes.

Para além deste reforço dos meios e recursos alocados aos departamentos, o CC3 assenta numa política de reinvestimento na Escola do retorno gerado por uma gestão mais eficiente dos seus recursos, que permita também estabelecer horizontes mais alargados de previsibilidade das dotações orçamentais de cada departamento. Dessa forma, o presente contrato permite aos departamentos conhecer a sua dotação orçamental de base nos próximos três anos, e a forma de a atingir caso o valor da dotação orçamental de referência seja inferior.

Essa previsibilidade num horizonte temporal superior a um ano (neste caso: três anos) permitirá, naturalmente, aos departamentos estabelecerem políticas de investimento plurianuais e/ou mesmo de médio/longo prazo, o que só pode resultar numa melhoria das suas condições de desenvolvimento e de crescimento, e na promoção de uma maior coesão e convergência de objetivos na Escola.

O crescimento, coesão e convergência dos Departamento do IST, e da Escola no seu todo, que se pretende impulsionar com a assinatura deste contrato assenta em três princípios fundamentais que importa referir: o princípio da eficiência, o princípio da solidariedade, o princípio da subsidiariedade.

O princípio da eficiência porque o CC3 simplifica a elaboração das dotações orçamentais dos departamentos nos próximos três anos o que, naturalmente, simplifica os processos de discussão interna em sede de elaboração do orçamento do IST, garantindo simultaneamente orçamentos elaborados de forma mais rápida e mais eficaz; o princípio da solidariedade porque na assinatura do CC3 cada Presidente de Departamento reconhece a interdependência entre os diversos departamentos e a necessidade de cooperar e colaborar para o desenvolvimento equilibrado da

instituição como um todo; o princípio da subsidiariedade porque no CC3 os órgãos centrais de gestão do IST, nomeadamente o Conselho de Gestão, reconhecem que os departamentos devem ter os meios para poderem resolver localmente, num nível mais próximo possível dos estudantes, professores e investigadores que acolhem, as suas questões, nomeadamente as letivas, pedagógicas e formativas.

Cláusula 1ª

Ano 0

- a) O ano 0, é o ano da data de assinatura do presente contrato.
- b) Verbas DOC. No que respeita às verbas dotação dos órgãos centrais (verbas DOC) o valor inicial para a aplicação do CC3 é em cada departamento o valor atribuído no ano 0 (ou seja, o valor atribuído no ano de 2024).
- c) Verbas PDEC. No que respeita às verbas para contratação de pessoal docente especialmente contratado (PDEC) o valor inicial é o valor do ano 0 (ou seja, o valor atribuído no ano de 2024). No caso do valor do ano 0 ter sido mais de 35% inferior ao valor da média dos 2 anos anteriores ao ano 0, o valor inicial será igual ao valor da média dos dois anos anteriores ao ano 0.

Cláusula 2ª

Dotação teto do ano i ($i = 1, 2$ ou 3) de cada Departamento (eixo de crescimento)

- a) Verbas DOC Teto no ano i para o Departamento A. O teto orçamental das verbas DOC do departamento A no ano i ($DOCTeto_A_i$) será o teto de verbas DOC do ano $i-1$, multiplicado por $1+$ inflação prevista para o ano $i + 5$ pontos percentuais;
- b) Verbas PDEC Teto no ano i para o Departamento A. O teto orçamental das verbas PDEC do departamento A no ano i ($PDECTeto_A_i$) será o teto de verbas PDEC do ano $i-1$, multiplicado por $1+$ inflação prevista para o ano $i + 5$ pontos percentuais.

Cláusula 3ª

Dotação orçamental de referência no ano i de cada Departamento

- a) Verbas DOC de referência no ano i para o Departamento A. O montante de referência anual das verbas DOC do departamento A no ano i ($DOCref_A_i$) é calculado aplicando o algoritmo de distribuição de verbas DOC alimentado não com ETIs mas com DAUAs.
- b) Verbas PDEC de base no ano i para o Departamento A. O montante de referência anual das verbas PDEC do departamento A no ano i ($PDECref_A_i$) é calculada aplicando o algoritmo de distribuição de verbas PDEC alimentado não com ETIs mas com DAUAs.

Cláusula 4ª

Cálculo da dotação orçamental efetiva no ano i para cada Departamento (eixos coesão e convergência)

- a) Verbas DOC efetivas no ano i do Departamento A.
 - i) O montante total efetivo do Departamento A no ano i ($DOCef_A_i$) é igual a $DOCTeto_A_i$ se $DOCref_A_i > DOCTeto_A_i$. O remanescente reverte para o fundo de coesão.
 - ii) O montante total efetivo do Departamento A no ano i ($DOCAef_i$) é igual a $DOCref_A_i$ se $DOCref_A_i < DOCTeto_A_i$. Nesse caso o Departamento A pode candidatar-se a projectos de coesão até atingir a dotação $DOCTeto_A_i$.
- b) Verbas PDEC efetivas no ano i do Departamento A.
 - i) O montante total efetivo do Departamento A no ano i ($PDECef_A_i$) é igual a $PDECteto_A_i$ se $PDECref_A_i > PDECteto_A_i$. O remanescente reverte para o fundo de coesão.
 - ii) O montante total efetivo do Departamento A no ano i ($PDECAef_i$) é igual a $PDECref_A_i$ se $PDECref_A_i < PDECteto_A_i$. Nesse caso o Departamento A pode candidatar-se a projectos de coesão até atingir a dotação $PDECteto_A_i$.

Cláusula 5ª

Projectos de coesão

Os projetos de coesão são propostos pelas UA com o objetivo de melhorarem os indicadores que impactam a determinação dos DAUAs nos seus diferentes pilares. Cada projeto deve incluir uma breve descrição, os resultados esperados e orçamento proposto e a evolução face a projetos anteriores, se aplicável. Os projetos deverão ter parecer do Conselho Científico e Conselho Pedagógico competindo a sua aprovação ao Conselho de Gestão.

Os projetos de coesão são de tipologia abrangente e alargada contemplando, nomeadamente:

a) Projetos dirigidos à Melhoria dos indicadores Gerais de Ciência, Tecnologia e Sociedade

- Ações com vista a melhoria da classificação da unidade de investigação de acordo com os critérios de avaliação da FCT (para excelente e/ou integrando laboratório associado). Sinergia com a UIs (apoio da UI e alinhamento com projeto estratégico da UI)

- Dispensa de serviço (equivalente a um Buy-out de Coesão) com vista à obtenção de uma ERC

- Aumento dos indicadores de patentes ativas

b) Projetos dirigidos ao Aumento das candidaturas a Projetos Científicos e de Prestação de Serviços

- Dispensa de serviço dirigidos a atingir mais PI de projetos e serviços
- Dispensa de serviço dirigidos a projetos científicos de elevados montantes de financiamento com o objetivo de aumentar o financiamento agregado para a UA.

c) Projetos dirigidos ao Ensino:

- Ações de otimização da aprendizagem das UCs, com plano e compromisso no impacto da eficiência pedagógica da UC e melhoria dos indicadores FEP (Eficiência Pedagógica)
- Aumento do número de alunos orientados nos programas doutorais por docentes das UAs
- Reestruturação de meios de aprendizagem (laboratórios, sistema de aprendizagem ativa, metodologias de acompanhamento e tutoria, etc) associados a um plano de compromisso e metas mensuráveis de melhoria da eficiência pedagógica dos indicadores FEP.

Cláusula 6ª

Permutabilidade entre as verbas PDEC e DOC

As verbas PDEC poderão ser transformadas em verbas DOC mediante solicitação justificada dos departamentos e aprovação pelo Conselho de Gestão.

Cláusula 7ª

Entrada em Vigor e Duração

O presente contrato entra em vigor no início do ano de 2025, vigorando até ao final do ano de 2027. Pode ser renovado automaticamente por períodos de um ano desde que nenhum dos signatários o denuncie até ao final de setembro do ano da sua cessação. Excetua-se à renovação automática a cláusula 2ª, que caduca obrigatoriamente no final de 2027, devendo, em caso de renovação para além do triénio inicial, constar em adenda à renovação a nova cláusula 2ª que vigorará após a renovação.

DOCUMENTO SUPLEMENTAR 3

PROCEDIMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DOCENTE ESPECIALMENTE CONTRATADO (PDECs)

3 de OUTUBRO de 2024

Definições:

Ano letivo: Período que vai de 1 de setembro a 31 de agosto

Plafond para contratações de PDECs: Montante atribuído, pelo CG, a cada departamento para contratações de PDECs, por cada período de um ano letivo.

PDECs: Professor Catedrático Convocado (PCC), Professor Associado Convocado (PSC), Professor Auxiliar Convocado (PXC), Assistente Convocado (ASC) e Monitores (MNT)

Regras Gerais:

1. Contratos **Intercalares** para a mesma pessoa devem ser submetidos pelos Departamentos em duas instâncias diferentes na Plataforma: a primeira para o primeiro período de contrato, a segunda para o segundo período (ex^{os} pessoa que vai dar aulas no P1 e no P3; pessoa que vai dar aulas P1, P2 e P4, etc.), isto é, se houver descontinuidade no intervalo tem de haver descontinuidade no contrato.

2. Para **ASC e MNT** só são admissíveis 3 durações de contrato: anual (12 meses); semestral (5,50 meses) e por período (2,75 meses). Para este efeito, deve ser seguido a política de Qualidade para a Contratação de PDECs aprovada pelo Conselho Científico.

3. Todos os contratos que não sejam anuais, não podem abranger 2 anos lectivos diferentes.

4. Todos os contratos que devam ter início durante o mês de setembro têm que obrigatoriamente ser submetidos na Plataforma até 15 de maio.

5. Para todos os contratos cuja percentagem contratual seja igual ou superior a 70%, e que por isso tenham que ser aprovados em plenário do Conselho Científico, deve o respetivo processo ser iniciado com uma antecedência mínima de 3 meses, relativamente à data prevista para o início do contrato.

6. Para efeitos da determinação da despesa total associada a cada contratação, é disponibilizada uma ferramenta informática (simulador), que será utilizada para determinar o montante da reserva a ser realizada no respetivo PEP.

7. Para efeitos do cálculo da despesa total associada a cada contratação são consideradas 3 verbas: (i) despesa direta do salário do PDEC; (ii) encargos da entidade patronal; (iii) montante de todas as despesas a pagar com a cessação do contrato celebrado (este montante só tem exclusivamente em consideração o contrato a que reporta, não sendo relevante para este efeito eventuais renovações).

Procedimento:

1. O CG comunica aos Departamentos o Plafond até ao dia 15 de abril imediatamente anterior ao ano lectivo a que reporta.
2. De acordo com as Regras Gerais acima estabelecidas, nomeadamente no que concerne aos prazos, os Departamentos submetem na Plataforma informática existente para o efeito, as propostas de contratação de PDECs, sendo integralmente responsáveis pela informação assim submetida.
3. O processamento da contratação de PDECs ocorre exclusivamente na Plataforma acima indicada (à semelhança do que acontece com os processos de aquisição, que só ocorrem em Dot).
4. Em sede de submissão dos pedidos de contratação na Plataforma, devem os Departamentos indicar expressamente quais as contratações a imputar ao Plafond e quais a imputar a outros PEPs (identificados pelos Departamentos – Verbas do Departamento ou projetos), se aplicável.
5. É criado um PEP pela DOP específico para cada Departamento e para cada ano letivo, onde são carregados o Plafond e os montantes a somar.
6. O PEP criado é exclusivamente usado para contratações de PDECs, no ano letivo em que dão aulas.
7. As contratações a imputar ao Plafond são efetuadas pela totalidade de todas as despesas legalmente inerentes ao contrato, resultantes do cálculo realizado no simulador acima referido.
8. Se o contrato ultrapassar o período do ano letivo a que o Plafond diz respeito, só é imputado ao Plafond a parte da despesa do contrato respeitante a esse período.
9. A duração do contrato que entra no período seguinte ao do ano letivo a que o Plafond diz respeito é feita por conta desse período, sendo o respetivo montante de despesa descontado ao mesmo.
10. A imputação é feita contrato a contrato, não sendo admissíveis alterações durante a vigência do contrato, excepto no caso de transição entre a dedicação exclusiva e tempo integral.
11. Não há transição de saldos.

Montantes a somar ao Plafond:

- 1) Compensação por PIST, vice-presidente e membros do CG, Presidentes CE, CC e CP – € 30.000,00.
- 2) Compensação por presidente AE – € 15.000,00 e Vice-presidente CC e CP – € 15.000,00
- 3) Buy-out.
- 4) Caso exista no ano lectivo docentes elegíveis ao abrigo do FCT TENURE será dotado o montante igual a 30% de 11 meses de Assistente Convidado por Docente elegível. Adicionalmente, caso estejam reunidas as condições para a implementação do Programa FCT Tenure Plus, será dotado montante igual a 30% de 11 meses de Assistente Convidado aos restantes docentes contratados no âmbito da proposta submetida à FCT Tenure.
- 5) Outros expressamente autorizados pelo CG.